



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS

JÉSSICA DAIANE DE LEMOS RODRIGUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EM
UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Manaus - AM
2019

JÉSSICA DAIANE DE LEMOS RODRIGUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EM
UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas- PPGSS/UFAM para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em questão social, políticas sociais, lutas sociais e formação profissional.

Manaus - AM
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R696p Rodrigues, Jéssica Daiane de Lemos
Política de Educação na Amazônia: a efetivação de direitos em
uma comunidade ribeirinha / Jéssica Daiane de Lemos Rodrigues.
2019
123 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Políticas Públicas. 2. Educação. 3. Amazônia. 4. Ribeirinhos. I.
Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues II. Universidade
Federal do Amazonas III. Título

JÉSSICA DAIANE DE LEMOS RODRIGUES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA: A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EM
UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA**

Dissertação aprovada em 27 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves – Presidente
PPGSS/UFAM

Profª Dra. Débora Cristina Rodrigues Bandeira
PPGSS/UFAM

Profª Dra. Pésida da Silva Ribeiro Miki
PPGE/UFAM

Manaus - AM
2019

Dedico esta conquista à minha querida avó, Francisca Teixeira Lemos (*in memoriam*), que mesmo não estando mais entre nós continua sendo minha maior inspiração, e à minha amada mãe, Odete Ferreira Lemos por todo incentivo dedicado à minha formação pessoal e profissional. A elas todo meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por seu infinito amor e bondade, por renovar as minhas forças a cada amanhecer, luz da minha vida.

À minha mãe, Odete, mulher de garra e sorriso no rosto, minha maior inspiração, apoiadora e incentivadora nos momentos de luta. Estendo aqui os agradecimentos aos meus irmãos, Gisele, Ozely e Gleidson, por juntamente com nossa mãe e sobrinhos serem a minha base.

Ao meu querido e amado esposo, Marden, por tanta cumplicidade e incentivos. Pelo companheirismo incondicional, por entender todas as fases dessa caminhada.

À minha orientadora, Prof. Dra. Socorro Chaves por todos os ensinamentos e valiosas orientações, por compartilhar comigo sua experiência e sabedoria, por me ensinar o que é “ser pesquisadora”. À ela todo meu carinho e respeito.

À Universidade Federal do Amazonas, por ser uma grande instituição de ensino, pelos frutos colhidos neste espaço. Por ter se tornado minha segunda casa durante um longo período de tempo.

À CAPES pelo apoio e por todos os subsídios financeiros a mim concedidos durante os dois anos no mestrado, pois, certamente, sem os recursos recebidos a caminhada no desenvolvimento da pesquisa teria sido muito mais difícil.

Ao PPGSS por contribuir no processo de formação profissional, por todas as oportunidades concedidas.

Aos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por me proporcionarem o acesso à uma riqueza de informações sobre suas vidas.

Às professoras da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, por compartilharem comigo a realidade de ser professor em uma comunidade ribeirinha, por compartilharem suas experiências e percepções em relação ao sistema de educação na localidade.

À dona Ivanilde por abrir as portas de sua casa e pela linda conversa compartilhada ao embalar da rede na varanda. À toda sua família pela hospitalidade, em especial a minha amiga Aline, pela dedicação e empenho ao ter contribuído diretamente para o desenvolvimento da pesquisa, por ter me indicado os caminhos, mais que isso, por ter me acompanhado e transportado pelas águas que cortam a comunidade.

Aos colegas de caminhada do mestrado, turma 2017, pelas experiências e momentos compartilhados.

À minha amiga Thaynara Reis, por todos os momentos de aflição e felicidades que dividimos, por todo companheirismo e cumplicidade.

Ao corpo docente do PPGSS, por todo conhecimento transmitido, pelo empenho e compromisso dedicado nos seus ensinamentos.

Ao Grupo Inter-Ação, por ser um espaço de muito aprendizado, campo frutífero para o saber, amizade e companheirismo.

À Barbara, pelo compartilhamento de experiências, por ter confiado em mim mesmo antes de me conhecer.

À todos dedico os mais sinceros sentimentos de estima, respeito e gratidão.

“Mas os que esperam no Senhor renovarão as forças, subirão com asas como águias; correrão, e não se cansarão; caminharão, e não se fatigarão”.

(Isaias 40:31).

RESUMO

O estudo apresentado, objetiva analisar o acesso ao direito à educação pública pelos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, zona rural de Manaus - AM. Para isso busca-se, inicialmente, refletir sobre a configuração das políticas públicas no Brasil, visto que, o recuo do Estado no trato dos problemas sociais reflete diretamente na condução da Política de Educação consolidada no cenário amazônico. Assim sendo, o trabalho traz em seu bojo uma discussão crítico-analítica, com base em uma perspectiva dialética, sobre a conjuntura política, econômica e social do país. O permanente estado de crise do capital tem, historicamente, condicionado as políticas públicas e sociais a um processo de desmonte de direitos. Essa lógica acarreta enormes prejuízos para a sociedade e limita cada vez mais a concretização da cidadania e da democracia. Diante da crise estrutural do capital, torna-se necessária a reflexão acerca dos rebatimentos da mesma nas mais diversas dimensões da produção e reprodução da vida social, tendo em vista que esses sintomas afetam diretamente o acesso qualitativo e igualitário da população aos bens e serviços sociais, essa problemática afasta cada vez mais o país de consolidar uma pátria pautada nos princípios de igualdade, cidadania e democracia. A população amazônica não foge a esta realidade, pois a configuração das políticas públicas para acesso a bens e serviços sociais pelas populações da Amazônia, tem raízes nas contradições sociais, econômicas e culturais emergentes ainda no período de colonização da região. Na concepção de Chaves (2014, p. 16), cenário amazônico, oculta realidades distintas, pois ao mesmo passo em que é possível contemplar toda a sua abundância natural e sociocultural, observa-se ainda, a segregação de sua população, o crescimento da miséria, pobreza e exclusão social, fruto das contradições socioeconômicas suscitadas pela lógica excludente de produção capitalista em um fluxo constante de “globalização da pobreza e privatização da riqueza”. Em relação a efetivação do direito a educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi possível observar que a educação ofertada esbarra em muitos problemas no seu processo de efetivação. Portanto, cabe ao Estado a incumbência de criar mecanismos capazes de proporcionar uma educação de qualidade tanto para os sujeitos do meio urbano, quanto do rural, respeitando as particularidades de cada território. Através do estudo identificou-se que a atuação das políticas públicas de educação na comunidade do estudo efetiva-se a partir de processos educativos desenvolvidos e implementados no espaço urbano, portanto, não consideram a diversidade sociocultural da população local. É relevante ressaltar que no contexto rural, a prática educativa deve considerar os saberes construídos pelos sujeitos sociais, deve, sobretudo, superar a dicotomia urbano-rural. Desta forma, para que essa realidade seja modificada é preciso, ainda, o empenho constante dos comunitários e dos profissionais da educação, enquanto agentes políticos, em um movimento contínuo que contemple em sua práxis a ética da autonomia e da emancipação social. O pressuposto retratado é de uma comunidade engajada com os assuntos que afetam diretamente sua dinâmica social, seu *modus vivend*, a dinâmica do trabalho e de acesso aos direitos, logo, é de suma importância a participação política destes agentes no intuito de lhes assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação. Amazônia. Ribeirinhos.

ABSTRACT

The present study aims at analyzing the access to the right to public education by the riverside communities of Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, rural zone of Manaus – AM. For this purpose, we seek to reflect on the configuration of public policies in Brazil, for the State's withdrawal in the treatment of social problems directly reflects the conduct of the Education Policy consolidated in the Amazon scenario. Therefore, the work brings in its core a critical-analytical discussion, based on a dialectical perspective, on the political, economic and social conjuncture of the country. The permanent state of crisis of capital has, historically, conditioned public and social policies to a process of dismantling of rights. This logic entails enormous damage to society and increasingly limits the achievement of citizenship and democracy. Faced with the structural crisis of capital, it is necessary to reflect on its repercussions in the most diverse dimensions of the production and reproduction of social life, given that these symptoms directly affect the qualitative and egalitarian access of the population to social goods and services, this problem increasingly alienates the country from consolidating a homeland based on the principles of equality, citizenship and democracy. The Amazonian population doesn't escape this reality, because the configuration of the public policies for access to social goods and services by the populations of the Amazon has roots in the social, economic and cultural contradictions that emerged during the period of colonization of the region. In the Chaves (2014, p.16) conception, the Amazonian scenario hides distinct realities, because at the same time as it is possible to contemplate all its natural and cultural abundance, the segregation of its population, poverty, and social exclusion, the result of the socio-economic contradictions raised by the exclusionary logic of capitalist production in a constant flow of "globalization of poverty and privatization of wealth." In relation to the realization of the right to education in the community of Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, it was possible to observe that the education offered faces many problems in its process of implementation. Therefore, it is incumbent upon the State to create mechanisms capable of providing a quality education both for urban and rural subjects, respecting the particularities of each territory. Through the study it was identified that the performance of public education policies in the study community is based on educational processes developed and implemented in urban space, therefore, do not consider the socio-cultural diversity of the local population. It's important to emphasize that in the rural context, educational practice must consider the knowledge built by social subjects, it must, above all, overcome the urban-rural dichotomy. Thus, in order for this reality to be modified, it is also necessary for the community and educational professionals, as political agents, to be constantly engaged in a continuous movement that contemplates in their praxis the ethics of autonomy and social emancipation. The assumption portrayed is a community engaged with issues that directly affect its social dynamics, its modus vivend, the dynamics of work and access to rights, so it is of the utmost importance the political participation of these agents in order to secure them social rights, political, economic and cultural.

Keywords: Public Policy. Education. Amazon. Riparian

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Processo de constituição da política pública.....	34
Figura 02 – Reconfiguração do processo de constituição da política pública.....	35
Figura 03 - Diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº13.005.....	42
Figura 04 – Localização da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	69
Figura 05 – Festejo na comunidade.....	77
Figura 06 – Igreja católica comunitária.....	77
Figura 07 – Residências em áreas de terra firme.....	82
Figura 08 - Residências em áreas de várzea.....	82
Figura 09 – UBS Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	86
Figura 10 – Frente da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo.....	90
Figura 11 – Vista frontal da Associação de Moradores e Agricultores do Paraná da Eva.....	105
Figura 12 – Anexo do Carmo.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres com idades igual ou superior a 15 anos.....	41
Gráfico 02 – Rendimento mensal domiciliar per capita.....	53
Gráfico 03 – Gênero dos entrevistados.....	70
Gráfico 04 – Renda familiar mensal.....	74
Gráfico 05 – Possui casa própria?	81
Gráfico 06 – Possui documentação de posse?	81
Gráfico 07 – Abastecimento de água.....	85
Gráfico 08 – Tipo de tratamento realizado.....	85
Gráfico 09 – Nível de escolaridade dos entrevistados.....	92
Gráfico 10 – Qualidade da educação ofertada na comunidade.....	98
Gráfico 11 – Se considera participativo nos assuntos referente a educação na comunidade?	106
Gráfico 12 – Considera a comunidade participativa nos assuntos referente a educação?	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estado civil dos entrevistados.....	72
Tabela 02 – Quantidade de filhos por domicílio.....	73
Tabela 03 – Participação dos sujeitos nas organizações sociais e políticas.....	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Cronologia dos acontecimentos históricos que marcaram a Amazônia.	49
Quadro 02 - Infraestrutura da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	88
Quadro 03 – Perfil das Professoras.....	97

LISTA DE SIGLAS

ADE – Avaliação de Desempenho de Estudantes
AGROEVA – Associação de Moradores e Agricultores Rurais do Paraná da Eva
C.F – Constituição Federal
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FAS– Fundação Amazonas Sustentável
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
N.Sra.P.S – Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
PBF – Programa Bolsa Família
PNE – Plano Nacional de Educação
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
SUS – Sistema Único de Saúde
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UBS – Unidade Básica de Saúde
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL	21
1.1 Políticas Públicas: abordagem teórico-metodológica.....	21
1.1.1 Enfoque metodológico sobre os diferentes modelos de Políticas Públicas e seu processo de constituição.....	31
1.2 Condições de acesso à educação pública no Brasil.....	36
CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA	47
2.1 Amazônia: configuração das políticas públicas	47
2.2 Organização sociopolítica e dinâmica organizativa em comunidades ribeirinhas.....	55
2.2.1 Participação Social: abordagem histórico-conceitual.....	57
2.2.2 Singularidades da dinâmica organizativa no contexto de comunidades ribeirinhas na Amazônia	61
CAPÍTULO III: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO: MODO DE VIDA RIBEIRINHO E CONDIÇÕES DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS SOCIAIS	68
3.1 Caracterização do locus da pesquisa e dinâmica sociocultural de seus agentes sociais	68
3.2 Condições de acesso a bens e serviços sociais na comunidade locus do estudo.....	80
CAPÍTULO IV: A EFETIVAÇÃO DO DIREITO A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO: UMA INTERPRETAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA	90
4.1 Desafios e perspectivas frente ao processo de efetivação do direito à Educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.....	89
4.2 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: práticas organizativas dos ribeirinhos para acessibilidade do direito à Educação.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados de pesquisa realizada durante o período de março de 2017 a março de 2019. O foco investigativo da pesquisa é o acesso ao direito à educação pública pelos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, zona rural de Manaus. O estudo tem ainda, alguns objetivos específicos, quais sejam: realizar um mapeamento dos bens e serviços sociais dispostos na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; identificar as conquistas e desafios na configuração dos direitos sociais na comunidade, com enfoque na educação e conhecer as estratégias organizativas dos ribeirinhos na luta pela ampliação e consolidação do direito à educação pública na comunidade.

No decorrer da pesquisa, foi retratado sobre as particularidades na configuração das políticas públicas no Brasil, e ainda, mais especificamente, em relação ao processo de materialização do direito a educação neste contexto. O debate teórico estabelecido foi importante para compreender que os entraves na efetivação da educação no contexto regional e local, estão estritamente relacionados com as problemáticas gestadas no cenário nacional.

A abordagem feita na pesquisa pauta-se na conjuntura político-econômica e social do Estado brasileiro, pois o estudo parte da concepção que educação é direito de todos e dever do Estado, devendo ser ofertada com qualidade, seja no espaço urbano ou rural, haja vista que no Brasil o direito à educação encontra-se assegurado tanto na Constituição Federal de 1988, quanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Entretanto, é possível perceber que tais direitos não estão sendo efetivados, do ponto de vista de sua integralidade e universalidade, para diversos segmentos da população brasileira.

Com a realização do estudo foi possível compreender que no Brasil, as políticas públicas educacionais encontram-se subordinadas a dinâmica do capital e atendem a uma política macro de ajustes estruturais cuja finalidade é a maximização econômica, pois o sistema de educação é centrada, basicamente, na formação de mão de obra que atenda aos interesses das grandes indústrias instaladas pelo país.

A partir do estudo realizado, percebe-se que na conjuntura da sociedade brasileira um dos fatores que reforçam a problemática do acesso à educação de qualidade, na perspectiva da universalidade de direitos, diz respeito à lógica excludente do modo de produção capitalista que gera uma intensificação das

desigualdades e, conseqüentemente das problemáticas sociais. Esta dinâmica capitalista gera uma supervalorização do que é privado em detrimento de tudo aquilo que é de natureza pública. Essa retórica é adensada pelas prerrogativas do sistema neoliberal que ataca cada vez mais os direitos políticos, econômicos e sobretudo, sociais da população, dessa forma, ocasionando a desregulamentação dos direitos obtidos mediante lutas históricas.

Contudo, há de se reconhecer as inúmeras conquistas, do ponto de vista da elaboração de políticas públicas voltadas para garantia de direitos da população brasileira, uma vez que, políticas públicas são ferramentas de fundamental importância no processo de promoção de condições concretas de cidadania para diversos segmentos sociais. Porém, ressalta-se que ainda é necessário percorrer um longo caminho, para que de fato o acesso à cidadania seja promovido a população.

A partir da análise sobre a formação sociocultural e política da Amazônia foi possível observar a dinâmica que envolve o processo de constituição e efetivação da política de educação que se particulariza junto à população rural da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A elaboração desta dissertação buscou contribuir com a comunidade acadêmica através da construção de saberes e percepções sobre a realidade da educação na comunidade locus da pesquisa. Desta forma, a aproximação com a comunidade permitiu conhecer os processos socioculturais e a dinâmica de organização sociopolítica que envolvem a materialização da Política de Educação na localidade.

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, está localizada na zona rural de Manaus-Am, situada na região do Paraná da Eva, à margem esquerda do Rio Amazonas, a aproximadamente 70 Km de distância da capital amazonense. No local observou-se uma rica diversidade sociocultural, o modo de vida ribeirinho encontra-se estritamente ligado ao seu território e ao desenvolvimento de um conjunto de atividades socioculturais. Na comunidade, a identidade ribeirinha constitui-se a partir das expressões da cultura local, da valorização do rio e do território de vivência.

- **Procedimentos Metodológicos da Pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma perspectiva crítico-analítica, pois se analisou criticamente os fenômenos sociais que envolvem as categorias

analíticas do estudo, quais sejam, Políticas Públicas, Educação e Ribeirinhos. Para isso, o método de abordagem que conduziu a matriz teórica das discussões teve por base a dialética, pois, segundo contribuições de Ianni (1988), este método implica sempre em uma revisão e reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Requer que o pesquisador se aproxime à essência das relações, processos, estruturas, representações ideológicas e teóricas construídas sobre o objeto em questão.

No que se refere a natureza da pesquisa, destaca-se que a mesma se classifica como pesquisa explicativa, que na percepção de Boaventura (2014), “objetivam identificar os fatores que interferem ou condicionam a ocorrência dos fenômenos”. É pertinente ressaltar que a pesquisa possui o método de investigação qualitativo. De acordo com Chizzotti (2010, p. 52), na pesquisa qualitativa “o pesquisador participa, compreende e interpreta”. Com isso busca-se uma investigação mais aprofundada sobre o acesso da comunidade aos serviços de Educação na comunidade do estudo. No entanto, destaca-se que mesmo utilizando o método de investigação qualitativo, a pesquisa também utiliza dados quantitativos.

Em relação ao universo e amostra da pesquisa, destaca-se que a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é constituída por 60 grupos familiares. Ademais, conta-se ainda, na composição desse universo do estudo um quantitativo de 03 profissionais da área da educação atuantes na comunidade. No tocante a delimitação da amostra dos informantes do estudo, destaca-se que a pesquisa foi realizada com 17 ribeirinhos, incluindo o líder comunitário. Em relação aos profissionais atuantes na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, localizada na comunidade, foram entrevistadas 02 professoras. Desta forma, a amostragem da pesquisa foi constituída por 17 ribeirinhos e 02 professoras, totalizando 19 sujeitos.

Neste estudo de caso todas as informações que subsidiaram a pesquisa foram coletadas mediante levantamento bibliográfico, documental, estudo de caso e pesquisa de campo.

De acordo com Gil (1987) a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de materiais já elaborados e se constitui principalmente a partir de livros, dissertações, teses, periódicos de revistas e artigos científicos.

No que concerne à pesquisa documental, Severino (2007) afirma que este tipo de pesquisa pode ocorrer em dois momentos, o primeiro vale-se de materiais que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, à exemplo: reportagens,

documentos oficiais, fotografias e gravações; o segundo está baseado em materiais que já receberam algum tipo de tratamento analítico, à exemplo: relatórios de pesquisa, relatórios de empresa e tabelas estatísticas.

No tocante ao estudo de caso, Gil (1987) considera que este é um tipo de pesquisa que se caracteriza por um estudo aprofundado e exaustivo acerca de um determinado objeto. Permite ainda, a apreensão do objeto de maneira ampla e detalhada.

- **Pesquisa de Campo**

Na concepção de Gil (2002, p. 53) a pesquisa de campo é “basicamente desenvolvida por meio de observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar informações”. O autor destaca ainda que, neste tipo de pesquisa exige-se que o pesquisador tenha o maior tempo possível em contato na comunidade, pois tal imersão possibilitará entender “as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado”.

Durante a pesquisa de campo foram adotados alguns instrumentos e técnicas que possibilitaram a coleta de dados e informações que subsidiaram todo o processo investigativo, sendo esses:

1) Formulários com perguntas abertas e fechadas: aplicados mediante visitas domiciliares junto aos ribeirinhos residentes na comunidade locus da pesquisa. Na ocasião, foram utilizados: caderno de campo, registro fotográfico e fonográfico.

2) Guia de Entrevista Semiestruturada: aplicados mediante visitas domiciliares junto aos profissionais da área de Educação, que exercem suas funções na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, na comunidade locus da pesquisa, na aplicação das entrevistas também foram utilizados: caderno de campo, registro fotográfico e fonográfico.

3) Termo de Consentimento Livre Esclarecido: este foi elaborado em consonância com os critérios dispostos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016. Sendo assim, com o intuito de assegurar que os direitos dos participantes da pesquisa fossem devidamente respeitados, o Termo foi elaborado de maneira clara, compreensível e redigida em linguagem acessível ao público-alvo do estudo. Destaca-se que TCLE foi apresentado tanto no momento das entrevistas, quanto na aplicação dos formulários.

O processo de coleta de dados realizado com os sujeitos da pesquisa (ribeirinhos, professores e líder comunitário), permitiu estabelecer uma interpretação teórico-prático sobre os diversos olhares, perspectivas e relatos concernentes a dinâmica sociocultural dos comunitários, o modo de vida na comunidade, sobre os bens e serviços acessados pelos ribeirinhos, a organização social e política, e principalmente, sobre o acesso à educação pública na comunidade. Desta forma, a pesquisa possibilitou apreender sobre o quão complexo é tornar a educação possível em áreas rurais.

As metodologias empregadas nesta pesquisa permitiram compreender a educação a partir da perspectiva de análise dos agentes sociais que residem na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Possibilitou, ainda, o entendimento acerca da efetivação da educação sob a ótica dos professores, sujeitos que contribuem diretamente para a materialização deste direito social no local.

Este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo tece uma análise sobre aos limites e possibilidades na configuração das políticas públicas no Brasil, face ao processo de efetivação de direitos, com enfoque nas condições de acesso à educação pública na conjuntura nacional.

O segundo capítulo disserta sobre as singularidades da dinâmica organizativa no contexto de comunidades ribeirinhas na Amazônia, o intuito é retratar as práticas de organização sociopolítica com enfoque no processo de participação social dos agentes comunitários na tomada de decisões políticas que envolvem o espaço comunitário.

No terceiro capítulo encontra-se a caracterização da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o modo de vida ribeirinhos e sua dinâmica sociocultural, retrata-se ainda, sobre as condições de acesso aos bens e serviços sociais na comunidade.

O quarto, e último capítulo, analisa o processo de efetivação do direito a educação pública na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a partir de uma interpretação teórico-prática, bem como, retrata sobre as práticas organizativas dos ribeirinhos enquanto estratégias para acessibilidade do direito à educação na comunidade.

CAPÍTULO I

CONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: LIMITES E POSSIBILIDADES NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NO BRASIL

“A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre”.
(Florestan Fernandes, 2010)

Antes de adentrar nas discussões acerca da análise sobre o processo de efetivação do direito à educação na Amazônia, é importante retratar, inicialmente, sobre a configuração das políticas públicas no contexto brasileiro, tendo em vista que as políticas de educação implementadas no cenário amazônico são reflexo de uma lógica de maior abrangência e complexidade, são fruto de processos decisórios desencadeados na estrutura político-econômica do país.

Desta forma, o presente capítulo visa fundamentar as discussões acerca das políticas públicas no Brasil. O capítulo traz uma discussão teórico-metodológica e enfatiza acerca do trato do Estado brasileiro para com as políticas implementadas na área da educação.

1.1 Políticas Públicas: abordagem teórico-metodológica

Nesse momento, o objetivo é realizar uma discussão crítico-analítica sobre o perfil das políticas públicas a partir de uma perspectiva teórico-metodológica, bem como, analisar como essas políticas se configuram na conjuntura política, social e econômica da sociedade brasileira.

Diante da relevância social em que se assenta a viabilização de políticas públicas para o processo de afirmação de direitos da população, é necessário voltar um pouco na história, e inicialmente, analisar o contexto histórico que demarca algumas reflexões sobre discussões em torno das políticas públicas implementadas no cenário brasileiro. Esse movimento é necessário para que se possa ter maior compreensão sobre o modo de atuação do Estado na condução das políticas públicas e sociais no país.

Destaca-se que a pesquisa tem como marco histórico o momento pós-1930, tendo em vista que esse dado período demarca o contexto de surgimento das primeiras iniciativas do Governo em relação às políticas públicas. Os anos que sucederam a década de 1930 demarcam momentos de grande insatisfação por parte

da população, fato que contribuiu significativamente para o maior interesse do Estado em dar respostas aos anseios da população, para sua própria manutenção no poder.

A este respeito, Freitas (2009) afirma que no Brasil, as primeiras políticas públicas emergiram no período em que Getúlio Vargas encontrava-se no poder, ou seja, no período de 1930-1945, em sua maioria eram políticas que respondiam às questões trabalhistas, mas aos poucos, conforme reivindicações e pressões da classe trabalhadora, questões relacionadas à Saúde, Educação Profissional e Habitação também passaram a fazer parte da agenda política nesse período.

Sobre o pensamento da autora é importante salientar que as políticas públicas engendradas nesse momento se configuraram a partir de um caráter excludente, além disso, foram políticas focalizadas em grupos seletos da população.

Para Secchi (2015) no campo acadêmico, foi somente no ano de 1951 que se concretizou o estabelecimento da área disciplinar de estudos sobre as políticas públicas. Muito embora a década de 1930 tenha sido palco de algumas contribuições teóricas da análise racional das políticas, somente em 1951 é que os primeiros livros que debatem a temática foram publicados.

O período que demarca a década de 1960-1985 também é considerado como um momento histórico estratégico no processo de configuração das políticas públicas e sociais, pois, neste contexto a conjuntura política, social, e econômica não era nada favorável às camadas mais pobres da população brasileira. O cenário de repressão e negação de direitos observados no período do governo militar fez com que grande parte dos cidadãos, juntamente com importantes movimentos sociais, a saber, o Movimento Custo de Vida, Movimento Estudantil, União Nacional dos Estudantes - UNE, dentre outros, passassem a pressionar o Estado em busca de respostas concretas à realidade vigente. (GONÇALVES e FERREIRA, 2013)

De acordo com Gonçalves e Ferreira (2013), no Brasil, o período da ditadura militar instituiu alterações na organização política, econômica e social do país. As autoras destacam que esse contexto ficou marcado como um período de transição condicionado por significativas mudanças na sociedade, que expressivamente atingiram o conjunto de direitos da classe trabalhadora.

Mesmo diante de tantas transformações no modo de vida da população brasileira, somente a partir de meados da década de 1970 que a luta política brasileira toma força, pois, neste momento a mobilização era construída por movimentos sociais de base, tais como os sindicatos, os grupos feministas, parte das igrejas, as

associações de moradores e os comitês de defesa dos direitos humanos. (GONÇALVES e FERREIRA, 2013).

Reprimidos por um longo período, a partir da década de 1970 os movimentos sociais então, adentraram efetivamente na cena pública, “passaram a reivindicar direitos, a começar pelo direito a reivindicar seus direitos” (SADER, 2001.p.26), o cerne nessa agenda de reivindicações são mudanças políticas e sociais.

O lento e gradual processo de efetivação de políticas públicas é oriundo desse intenso e significativo desenvolvimento de lutas desempenhadas pela classe trabalhadora juntamente com diversos movimentos sociais, na ocasião em que a conjuntura política do país transitou entre o momento histórico da ditadura militar e o processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Em consonância com o pensamento de Castro (2008) é possível afirmar que com o processo de redemocratização brasileira, ocorrida em 1985, as políticas públicas ganharam uma nova roupagem, sendo redesenhadas e ampliadas na Constituição de 1988.

Com a promulgação da nova Constituição Federal, no ano de 1988, a sociedade passou a responsabilizar cada vez mais o Estado pela regulação, implantação e gestão das políticas públicas. A referida Constituição representa um marco histórico expressivo no que se refere ao reconhecimento, pelo Estado, dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade brasileira. No texto constitucional são previstas e propostas políticas sociais universalistas, a destacar, o reconhecimento nas áreas de Educação e Saúde pública, com a universalização do ensino fundamental e a criação do Sistema Único de Saúde – SUS (CASTRO, 2008).

Na contramão das conquistas no campo dos direitos sociais adotados pela Constituição Federal, o Brasil na década de 1990 vivenciou a expansão dos ideais neoliberais, na afirmação de Soares (2000) esse momento significou que,

O país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social, num processo que foi atropelado pelo ajuste neoliberal, alimentado pelo drama crônico brasileiro, no qual o conservantismo político delineia um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes, no qual a política social ocupa um lugar concretamente secundário, à revelia dos discursos “neo sociais” e dos solidarismos declarados. (*apud* BEHRING, 2008; p. 158)

O avanço dos ideais neoliberais significou na prática um processo de negação e de desmonte dos direitos sociais que haviam sido conquistados, principalmente no

âmbito do Sistema de Seguridade Social, direitos estes essenciais como Saúde, Previdência e Assistência Social.

Partindo da realidade concreta dos sujeitos sociais, é possível perceber que a política pública constitui-se como uma ferramenta importantíssima no processo de promoção de condições concretas de cidadania, é por meio destas que a sociedade pode acessar, ainda que minimamente, aos direitos, intervindo diretamente nas questões ligadas a melhorias na Saúde, Educação, Segurança Pública, Habitação, Emprego e Renda, Planejamento Urbano, Saneamento, Economia, Cultura, Esportes, Infraestrutura, Transporte, Assistência Social, Previdência Social, Meio Ambiente, dentre outros.

Neste contexto, importa salientar que o campo das políticas públicas não se consolidou como mera concessão do Estado, mas sim, como fruto das lutas e inquietações sociais da classe trabalhadora, tendo em vista que no Brasil, historicamente, o processo de efetivação de direitos sempre esteve atrelado ao processo de lutas sociais.

De acordo com Melo (2010) a Política Pública “constitui-se por programas e/ou projetos sociais, criados e implementados com o intuito de atender as necessidades da população”. Desta forma, pode-se afirmar que a política pública surge como instrumento capaz de atenuar os problemas e conflitos existentes em uma dada sociedade. Entretanto, é pertinente ressaltar que esse processo não se concretiza de maneira harmônica, haja vista que na arena da efetivação das políticas públicas existem muitos conflitos de interesses, apresentando-se em um permanente estado de correlação de forças.

Sobre isso Melo (2010) acrescenta que o desenvolvimento das políticas públicas é um processo contraditório e não linear, tendo em vista que é movido por diferentes configurações e interesses.

Samira Kauchakje (2008, p. 62) afirma que “políticas públicas implicam atividade de organização do poder e são instrumentos de ação do governo”. A referida autora segue afirmando que essas políticas possuem algumas características, a saber: supõem a fixação de metas, diretrizes ou planos governamentais; distribuem bens públicos; transferem bens desmercadorizados; estão voltadas para o interesse público, pautado nos embates entre interesses sociais contraditórios; são bases de legitimação do Estado.

Desse modo, é correto afirmar que políticas públicas constituem-se como mecanismos de intervenção na vida social dos cidadãos, por meio do ente público, seja no campo Federal, Estadual ou Municipal. Sob o ponto de vista legislativo, as políticas públicas existem para dar aplicabilidade aos artigos constitucionais que versam sobre os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais da população. Entretanto, é importante destacar que o processo de implementação dessas políticas depende, prioritariamente, dos investimentos e do orçamento público, ou seja, a escassez ou abundância dos recursos tem implicações diretas sobre sua aplicabilidade. (KAUCHAKJE, 2008).

Nesta perspectiva, destaca-se que o fundo orçamentário destinado às políticas públicas é advindo de recursos Federais, Estaduais e Municipais, podendo ainda, ser proveniente de doações de pessoa física ou jurídica (nacional ou estrangeiro), bem como por organizações sociais, tanto nacionais, quanto internacionais.

Portanto, são as ações da sociedade civil organizada, que ao demonstrar suas inquietudes e insatisfações dão materialidade para a constituição das políticas públicas por meio da ação política. Nesse sentido, na percepção do Estado, é extremamente importante atender às demandas da sociedade para que possa se manter no centro das tomadas de decisões políticas do país, ou seja, continuar se mantendo no poder.

A partir desse dado momento da abordagem teórico-metodológica sobre as políticas públicas no Brasil, será realizada uma discussão acerca dos conceitos desenvolvidos por estudiosos da área de políticas públicas. Essa discussão é importante para identificar o perfil contemporâneo que caracterizam essas políticas. São muitos os aportes teóricos que buscam expressar uma conceituação para Política Pública. Do ponto de vista teórico-conceitual, objetiva-se apresentar algumas das abordagens conceituais mais debatidas no campo da produção científica sobre a temática.

Anteriormente foi apresentado que as políticas públicas são mecanismos de intervenção do ente público em uma dada realidade social. Portanto, entende-se que a política pública é parte constituinte da política. Logo, faz parte de uma estrutura de poder que é bem mais abrangente e complexa do que realmente é possível perceber na materialidade concreta. Sendo assim, é necessário, situar a política pública no contexto da política, tendo em vista que é neste solo que a mesma se materializa.

Uma das clássicas definições para o termo Política vem de um dos maiores estudiosos da área de Ciência Política, Norberto Bobbio (1998) na clássica obra Dicionário de Política. Para o mesmo, política é um termo originário da terminologia *pólis* (cidade-estado), e deve ser considerada como:

O primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (BOBBIO, 1998, p. 964)

Na língua inglesa, o termo política se expressa pela palavra *politics*, sendo assim, para Bobbio (1998), *politics* é a atividade humana relacionada ao processo de obtenção e manutenção dos recursos que são necessários para que um homem exerça poder sobre outro homem.

Rua (1998) acrescenta que a política constitui um conjunto de processos que expressam relações de poder, e normalmente, são destinadas a dar uma resolubilidade aos conflitos inerente aos bens públicos.

Na concepção de Silva (2001) política é compreendida por meio do conjunto das ações ou omissões emanadas pelo Estado, conseqüentes de suas decisões e não decisões. A política constitui-se por jogos de interesses, desta forma, caracteriza-se por suas formas de regulação ou intervenção na vida social dos sujeitos.

As atividades políticas se consagram no campo das instituições governamentais específicas, tais como, Congresso, Presidência, Tribunais, Estados e Municípios. São estas instituições que possibilitam o estabelecimento e o cumprimento das políticas públicas. (DYE, 2009). Ou seja, são os entes político-institucionais que legitimam as políticas públicas e as tornam efetivas (ou não) no processo de intervenção em uma dada realidade social.

Dye (2009), considera o sistema político como sendo um conjunto de estruturas e de processos que são inter-relacionados. Para o autor, as saídas (*outputs*) deste sistema político são os valores alocados na sociedade. Dessa forma, Dye retrata que são estas alocações que constituem a política pública.

Nos dizeres de Secchi (2009, p. 1) as políticas públicas tratam do “conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”. Dessa forma, pode-se situar uma Política Pública como

um conjunto de ações sistematizadas que são elaboradas para dar respostas às demandas de determinados segmentos sociais, ou até mesmo de toda uma sociedade, mediante suas manifestações de inquietação diante de um dado problema social. Sobre isso, Secchi (2009) acrescenta ainda que, Política Pública é uma diretriz que é preparada com a finalidade de enfrentar um problema público.

As políticas públicas ganham materialidade política através dos planos, programas e projetos, ou seja, estas se operacionalizam por meio destes instrumentos. Entretanto, não se pode afirmar que planos, programas e projetos são em si política pública, mas sim, canais para sua efetivação. (SECCHI, 2009).

No processo de efetivação de direitos, via formulação e consolidação de políticas públicas, o Estado é considerado como o provedor dos recursos que garantirão o acesso da população aos bens e serviços sociais de natureza pública, devendo ter como premissa a perspectiva da equidade e da justiça social. (PEREIRA, 2008). Neste sentido, políticas públicas são entendidas como ferramentas que propiciam a consolidação dos direitos que se encontram dispostos na Constituição Federal de 1988.

Sobre isso, Pereira (2008) acrescenta que políticas públicas são desenvolvidas por meio do Estado, em parceria com a sociedade, visando atender as necessidades e demandas sociais, ainda que minimamente. Porém, esse processo ocorre de maneira contraditória, pois o que há de fato não é um Estado preocupado com as carências sociais, políticas e econômicas da sociedade, mas sim, aflito com sua manutenção no poder. Nessa perspectiva, para o Estado as políticas públicas se tornam uma estratégia para assegurar os seus próprios interesses.

Na perspectiva de Souza (2007) existem muitas definições para políticas públicas, entretanto, a autora apresenta a definição de Lowi como sendo um clássico entre as discussões voltadas para a temática. Portanto, para Lowi (*apud* Souza, 2007), políticas públicas consiste em uma determinada regra formulada por uma autoridade governamental com a intenção de influenciar, alterar e regular o comportamento humano, seja individual ou coletivo, por meio da utilização de sanções tanto de natureza positivas, quanto negativas.

Souza (2007, p.68) destaca ainda algumas definições que merecem destaque, como a de Dye, que afirma que Política Pública se expressa por “tudo aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Ou seja, os efeitos de uma Política Pública

podem ser positivos ou negativos para a sociedade ou parte dela, à medida em que se privilegia determinados segmentos sociais em detrimentos de outros.

Fazendo alusão ao posicionamento de Dye (1984), Secchi (2010) afirma que política pública também caracteriza-se por um ato de omissão ou negligência. Desta forma, não devemos apreender a política pública apenas como um conjunto das intervenções do Estado, mas também percebê-la em um campo de não intervenções, face aos os mais diversos jogos de interesses.

Até o presente momento da discussão tomou-se como centralidade as abordagens conceituais de teóricos que consideram políticas públicas como ponto central na agenda política de um governo, bem como defendem que os processos de elaboração das políticas públicas emanam do Estado, ou seja, defendem a abordagem estatista. No entanto, existem outras perspectivas que carecem de ser retratadas, a saber, dos teóricos que promovem uma discussão a partir de uma abordagem multicêntrica.

Partindo da abordagem multicêntrica na configuração das políticas públicas, Heidemann (2010) analisa que o processo de elaboração de uma política pública perpassa o campo governamental, haja vista que, o governo (Estado) não é a única instituição promotora de políticas públicas a serviço da população.

Diante deste pressuposto, ressalta-se que existem diversos segmentos sociais que atuam diretamente no campo da elaboração e implementação de políticas públicas, com vistas a garantia de direitos aos cidadãos. A este respeito, Secchi (2010, p. 3), considera “organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (...), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas”.

Para Secchi (2010) a natureza conceitual da Política Pública é o problema público. Assim, considera Política Pública como ações que tem por finalidade responder a um problema que é de natureza pública. Desse modo, Pereira (2008, p.96 - 97), ao analisar o objetivo de uma Política Pública afirma que:

Visa concretizar direitos sociais conquistados pela sociedade e incorporados nas leis. Ou melhor, os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só tem aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços.

As políticas públicas encontram-se inseridas em um emaranhado de processos necessários para sua consolidação e efetivação, bem como estão submergidas por relações políticas que buscam interesses distintos. No sentido figurado, é possível afirmar que as políticas públicas representam um “cabo de guerra”, do qual numa ponta temos um robusto sistema econômico e na outra uma classe enfraquecida pelas consequências das desigualdades e problemas sociais. Neste ínterim temos o Estado, tentando intervir enquanto mediador destas relações sociais.

Mediante o exposto, destaca-se que as políticas públicas deveriam possuir uma obrigação ético-política em atender às necessidades e demandas dos cidadãos. No entanto, na atual conjuntura de (contra) reformas do Estado na sociedade brasileira, ocorre que o processo de materialização de direitos encontra muitas barreiras para sua efetivação. Essas barreiras perpassam pela arena das imposições de um sistema político-econômico que fincou raízes no país a partir da década de 1990, o neoliberalismo, cuja principal premissa é a defesa de um Estado minimizado para o social e maximizado para o capital. (PERONI, 2003).

O avanço dos ideais neoliberais, no Brasil, significou na prática um processo de negação e de desmonte dos direitos sociais que haviam sido conquistados, principalmente no âmbito social. As justificativas do Estado para que essas reformas sejam processadas tem como premissa a questão da crise fiscal. Entretanto, o que se pode constatar é que para além de uma crise fiscal, existe uma crise estrutural do capital. A crise fiscal é apenas uma das faces dessa crise maior, do grande capital, logo, as propostas de reformar o Estado brasileiro é uma visão reducionista do problema, além de enfraquecer a ação do Estado frente as Políticas Sociais. (PERONI, 2007).

Sobre o contexto acima mencionado é importante destacar que, na realidade concreta dos sujeitos sociais essa lógica resulta em um processo que se manifesta de maneira contraditória, tendo em vista que ao invés de o Estado possibilitar a população melhores condições de acessibilidade aos bens e serviços sociais, o que de fato ocorre, é o desmonte desses direitos, manobrados pelo grande capital, ou seja, no que tange a garantia de direitos à população, lamentavelmente têm corrido um retrocesso na efetivação das políticas públicas.

Chaves (2016) destaca que ao analisar as formas de objetivação das políticas públicas é possível desvendar as múltiplas facetas no caráter do Estado, que é entendido como um campo passível de construção e de institucionalização de

disputas. Para a referida autora, as políticas públicas são compreendidas como expressão das disputas em torno de recursos e regras que ao mesmo tempo em que definem, também consolidam interesses específicos na arena do poder.

Sposati (2011, p.02) destaca que um dos maiores desafios das políticas públicas latino-americanas desse século, é “garantir a universalidade de direitos humanos e sociais, tornando-os alcançáveis para os estratos da sociedade que permanecem vulnerabilizados em suas condições de vida, trabalho e cidadania”.

No entanto, sabe-se que não é de interesse do capital o provimento qualitativo e universal da proteção social, à medida em que este sistema econômico defende interesses pautados no individualismo e na meritocracia. Contudo, em uma sociedade marcada pela desigualdade social em que a maior parte da população está excluída do acesso a direitos sociais básicos e essenciais à vida, essa lógica torna-se ainda mais perversa.

Para o alcance de índices qualitativos em relação à efetivação da cidadania, é necessário que o Estado cumpra com suas funções sociais e possibilite a população o acesso à Saúde, Educação, Previdência, Assistência, dentre tantos outros direitos que vem sendo veementemente atacados pela lógica excludente do modo de produção capitalista.

Ao analisar o processo sociohistórico que demarca o campo da consolidação de direitos no Brasil, percebe-se que a população brasileira já obteve muitas conquistas no que concerne às melhorias na sua condição de vida. Entretanto, é preciso perceber criticamente que ainda é necessário percorrer um longo caminho para que se possa garantir a população um acesso efetivo, justo e igualitário aos bens e serviços sociais produzidos socialmente.

1.1.1 Enfoque metodológico sobre os diferentes modelos de Políticas Públicas e seu processo de constituição

Existem diferentes aportes teóricos que retratam acerca da existência de diversos modelos de políticas públicas, como por exemplo, Gormley (1986), Gustafsson (1983) e Bozeman e Pandey (2004). Entretanto, este tópico tem por finalidade apresentar apenas os modelos mais conhecidos e debatidos nas contribuições sobre a temática, sendo, portanto, os apresentados por Lowi (1964), Wilson (1983).

Na perspectiva de Theodore Lowi (*apud* SECCHI, 2015) em seu processo de materialização a Política Pública pode assumir diferentes modelos, sendo, o modelo de políticas regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas, apreendidas pelo mesmo como:

Políticas Regulatórias: são aquelas destinadas a estabelecer certos padrões de comportamento, serviço ou produto para diferentes atores públicos ou privados. Desenvolvem-se predominantemente no bojo de uma dinâmica pluralista. Exemplo: políticas de segurança alimentar.

São políticas que atuam para a regulação da sociedade, propõem a consolidação de normas, padrões e parâmetros que devem ser respeitados por todos os sujeitos em uma determinada sociedade, independentemente da posição social que assume nessa. A crítica a ser feita diante desse tipo de política se volta para as condições desiguais de acesso a mesma, a citar como exemplo, a política de segurança alimentar, é possível perceber uma lógica perversa ao analisar a realidade de milhares de brasileiros que não dispõem em igualdade de condições para acesso a uma alimentação segura.

Políticas Distributivas: são aquelas capazes de gerar benefícios concentrados para determinados grupos de atores sociais, bem como custos coletivizados. Normalmente e desenvolve de maneira menos conflituosa, haja vista que quem arca com os custos é a coletividade. Exemplo: gratuidade de taxas para determinados usuários dos serviços públicos.

Essas políticas se caracterizam por normalmente exercerem ações pontuais em relação às necessidades e demandas populacionais, buscam amenizar as desigualdades sociais para determinados grupos sociais, regiões e localidades, bem como possibilitar o acesso a bens e serviços sociais a esses. Normalmente as ações do Estado no desenvolvimento das políticas distributivas são efetivadas de maneira assistencialista e clientelista, ou seja, o objetivo maior não se volta para a defesa da cidadania concreta dos indivíduos, mas sim, para a defesa de seus próprios interesses político-econômicos.

Políticas Redistributivas: normalmente prestam benefícios concentrados a determinadas categorias de atores sociais e implicam custos concentrados sobre outras categorias. Constitui-se numa arena bastante conflituosa e agregam diversas opiniões. Exemplo: benefícios sociais e política de cotas raciais nas universidades.

O Brasil possui uma dívida histórica com diversos segmentos sociais, como por exemplo dos negros, mulheres, indígenas e homossexuais. Isso se deve ao veemente processo de segregação social pelo qual estes foram historicamente submetidos. Portanto, as políticas redistributivas aparecem como forma de amenizar essa segregação, possibilitando que estes grupos sociais tenham igualdade de acesso aos direitos em relação aos demais atores sociais.

Entretanto, devido o preconceito e a desinformação enraizados na sociedade brasileira essas políticas se tornam alvo de ataques e normalmente causam muitas polêmicas em torno do assunto. Sobre isso, é importante destacar que, para que o país consiga atingir níveis mais satisfatórios de cidadania aos brasileiros, é de suma importância reconhecer os direitos desses segmentos, que ao longo da história do país, e também na cena mundial, foram cruelmente atacados e esquecidos à margem da sociedade, é extremamente valioso reconhecer o papel político-social desempenhado por esses grupos na luta pela igualdade de direitos.

Políticas Constitutivas: são aquelas políticas que definem as competências e jurisdições, regras políticas e regras de elaboração de políticas públicas. São o conjunto de regras que regem as instituições de uma dada sociedade. Exemplo: regras do sistema político-eleitoral.

Essas políticas constituem-se como base para a implementação das demais políticas públicas, ditam as regras do jogo na grande arena política, agrega os mais diversos interesses políticos, sociais e econômicos.

Outro modelo bastante conhecido e discutido é o formulado por Wilson (*apud* SECCHI, 2015), o mesmo apresenta outras quatro tipologias de políticas públicas, das quais destaco apenas a que entendo como sendo de maior relevância para a presente análise, qual segue:

Políticas Clientelistas: entendidas como aquelas em que os benefícios são concentrados a certos grupos de interesses, mas os custos desta concentração são difusos em toda uma sociedade, ou seja, quem “paga a conta” é a coletividade. Ressalta-se que esse modelo se assemelha ao de política distributiva desenvolvido de Lowi.

São caracterizadas por se apresentarem como forma de minimizar um determinado problema social em troca de interesses políticos de quem está no poder. Se estabelece a partir de uma relação política, onde um determinado sujeito recebe algum tipo de proteção, mas em troca dará seu apoio político por meio do voto. O

grande problema dessas políticas se concentra justamente no fato de não reconhecerem os direitos sociais e políticos dos sujeitos, mas sim como uma mera troca de favores, impondo limites a concretização da cidadania.

Para que uma política pública se materialize ao ponto de possibilitar o acesso aos bens e serviços sociais à população é necessário, que inicialmente, ocorra o processo de constituição da mesma. O momento de elaboração de uma determinada Política Pública diz respeito ao caminho metodológico percorrido para se materializar no campo dos direitos. Existem diversos autores que abordam sobre a constituição das políticas públicas, entretanto, diante de tantas abordagens, a pesquisa irá pautar-se na perspectiva apresentada por Silva (2001).

Em relação a esse debate, Silva (2001) aponta cinco momentos, estritamente articulados e interdependente, no processo de constituição da política pública, sendo: a constituição do problema ou da agenda governamental; a formulação de alternativas de política; a adoção política; a implementação ou execução de programas sociais e avaliação, conforme apresentado posteriormente.

Constituição do problema ou da agenda governamental: processo no qual a sociedade, por meio das pressões sociais colaboram para que o Estado intervenha em uma dada problemática, que posteriormente, diante dos rumos tomados pela ação governamental, pode se transformar em Política Pública.

Formulação de alternativas de política: momento de realização do diagnóstico acerca da situação problema. Nesta fase propõe-se alternativas para seu enfrentamento.

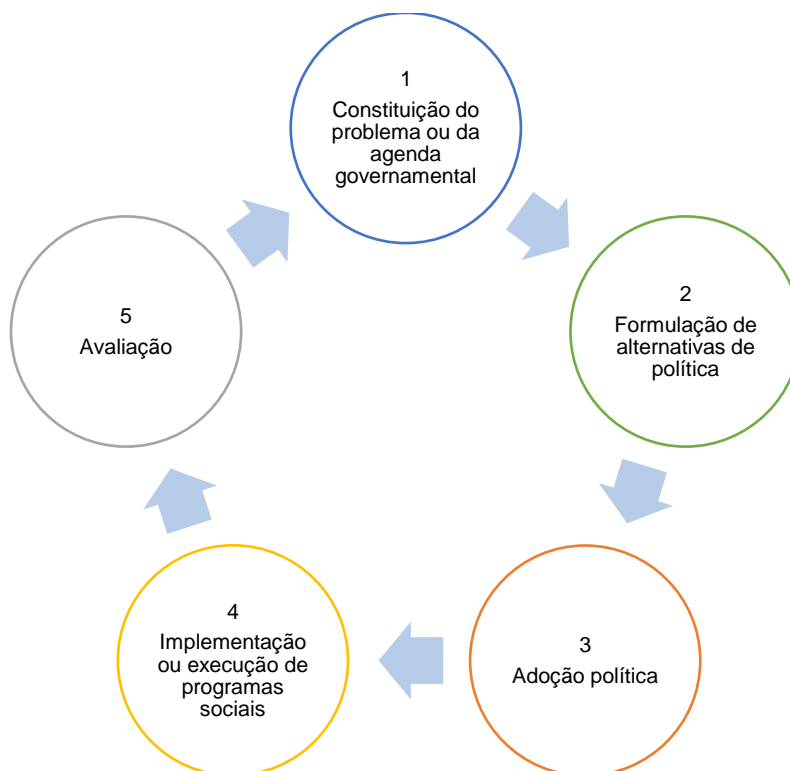
Adoção política: é o momento de escolha da alternativa política com a finalidade de enfrentar a situação problema. Momento no qual a política é transformada em programa e/ou projetos.

Implementação ou execução de programas sociais: momento de materialização das políticas públicas em programas sociais. É considerada, por muitos, como a fase mais abrangente e mais complexa do processo.

Avaliação: processo que consiste na avaliação da funcionalidade dos programas sociais. Neste momento observa-se os resultados atingidos (ou não) com a implementação e execução dos programas sociais e traça-se novas estratégias para aperfeiçoamento desses resultados obtidos.

Para que se tenha uma melhor visualização sobre as etapas cíclicas que envolvem o processo de constituição e formulação de uma Política Pública, à luz dos aportes teóricos de Silva (2001), observa-se a Figura 01:

Figura 1 – Processo de constituição da Política Pública.

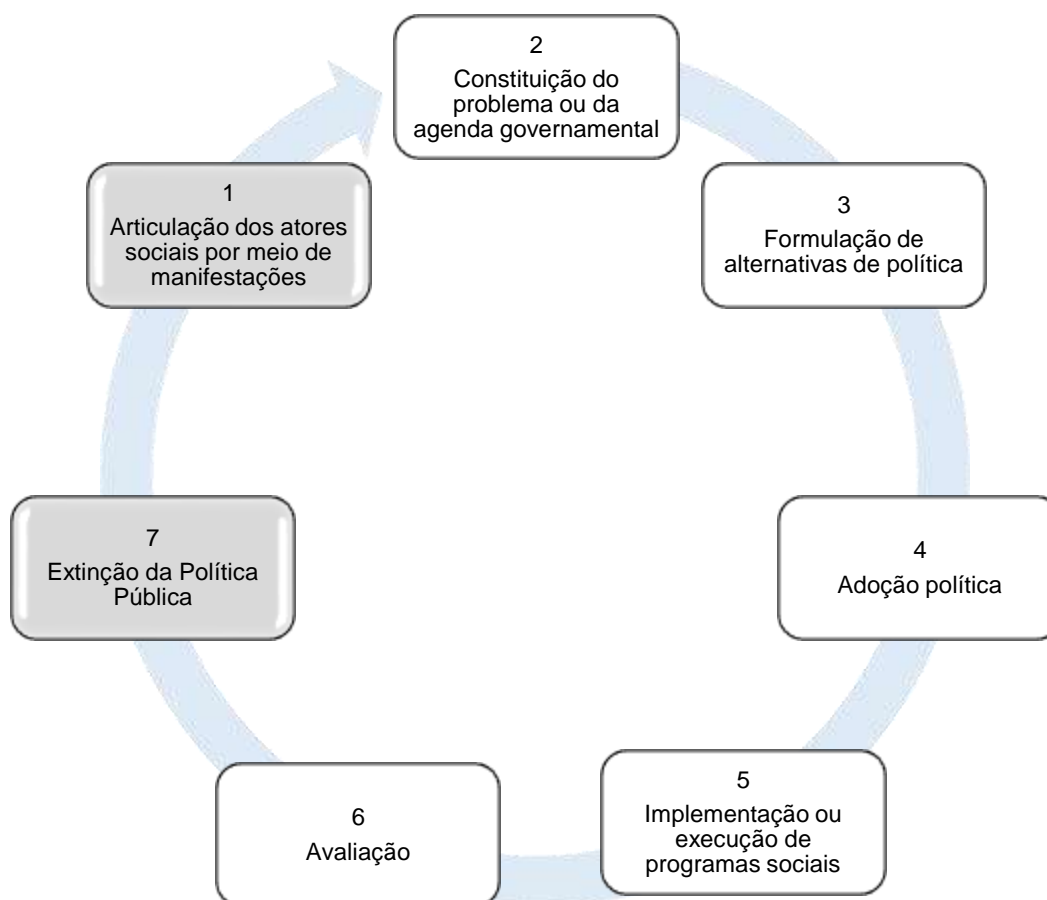


Fonte: Sistematizado a partir de Silva (2001).

Diante da abordagem acima apresentada, destaca-se a importância de se reconhecer o papel fundamental desenvolvido pelos mais diversos atores sociais, juntamente com os movimentos sociais.

Dessa forma, observa-se a necessidade de se redefinir esse percurso metodológico de constituição das políticas públicas acrescentando duas etapas: a inicial, que se refere ao momento estratégico de manifestações e organizações da classe trabalhadora devidamente mobilizada, que ao ganhar visibilidade torna emergente uma determinada expressão da questão social para o reconhecimento do Estado na formulação da agenda governamental. Outra etapa a ser inserida nesse traçado diz respeito ao momento de extinção de uma determinada Política Pública, que normalmente acompanha o jogo político e seus diversos interesses. Portanto, nessa perspectiva metodológica, a Figura 1, acima exibida, será rerepresentada da seguinte maneira:

Figura 2 – Reconfiguração do Processo de constituição da Política Pública.



Fonte: Sistematizado a partir de Silva (2001).

O reconhecimento do papel de protagonismo das mobilizações sociais frente ao processo de criação e implementação das políticas públicas é de grande valia, enquanto mola propulsora no fomento dessas políticas. Para Kauchakje (2008) a constituição de uma Política Pública é um processo dinâmico e, sobretudo, participativo. Na perspectiva da referida autora, uma gestão democrática das políticas deve buscar o fortalecimento da participação social.

Nesse contexto, as políticas públicas são identificadas como competência do Estado, porém é extremamente relevante, e urgente, que a população participe ativamente na sua formulação, bem como, no seu processo de monitoramento e avaliação, pois, é a partir das manifestações e inquietudes da população demandatória de bens e serviços sociais públicos que essas políticas passam a integrar a agenda governamental. (KAUCHAKJE, 2008).

Somente se alcançará respostas no campo das Políticas Sociais quando, organizadamente, a sociedade civil for capaz de penetrar na agenda estatal e

transformar as necessidades e demandas em políticas públicas efetivas, que sejam capazes de possibilitar a consolidação da cidadania aos sujeitos. (RAICHELIS e RICO,1999).

Nessa perspectiva, Chaves (2016) contribui que quando a sociedade civil se organiza, detém um papel fundamental no processo de democratização do Estado, por meio da participação dos setores excluídos da sociedade. A autora acrescenta ainda que, na contemporaneidade, grande parte das mobilizações da sociedade civil não se voltam para questionar a natureza política do Estado, logo, se restringem apenas às críticas mais formais.

Portanto, em uma sociedade profundamente marcada pela lógica da desigualdade e exclusão social, gestada pela dinâmica das relações sociais de produção capitalista, destaca-se o quão importante torna-se a consolidação de políticas públicas que tenham como premissa a materialização de direitos sociais da população.

1.2 Condições de acesso à educação pública no Brasil

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º salvaguarda o direito à Educação, a Saúde, a Alimentação, o Trabalho, a Moradia, o Transporte, o Lazer, a Segurança, a Previdência Social, a Proteção à Maternidade e à Infância, e a Assistência Social. No entanto, é possível perceber que o acesso a estes direitos sociais está sendo acessado de maneira desigual entre as classes sociais.

Seria relevante, nesse momento da pesquisa, estender o debate e ampliar as reflexões acerca da efetivação dos direitos sociais no Brasil, porém a pesquisa não tem como centralidade analítica uma discussão de tamanha abrangência e complexidade. Desta forma, destaca-se que nesse tópico retratar-se-á, em particular, sobre a configuração das políticas públicas de atuação na área da educação no contexto brasileiro.

Diante de tantas reflexões teóricas é possível inferir que o cenário econômico, político e social do país não é nada favorável para a consolidação de direitos da população, sobretudo, no que se refere à elaboração e implementação de políticas públicas no campo da educação. Vivencia-se um momento de grande instabilidade, onde impera a ausência de compromisso ético-político dos governantes para com os menos favorecidos, o que se assiste é um contraditório processo de favorecimento das camadas mais ricas da população em detrimento das mais pobres.

Ao observar o grandioso projeto de financeirização mundial do capital é possível perceber uma exponencial inversão de valores, haja vista os poucos investimentos no financiamento das políticas de educação no país. Na contramão desse processo, ocorrem investimentos de grande envergadura no campo dos interesses privados. (LAMENHA, 2015). Em outras palavras, a política econômica do país tem canalizado seus investimentos para a iniciativa privada, o que acentua ainda mais as desigualdades sociais no país.

Mas sabe-se que esse processo não configura-se por um acaso, o grande projeto de globalização da economia enredado pelo capitalismo, encontra-se imbricado aos propósitos do neoliberalismo, que por sua vez, expandiu-se pelo mundo.

No Brasil, o ideário neoliberal consolidou-se no período pós-década de 1990. É importante destacar que, a expansão do neoliberalismo no mundo se deu em decorrência da conjuntura de crise vivenciada pelo capital, cenário no qual este, a fim de preservar seus interesses, têm promovido em todo o mundo, uma profunda reestruturação em diversos setores da sociedade (produtivo, econômico, político, social, cultural e ideológico). No campo social, tais transformações têm contribuído para ampliar, substancialmente, os níveis de desemprego, a precarização das relações de trabalho, resultando no cerceamento dos direitos. (PORTO, 2009).

De acordo com Blackburn (1999, p. 144) o neoliberalismo deve ser compreendido como uma “filosofia econômica com a pretensão de restabelecer níveis de lucratividade que permitam criar condições orientadas a uma explosão global de desenvolvimento”.

No campo prático, todo esse processo resultou no ataque aos direitos da população. A lógica neoliberal possui um caráter conservador, pois reforça a ideia da meritocracia no acesso aos direitos, o que vai de encontro ao sentido de universalidade proposto na Constituição Federal de 1988.

Bezerra (2013) afirma que o neoliberalismo penetrou o campo educacional a partir da Conferência de Educação para Todos, na qual ficou estabelecido as posições consensuais para a área, que encontram-se evidenciadas na Declaração Mundial de Educação para Todos. A partir da década de 1991 assiste-se a uma redefinição do plano de metas do empresariado para o campo educacional.

A autora acima mencionada ressalta ainda que, a partir desse momento foram apresentadas várias propostas para a área educacional, como: Programa Setorial de

Educação (1990); Projeto de Reconstrução Nacional (1991); Projeto Minha Gente (1991) e o Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania (1991).

Nesse contexto ocorreram várias redefinições das metas do empresariado no que concerne à área educacional, principalmente em relação a sua ação direta e indireta ao exigir do Estado significativas modificações na estrutura da política educacional. (BEZERRA, 2013).

Neves (1995 *apud* BEZERRA, 2013) acrescenta que para os neoliberais o sistema educacional vivenciava uma crise de eficiência e de produtividade ocasionada pela incompetência dos profissionais que atuam na área da educação. Para expressar o pensamento neoliberal no que concerne à esta crise de eficiência, Gentili (1996) enfatiza:

[...] os neoliberais afirmam que nos países pobres não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes. (*apud* BEZERRA, 2013, p. 69)

Mediante o exposto, é possível observar que a intervenção do empresariado em propor modificações na estrutura educacional do país não se relaciona com uma questão de reconhecimento de direitos, legítimos aos cidadãos, mas sim, como uma estratégia para elevar o nível de escolarização das pessoas para que pudessem dispor cada vez mais de mão de obra qualificada para operar em suas empresas, logo, não se trata de um mercado intervencionista nas questões sociais, e sim de um mercado altamente tático e sagaz em prol do atendimento de suas próprias demandas.

Em concordância com o posicionamento de Chaves (2016, p. 13) ressalta-se que os fundamentos neoliberais foram incorporados na orientação das políticas públicas, a referida autora afirma ainda que,

Esse modelo de política determina certo distanciamento do Estado em relação ao controle e resolução dos problemas e necessidades de cunho social e ambiental que ficam sob os ditames de regulação do mercado. Assim, no Brasil a orientação neoliberal, no plano da execução das políticas públicas, institui um patente recuo no atendimento às demandas dos setores populares, gerado pelo (re) direcionamento dos recursos destinados para a área social para os pagamentos dos lucros do capital. (IDEM, 2016, p. 13)

Diante dessa realidade, o Estado passa ser cada vez mais questionado pelo desempenho de suas atribuições, através dos movimentos sociais e das organizações da classe trabalhadora, que o pressionam a consolidar políticas públicas condizentes com a necessidade da população demandatária dos serviços públicos.

No Brasil, materialização do direito à educação constitui-se como um grande gargalo para a intervenção do Estado via políticas que primem pela sua efetivação. Muito se avançou na criação de políticas públicas voltadas para o segmento da educação, entretanto, ainda é necessário canalizar muitos esforços para que se possa possibilitar a prestação de serviços de qualidade aos brasileiros, pois, torna-se extremamente urgente que os cidadãos tenham acesso a este direito, considerado tão básico e relevante aos mesmos. (BEZERRA, 2013).

Quando o assunto é referente à efetivação de políticas públicas voltadas para a educação, o cenário também se apresenta de modo preocupante. No Brasil, a questão da educação constitui-se como uma problemática desafiadora para as políticas públicas, haja vista que o país possui um atraso histórico no quesito prestação de um serviço educacional de qualidade, bem como em (não) dar prioridade política para os assuntos relacionados à educação Inclusiva e acessível a todos os cidadãos. Esse atraso é percebido com mais transparência quando se analisa dados relacionados à educação em outros países da América Latina. (BEZERRA, 2013).

O caminho percorrido pelo Brasil ao longo de seus 500 anos de história foi de significativas perdas e ganhos, de idas e vindas. No período colonial praticamente inexistiam políticas educacionais, tendo em vista que a economia acontecia pautada na monocultura latifundiária, dessa forma, não havia uma demanda efetiva por mão de obra qualificada. Nesse contexto, o ensino era disseminado através dos jesuítas, onde apenas os filhos das camadas dominantes da sociedade e os candidatos ao sacerdócio tinham acesso. (TORRES, 2007).

Somente em 23 de setembro de 1909, por meio do Decreto nº7.566 é que se considera o acesso à escola para os filhos dos desfavorecidos economicamente, com o seguinte argumento,

Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico (sic) e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade

ignorante, escola do vício e do crime. (BRASIL: DECRETO Nº 7.566, 1909).

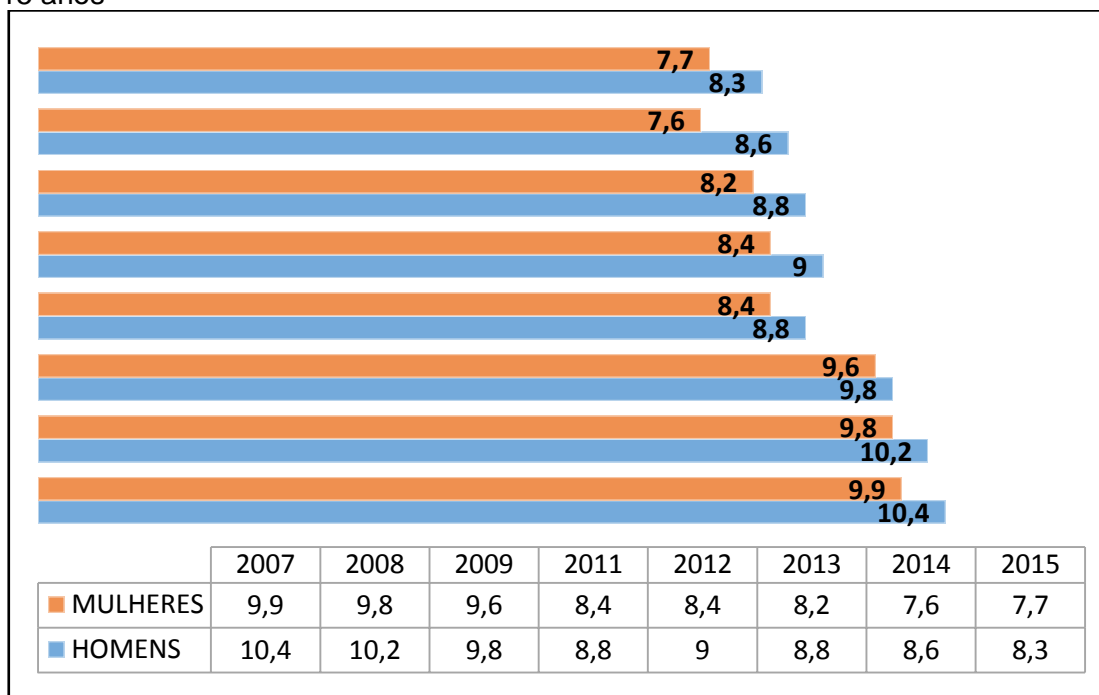
Tratava-se de um acesso ao ensino meramente técnico. Nesse contexto, a criação dessas escolas objetivava o preparo das camadas inferiorizadas da população para operarem no sistema produtivo industrial emergente. Diante do mencionado, cabe à reflexão que passados mais de um século após a criação destas primeiras escolas, a política educacional brasileira ainda tem suas raízes envoltas no passado, pois ainda se observa a profunda marca de um sistema educativo meramente técnico, que visa formar operários de chão de fábrica para atender a uma demanda de mercado.

Nos dizeres de Torres (2007) o Brasil, historicamente, privilegiou o tipo de ensino e formação profissional pautada numa perspectiva de linearidade, que não considera as diferenças sociais, culturais e econômicas de sua nação.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205 assegura a Educação como um direito de todos, dever do Estado e da família, devendo esta ser promovida e incentivada com a participação da sociedade civil, com vistas para o desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho.

No entanto, na prática, o que ocorre difere em muito do que se lê no texto constitucional. E essa problemática aflige desde o direito à creche até mesmo a formação em nível superior, neste contexto, um dos maiores entraves no processo de efetivação da educação, está centrado na promoção da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, é urgente criar políticas que respondam efetivamente a essas demandas da população, como por exemplo na redução das taxas de analfabetismo no país. Para retratar esse problema, apresenta-se o Gráfico 01, com dados que indicam a taxa de analfabetismo entre homens e mulheres com idades igual ou superior a 15 anos no período de 2007 a 2015 no Brasil.

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo entre homens e mulheres com idades igual ou superior a 15 anos



Fonte: Sistematizado a partir de dados do IBGE; Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007-2009/2011-2015.

Em análise aos dados acima apresentados, destaca-se a ocorrência de uma incipiente redução da taxa de analfabetismo. Entre os períodos de 2007-2009 e 2011-2015 houve um decréscimo de 2,7% entre pessoas de gênero masculino e de 2,2% entre as de gênero feminino. Os dados indicam ainda que o grau de escolaridade feminina se mostra superior ao grau de escolaridade masculina. Destarte, percebe-se que a educação brasileira não tem conseguido alcançar níveis satisfatórios de cidadania, nem mesmo em relação ao acesso à educação básica.

Para Torres (2007), a questão do analfabetismo não se constitui pelo processo da não-educação, mas encontra-se associada à falta de escolarização ou ausência de ensino formal.

Destaca-se que o país precisa trabalhar muito para constituir-se, de fato, como “pátria educadora”, para que possa efetivamente alcançar as diretrizes e metas dispostas na Lei nº13.005, referente ao Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 25 de junho de 2014. A referida lei, no art. 2º trata das Diretrizes do PNE, verificar Figura 3.

Figura 3: Diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, lei nº13.005.

Diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE	
I - Erradicação do analfabetismo;	VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
II - Universalização do atendimento escolar;	VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;	VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
IV - Melhoria da qualidade da educação;	IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;
V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;	X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Fonte: Sistematizado a partir informações do PNE, 2014.

Uma importante informação a ser ressaltada é que a vigência do PNE compreende o período de 2014 (ano de sua aprovação) à 2024, ou seja, até 2024 o Estado precisa ter alcançado suas 10 diretrizes e 20 metas traçadas no documento.

As diretrizes demonstradas na tabela anterior, propostas pelo PNE (2014) apontam um longo caminho a ser percorrido pela Política de Educação, porém constituem-se em propostas extremamente relevantes para indicar mudanças no campo da educação básica no país. Entretanto, ao refletir acerca das metas indicadas no texto do PNE é possível observar o não cumprimento às mesmas, a exemplo temos a meta de número 1, que inicia da seguinte forma: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade”, com isso, se pode observar que as metas não estão sendo implementadas.

Sabe-se que a educação é uma importante ferramenta de empoderamento social, capaz de possibilitar aos sujeitos a superação de suas problemáticas sociais e de lhes proporcionar melhores condições de vida, perante as agruras impostas por um sistema político-econômico que oprime a maioria em detrimento dos interesses de uma minoria.

Bezerra (2013) destaca que a educação tem o papel primordial de transformar-se em instrumento, por excelência, de formação da cidadania, logo, é justamente

nessa perspectiva que a educação precisa ser fomentada rumo a sua democratização. Deste modo, entende-se que o provimento e prestação qualitativa deste serviço devem ser tomados como prioridade na agenda política do Estado.

Entretanto, para Meszáros (*apud* OLIVEIRA, 2006) por si só, a educação não é capaz de possibilitar a modificação do tecido social do país rumo a emancipação. Logo, com base na colocação apresentada, ressalta-se que a educação deve, sobretudo, ser capaz de possibilitar aos sujeitos a reflexão crítica dos processos que envolvem a estrutura política, econômica, social e cultural do país.

No Brasil, o problema que envolve a educação, assim como outras questões sociais, é agravado perante o recuo do Estado em dar atenção especial aos problemas que atingem a sociedade. O Estado pouco tem feito em relação à criação de mecanismos de intervenção que proporcionem o melhoramento dos serviços públicos e assegurem o acesso da população aos bens e serviços sociais de maneira qualitativa e igualitária.

No início da década passada, o Brasil traçou um plano de metas bastante ambicioso em relação ao sistema educacional, sugere-se que até o ano de 2022 se alcance a universalidade do direito à educação, ou seja, que todos os cidadãos tenham acesso à educação básica. No entanto, para que se possa alcançar esses resultados faz-se necessário que o Estado avance, é preciso sofisticar suas bases de conhecimentos, carece de consolidar um sistema de avaliação de políticas públicas mais robustos e que reflitam a realidade da população, em busca de melhores indicadores educacionais, sobretudo, do ponto de vista qualitativo.

Diante desse contexto, é preciso assinalar que o processo de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a educação, necessitam ter como centralidade o desafio no alcance de melhorias no que tange a qualidade do ensino, ampliação do acesso à educação, estratégias para permanência na escola, melhores condições de trabalho e remuneração dos professores e à estrutura física das escolas, ou seja, requer que o Estado, de fato, assuma a função de promotor de uma educação de qualidade e inclusiva tanto para ricos, quanto para pobres, é preciso democratizar este espaço de construção social para os sujeitos.

Na concepção de Melo (1986, p. 30), “o ensino democrático é aquele a que todos podem ter acesso em igualdade de condições”. A autora afirma ainda, que o problema da democratização do ensino caracteriza-se como sendo de cunho político e não simplesmente pedagógico.

E o que seria mesmo uma escola democrática? Com base nos apontamentos de Bezerra (2013), a escola só pode tornar-se democrática se a educação, base de conhecimentos e habilidades, for um direito garantido a todos, independentemente de localização geográfica, classe social, convicções políticas e credos religiosos. Nesta mesma perspectiva, Melo (1986, p.31-32) compreende “o ensino democrático como aquele que vai ao encontro das aspirações da maioria”.

Concernente ao debate sobre a democratização do ensino, Mello (1986, p. 30) assinala que “o ensino democrático é aquele a que todos podem ter acesso em igualdade de condições”, para tanto, a autora afirma que a problemática no processo de democratização do ensino não se concretiza como um problema pedagógico, mas sim, político.

Nesta mesma perspectiva de análise, Maranhão e Marques (2014, p. 128) consideram que pensar uma instituição escolar pública, fundamentada nos princípios democráticos nos leva a compreender um ambiente promotor de espaços fecundos para a participação social, afirmam ainda que, a constituição de mecanismos coletivos de gestão “se posiciona como pretensa solucionadora de diversos problemas, mas pode incorrer em outro problema: pautar-se na ideia de que a participação das pessoas na gestão da coisa pública é meramente técnica”.

Embora o objetivo de universalização/democratização da escola básica conste em praticamente todos os planos de educação elaborados nas últimas décadas (na esfera federal, estadual e municipal), seus resultados não têm proporcionado impacto significativo no sistema educacional, conforme verificado por Kuenzer, et. al. (1986 *apud* BEZERRA, 2013).

No entender de Mello (1986, p.31-32), alguns princípios deveriam balizar a discussão em torno da questão relativa a universalização do ensino, trata-se de compreender “o ensino democrático como aquele que vai ao encontro das aspirações da maioria”; um segundo princípio refere-se a “expansão quantitativa do ensino oficial e gratuito, de modo a abarcar setores cada vez mais expressivos de alunos das camadas populares, como condição primeira e indispensável da democratização do ensino”.

A referida autora assevera que o compromisso com a democratização do ensino pressupõe, acima de tudo, a) garantia de acesso e permanência de todas as crianças na escola básica; b) garantia de melhor qualidade de ensino possível ao maior número de alunos; e c) abertura da escola para a participação da população

usuária. Talvez, este último item apontado seja o de maior relevância na consolidação de um perfil educacional que de fato se constitua de maneira democrática.

Gatti (1989, *apud* BEZERRA, 2013), considera que democratizar o ensino não consiste apenas em abertura de escolas e ampliação do número de vagas, mas sobretudo, zelar pelo dia a dia dentro das escolas e oferecer as condições mínimas necessárias para que a relação ensino-aprendizagem se realize de forma exitosa. Desse modo, destaca-se que no processo de democratização da escola, a qualidade do ensino se apresenta em mesmo grau de importância em relação a construção de novas escolas.

Ribeiro (1989, *apud* BEZERRA, 2013) afirma que na década de 1960, o conceito de qualidade do ensino, nos planos de educação, passou por um processo de resignificação. Neste contexto, qualidade do ensino é entendida como algo que está estritamente atrelado à expansão do sistema de ensino, do quantitativo de escolas e matrículas, treinamento de novos professores, fornecimento de merenda escolar, livros e materiais didáticos.

Esse quadro indica que as preocupações e prioridades constantes nos planos educacionais brasileiro tendem para atender interesses meramente quantitativos em detrimento dos aspectos qualitativos, sendo este último, entendido como primordial no processo de construção de um sistema educacional pautado em princípios democráticos.

Nos dizeres de Diniz (2009), para que uma determinada nação torne-se soberana é preciso que a educação, a Ciência e a Tecnologia estejam na base de sua estrutura social, isso resulta em um processo de consolidação da cidadania, pautando os avanços científicos e tecnológicos para dar base a um desenvolvimento social da nação.

Há de se reconhecer a forte influência da política neoliberal no processo de desmonte da Educação pública e incremento da educação privada. Dessa forma, percebe-se que a educação no Brasil também tem seguido o caminho da privatização. Assim, é possível observar que o Estado tem canalizado investimentos cada vez mais elevados para o setor educacional privado, inclusive, no que tange a efetivação de políticas que objetivam a inclusão educativa por meio de programas e projetos que concedem bolsas de estudos para alunos de baixa renda em instituições de ensino de caráter privado, seja no ensino básico ou superior.

Com base nos autores mencionados neste capítulo, destaca-se que a promoção de uma educação inclusiva, pressuposto para a cidadania, não é encarada como prioridade na agenda política do Brasil. Destarte, não é de interesse do Estado, e nem tão pouco do capital, que as pessoas tenham acesso a um sistema educacional primado nos princípios de empoderamento social e emancipação humana, não interessa ao poder público a formação educacional crítica dos sujeitos sociais.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA

“Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas”.
(Karl Marx)

Neste capítulo objetiva-se analisar como as políticas públicas expressam-se na cena amazônica. O intuito é compreender a dinâmica que envolve o processo de constituição e efetivação destas políticas junto às populações rurais na Amazônia. Retratar-se-á ainda neste capítulo sobre as organizações sociopolíticas e culturais que emergem neste contexto enquanto pressuposto para a democratização do acesso a bens e serviços sociais na região.

A reflexão proposta é necessária para decifrar as relações contraditórias estabelecidas desde o período de colonização da região até o processo de criação de projetos suntuosos com vistas a integração da economia amazonense à dinâmica global, bem como para que se possa debater estratégias de superação da ordem vigente no tocante a baixa efetivação de direitos sociais, pois, “[...]como pode ser visto no observatório da história, a sociedade civil organizada possui um papel fundamental na democratização do Estado, via participação dos setores excluídos”. (CHAVES, 2016, p. 19).

2.1 Amazônia: configuração das políticas públicas

As últimas décadas do século XX e início do XXI foram palco de inúmeros estudos e pesquisas, seja de porte locais, nacionais, e internacionais sobre a dinâmica regional com centralidade para questões relativas aos recursos naturais e às suas populações locais. Retratar questões que envolvem a Amazônia requer um esforço imensurável, por se tratar de uma região de significativa complexidade, tanto no que se refere à sua rica biodiversidade natural, quanto em relação às populações em suas múltiplas manifestações culturais e políticas.

Destaca-se que o bioma amazônico abrange uma área que equivale a aproximadamente 6,5 milhões de km², que abarca diversos países, dentre estes: parte do Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana

Francesa. Ademais, inclui nove dos estados brasileiros, sendo o Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre, Amapá, Maranhão, Tocantins e parte do Mato Grosso. (FREITAS, 2010)

Sherer (2004a) afirma que a região amazônica também caracteriza-se por dois modelos prioritários de ecossistema, que são, as áreas compostas por terras de várzea e pelas florestas de terra firme, cenário que ocorre ainda, os fenômenos naturais relacionados à seca, cheia, vazante e enchente dos rios.

O processo de escoamento da água da chuva, nos períodos de seca naturalmente formaram uma espécie de escavadura no fundo dos lagos, o que explica o fato do canal amazônico ter uma profundidade que passa de cem metros em diversos pontos. (MEGGERS, 1987).

A corrente dos rios amazônicos mantém uma velocidade média de 2,5 Km por hora durante o período de estiagem do rio, entretanto, nas enchentes este fluxo se expande a quase o triplo, face a pressão do enorme volume de água depositado na área de escoamento. As elevadas temperaturas são combinadas com fortes chuvas, o que provoca muita umidade. (MEGGERS, 1987).

A Amazônia brasileira é composta a partir de dois rios principais, que são, o Rio Negro e o Rio Solimões e abriga uma diversidade imensurável, sobretudo, no que tange aos recursos hídricos, fauna, flora e diversidade sociocultural, detém ainda, a maior biodiversidade e 1/5 (um quinto) do volume de água doce existente em todo o planeta. (MEGGERS, 1987).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Senso 2010, estimam que o Estado do Amazonas possui uma área de 1.559.159,148 Km², e encontra-se subdividido em 62 municípios e compreende uma população de 3.483.985 habitantes, destes 2.755,490 residem em área urbana e 728.485 encontram-se localizados na área rural. Dentre as populações residentes em áreas rurais, um grande quantitativo vive em comunidades ribeirinhas, no interior da região. O cenário amazônico é palco de uma rica diversidade sociocultural, que compreende populações tradicionais, indígenas e não indígenas.

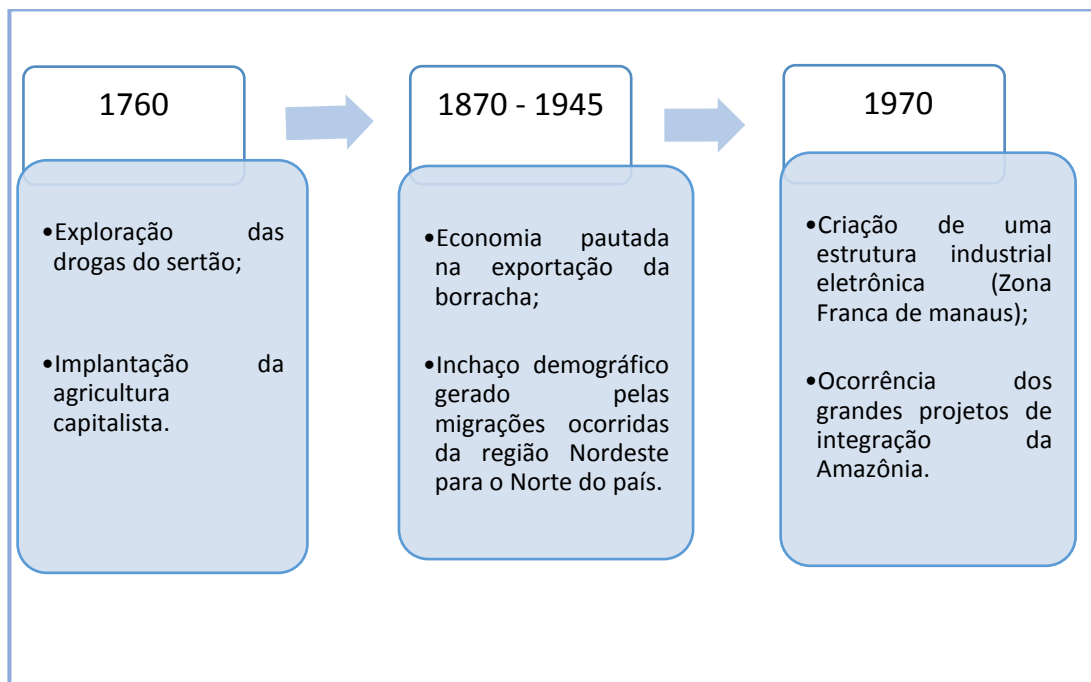
De acordo com Batista (2002), as primeiras manifestações em relação a formação cultural na região amazônica ocorreram com os missionários durante o processo de aldeamento dos gentios, bem como, pela sua incorporação ao modelo europeu de civilização. Para o autor a Cabanagem, marcada por significativas

reinvidicações sociais, também deve ser reconhecida enquanto importante componente na formação sociocultural e identitária dos povos amazônicos.

As primeiras organizações sociais no processo de formação cultural dos povos da Amazônia, como os ribeirinhos, caboclos, castanheiros, seringueiros e pescadores, é fruto da miscigenação constituída a partir de povos de diferentes continentes, com maior incidência entre europeus, indígenas e nordestinos. (CHAVES e RODRIGUES, 2016).

Com base nos estudos realizados por Chaves (2016) foi elaborado um esquema que demarca alguns dos acontecimentos históricos que marcaram a região amazônica, (conferir Quadro 01).

Quadro 1: Cronologia dos acontecimentos históricos que marcaram a Amazônia



Fonte: Sistematizado a partir de Chaves (2016).

Reis (1963 *apud* SOARES, 1966, p. 120).) destaca que o período de exploração da borracha também teve contribuições de grande relevância no processo de mudança cultural da região, acrescenta ainda o papel dos nordestinos na formação sociocultural e no povoamento da região amazônica, nesta perspectiva o autor destaca que:

Durante 35 anos consecutivos aquelas falanges de flagelados famintos, doentes e desesperados, lançaram-se no “inferno verde” da Amazônia, que desconheciam totalmente, numa migração desordenada, “dolorosa e anárquica”. Na verdade, um verdadeiro

êxodo, forçado mais pela fome e pela sede do que pela ambição de uma riqueza que se afigurava fácil.

Batista (2002 *apud* BITAR, 2010) ressalta que ao migrarem para a Amazônia, os nordestinos foram submetidos às mais diversas práticas de trabalho escravo nos seringais e que boa parte da formação dessa cultura foi constituída através da miscigenação entre o caboclo, o mestiço imigrado, o branco, o negro, o mulato, o índio, o zambo-cafuz e o curiboca.

No tocante ao processo de trabalho nos seringais, marcado pela super-exploração e falta de assistência da mais diversa ordem na qual as populações da região amazônica foram submetidas Euclides da Cunha (1926) assinalou:

[...] a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei de trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que cerceie os desmandos; uma forma qualquer de *homestead* que o consorcie definitivamente à terra. (*apud* Ribeiro, 2007, p.118).

Euclides da Cunha realiza uma abordagem rica demonstrando a precária condição de vida e trabalho vivenciada nos seringais amazônicos, fica evidente nos escritos do autor que estes trabalhadores, seringueiros que realizavam suas atividades nestes espaços, não tinham acesso a direitos sociais, nem tampouco trabalhistas, eram submetidos a condições sub-humanas.

Cabe ressaltar que o principal sujeito na formação cultural e social amazônica foi/é o indígena, estes, ao longo da invasão estrangeira precisou se reorganizar e adaptar às novas configurações de vida, valores, instituições e técnicas, oriundas da relação com os portugueses, espanhóis, imigrantes nordestinos e de outras regiões do Brasil. Esse contato com novos grupos acarretou um forte impacto na formação de sua identidade e em suas formas de organização social, em alguns casos específicos, esse contato ocasionou o rompimento gradual da identidade destes povos, levando-os a considerar novas expressões socioculturais, como desígnio para readaptação de seu modo de vida e trabalho. (BATISTA, 2002).

A abordagem apresentada neste trabalho parte do pressuposto que a forma como se configurou o processo de colonização da Amazônia foi extremamente danoso para as suas populações, logo, a Amazônia, “foi marcada a ferro e fogo pelas tendências da modernidade capitalista” (CHAVES, 2016, p. 34).

Conforme observado por Souza (1977), desde o período de colonização amazônica (1755 – 1778), a exploração desenfreada dos recursos naturais e humanos

se transformou na tônica do desenvolvimento. A política implementada no período pombalino impôs a transformação da Amazônia em um mero prolongamento produtivo do Reino.

Chaves (2016) indica que as determinações originadas mediante os direcionamentos das políticas públicas na região, desde o seu momento de colonização até o processo de implementação das políticas desenvolvimentistas geraram profundas alterações no modo de vida dos povos da Amazônia.

Historicamente, as políticas desenvolvimentistas voltadas para a região amazônica foram balizadas por interesses e estratégias de expansão das relações sociais de produção capitalista, os grandiosos projetos preconizavam o processo de “[...] integração da Amazônia ao desenvolvimento nacional e internacional, através da exploração de riquezas minerais, vegetais e animais, da mudança no padrão de produção tradicional e nas formas de manejo dos recursos naturais”. (CHAVES, 2016, p. 39).

Estudos elaborados por Dias (2007) indicam que a própria capital do Amazonas, Manaus, foi minuciosamente planejada e construída com o intuito de atender às demandas do capital internacional. O processo de embelezamento da cidade, por meio da urbanização, construção de praças, edifícios e monumentos suntuosos, por muito tempo serviram para “mascarar” o outro lado da face da *-urbs-*, uma face pouco revelada, nada edificante, trata-se da Manaus dos excluídos, dos pobres, miseráveis, imigrantes, enfermos e loucos.

A autora supracitada acrescenta ainda que, um dos maiores efeitos da urbanização na Amazônia se apresenta pela exclusão social vivenciada pelos sujeitos amazônicos. Essa urbanização excludente trouxe prejuízos sem precedentes para a cultura local, além de acirrar as desigualdades sociais e intensificar os indicadores de pobreza já agravados na região.

Na concepção de Benchimol (2001) o processo migratório, no geral, foi uma forma de transferir os problemas do Nordeste para a Amazônia, e não uma estratégia para de fato propor soluções adequadas e duradouras para a conjuntura instaurada na região.

Chaves (2014) destaca que este processo de migração não ocorreu de maneira natural, pois é resultante de uma política de povoamento, na qual o governo propunha o realocamento de populações do Nordeste para a região Norte para que pudessem atuar na produção da borracha com o objetivo de atender a uma demanda do mercado

internacional. Essa conjuntura gerou um cenário de grandes conflitos sociais e políticos, sobretudo, no que tange as disputas por território, problemas relacionados à terra, expropriação indígena e acirramento da questão social na Amazônia.

Sobre isso, a referida autora acrescenta que as populações que foram atraídas para a Amazônia, em face ao êxodo rural, comumente eram direcionadas para territórios ocupados pelas populações tradicionais, com isso, padeciam da exploração massiva de sua força de trabalho, sem sequer terem acesso a direitos sociais básicos.

É importante ressaltar que a “herança” do modelo de desenvolvimento instaurado ainda na década de 1970, foi a de uma Amazônia cujas populações tradicionais foram extremamente afetadas e tiveram que reorganizar seus modos de vida e proteger os recursos naturais, já bastante depredados pela ordem de consumo estabelecidos pela dinâmica capitalista.

Diante do cenário apresentado, é possível observar que a configuração das políticas públicas para acesso a bens e serviços sociais pelas populações da Amazônia, tem raízes nas contradições sociais, econômicas e culturais emergentes ainda no período de colonização da região.

Concernente a esta discussão, Chaves (2014, p. 14) indica que as políticas que compuseram o modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia geraram consequências devastadoras para as suas populações. Historicamente, o acesso dessa população aos bens e serviços sociais se assentou em “(...) bases de subordinação aos ditames das elites dominantes e das forças avassaladoras da modernidade imposta pelo capital”.

Na década de 1990, com a política neoliberal em processo de consolidação no Brasil, as políticas públicas voltadas para a Amazônia se constituíram com base nos grandes projetos de desenvolvimento, dessa forma, priorizou-se a implementação de políticas voltadas para obras de infraestrutura, com a máxima de desenvolver a região para integrá-la à economia global.

As políticas públicas, neoliberais, viabilizadas na região geraram um agravamento da desigualdade social por meio da ausência do acesso efetivo aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais pelos “povos da floresta”¹.

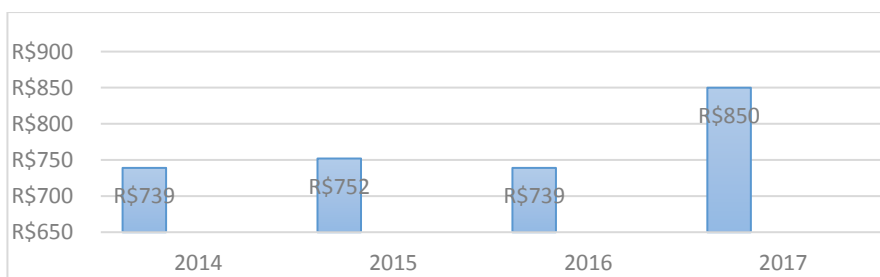
¹ De acordo com Machado e Castro (2016), a expressão “Povos da Floresta” teve origem em meados de 1985, com Chico Mendes e remete ao processo de lutas e resistência de seringueiros e extrativistas em defesa da floresta na Amazônia. A expressão surge como uma bandeira de luta no período do ciclo da borracha, com o intuito de afirmar que “na floresta tem gente”.

Conforme observado por Chaves (2014, p. 16), cenário amazônico, oculta realidades distintas, pois ao mesmo passo em que é possível desfrutar de sua abundância natural e cultural, observa-se ainda, a segregação de sua população, o crescimento da miséria, pobreza e exclusão social, fruto das contradições socioeconômicas geradas pela lógica excludente de produção capitalista em um fluxo constante de “globalização da pobreza e privatização da riqueza”.

Estudos de Fleischfresser (2006 *apud* CHAVES, 2016) apontam que a Amazônia possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil. Sobre isso, destaca que o IDH da região encontra-se entre os piores do Brasil, com 0,727%, enquanto a média nacional é 0,852%; concentra ainda, a maior taxa de analfabetismo das pessoas acima de dez anos de idade, com 29,9% e a segunda maior taxa de mortalidade infantil do país com um percentual de 53,70%, ultrapassando até mesmo a média nacional, de 49,70%.

Entretanto, apesar dos alarmantes indicadores relatados, existem pesquisas que apontam um significativo crescimento econômico na região, a citar, o Boletim divulgado em fevereiro de 2018 pelo Banco Central, o qual afirma que a região norte do país tem se destacado em termos de crescimento econômico. Porém, ressalta-se que esse crescimento tem sido concentrado em uma ínfima parcela da população. Em se tratando da distribuição de renda no Amazonas, o Gráfico 02 apresenta o rendimento mensal domiciliar per capita de sua população durante os anos de 2014 a 2017.

Gráfico 02: Rendimento mensal domiciliar per capita



Fonte: Sistematizado a partir de dados do IBGE, 2017.

Apesar do desenvolvimento econômico alcançado na região, destaca-se que este aumento é combinado ao crescimento das desigualdades sociais. Isso porque, a renda per capita mensal da população do Amazonas, por si só, não é capaz de proporcionar melhorias nas condições de vida, de acesso a bens e serviços sociais e aos direitos destes sujeitos sociais, sobretudo, em se tratando do acesso das

populações tradicionais que vivem nos beiradões dos rios que constituem o Amazonas.

Nestes beiradões, comunidades constituídas por ribeirinhos, pescadores, extrativistas, varjeiros e de diferentes etnias indígenas se concentram formando uma rica diversidade sociocultural. Os sujeitos sociais que nelas habitam possuem um *modus vivendi* estreitamente ligado ao ambiente natural em que se encontram inseridos. Sobre isso, Leff (2009, p. 98) afirma que “(...) toda formação social desenvolve-se numa estreita relação com o seu entorno natural”.

Desta forma, percebe-se que o cotidiano das populações ribeirinhas constitui-se pela sua interação com a natureza, assim sendo, observa-se tamanha a importância dos recursos naturais para estes agentes sociais, pois sua relação com a mesma se define em um processo de interdependência.

Em uma clássica e célebre interpretação da Amazônia, Leandro Tocantins (1972) apresenta uma caracterização da vida amazônica. Em seus escritos, apresenta suas interpretações sobre a relação que o homem estabelece com a natureza, para tanto, destaca o grau de importância e a representatividade do rio para os sujeitos amazônicos, retrata que este rio constitui umas das mais poderosas forças do meio, é o rio que domina a vida. Em uma passagem poética o autor descreve que “[...] a natureza absorve e prende o homem em suas malhas, apesar do lento e continuado esforço para humanizá-la”. (Idem, p.17)

Chaves (2014) indica que uma perversa lógica de desenvolvimento foi imposta à Amazônia e traçou o rumo das políticas públicas direcionadas para a região, determinando as condições de acesso da população amazônica aos bens e serviços sociais, principalmente, no que se refere à Saúde, Educação, Assistência Social, Previdência Social.

Conforme expõe Chaves (2016), as políticas de desenvolvimento instituídas na Amazônia formataram-se de maneira extremamente contraditória, assim, afetaram as formas de organização sociocultural e política regional. A desenfreada busca pela maximização dos lucros do capital internacional trouxe em seu bojo o usufruto predatório dos recursos naturais existentes na região, acarretando a fragilização da relação homem-natureza (Idem).

A contradição estabelecida no processo de implementação das políticas de desenvolvimento local, resultaram na violação das práticas de organização socioculturais e políticas já preexistente na região. Por este motivo, cabe no

desenvolvimento deste trabalho abordar sobre as configurações dessas práticas organizativas enquanto estratégias de luta e resistência para a manutenção da cultura local, bem como, para reivindicação de seus direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e territoriais.

2.2 Organização sociopolítica e dinâmica organizativa em comunidades ribeirinhas

A discussão trazida neste momento do trabalho tem como premissa compreender a ocorrência do processo de organização sociopolítica instituídas a partir das práticas e vivências organizativas forjadas no contexto específico de comunidades ribeirinhas no Amazonas.

Na perspectiva teórica de Wagley (1988) durante o processo de organização territorial os caboclos e ribeirinhos desenvolvem a habilidade de apreenderem a coexistir estabelecendo, deste modo, uma relação com o meio em que estão inseridos. O autor salienta que é a partir do estabelecimento dessa experiência que esses sujeitos sociais fundamentam suas particularidades socioculturais e identitárias, constroem e cultivam relacionamentos, grupos sociais e a sua identidade sociopolítica.

Chaves (2016) destaca que as organizações sociais definem-se na interface entre aquilo que é instituído e o que é lido, interpretado do cotidiano, estabelecendo uma construção dinâmica entre os elementos do passado e do presente, isso porque as determinações históricas seguem gerando inflexões nas representações vigentes no presente.

A identificação cultural no âmbito das comunidades ribeirinhas constitui-se em um importante elemento para a gênese da participação, é considerado ainda enquanto mecanismo essencial da gestão comunitária, pois neste formato a participação mantêm-se decorrente “[...] de um processo prenhe de contradições, marcado pela complexidade num ritmo próprio a cada grupo particular” (CHAVES, 2016, p. 45). Na gestão de comunidades ribeirinhas os atores sociais constroem suas próprias redes de ajuda mútua entre os grupos doméstico-familiar, mecanismo este, considerado primordial para acionar a participação (Idem).

Diante da trama da correlação de forças políticas determinadas historicamente, instituem-se variadas formas de organização social pelas populações rurais na

Amazônia, essas práticas de organização sociopolítica se definem como instrumentos de resistência para garantir o acesso qualitativo aos recursos necessário para a reprodução da vida social e material. (CHAVES, 2016).

Em consonância com o pensamento de Souza (1996 *apud* BARROSO, 2015) sobre organização política no espaço comunitário é possível afirmar que tais estratégias não se constituem somente como atividades corriqueiras do cotidiano, naturalizadas, mas sobretudo, como ações sociais politicamente construídas mediante o processo de tomada de consciência desses sujeitos no tocante aos problemas locais e da constituição de mobilização social para enfrentamento e superação dos mesmos, para tanto, neste processo a participação ganha centralidade.

Partindo desse pressuposto, Souza (1996 *apud* BARROSO, 2015, p. 61) ressalta que dentre os elementos que constituem os movimentos populares, a participação configura-se como elemento dinamizador. A autora define participação como “[...] um exercício coletivo de tomada de decisões e de gestão das ações, definidas e implementadas pela ação comunitária por meio da articulação de forças sociais dentro e fora da comunidade”.

O processo de reivindicação, expressão e luta, contribui para a construção coletiva da identidade e da autonomia. Esse movimento configura constituição de novos agentes sociais, atores políticos, suas ações não se direcionam exclusivamente a luta por políticas públicas atuantes em suas realidades particulares, mas sobretudo, na construção e efetivação de uma cultura política que considere o respeito às liberdades, à equidade social e na transparência das ações do Estado. (CHAVES, 2016).

Tomando por base a importância da participação social no processo de constituição das particularidades envolvidas nas organizações sociopolítica em comunidades ribeirinhas no Amazonas, optou-se pela construção de uma abordagem teórica que também coloque a categoria participação social em plano de destaque para as discussões estabelecidas neste capítulo, entendendo que esta práxis possibilita uma compreensão mais ampliada e dialética acerca das dinâmicas organizativas nas comunidades ribeirinhas.

2.2.1 Participação Social: abordagem histórico-conceitual

Para contextualizar acerca das estratégias de organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas amazônicas, cabe, compreender o processo de constituição da participação social no cenário histórico brasileiro, essa contextualização sobre participação social realiza-se a partir de uma perspectiva conceitual e histórica, mediante a interlocução dialética entre diferentes aportes teóricos.

No Brasil, historicamente, o processo de efetivação de direitos esteve atrelado ao contexto de lutas sociais. Isso se deve ao fato de a participação social representar uma importante ferramenta para a democratização dos bens e serviços produzidos socialmente no país, e conseqüentemente para a universalização da cidadania, sobretudo em uma sociedade com claros indícios de uma cidadania não universalizada.

Cavalli e Pastor (2009, p.10) apontam que:

O processo histórico-social da sociedade brasileira, desde a colonização até os dias atuais, é permeado por traços de uma cultura política de subalternidade, onde a participação social não encontra raízes profundas e onde não é comum a luta popular efetiva pela materialização de direitos sociais.

A esse respeito, Pinheiro (1992 *apud* Spink, 1994) destaca que a não universalização da cidadania deriva da ausência de controle democrático em relação às instituições de natureza pública, bem como, pela negação de direitos humanos e sociais aos estratos mais pobres da população. Na perspectiva de Spink (1994), a cidadania deve ser entendida na inter-relação indivíduo-sociedade e que requer um pluralismo na distribuição de direitos, ou seja, demanda que os sujeitos compreendam sua função social e participem, social e politicamente, na busca pelos mesmos.

Participação social constitui-se como um direito garantido na Constituição Federal de 1988, salvaguardado por meio dos artigos 204 e 227, que asseguram a participação da população, através de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis da gestão administrativa seja, municipal, estadual ou federal. (ROCHA, 2009).

Ressalta-se que a conquista do direito à participação social se expressa como fruto de intensas lutas sociais deliberadas por diversos segmentos da sociedade, em especial a partir da década de 1960, momento em que o país vivenciava uma

conjuntura de grave fragilidade e instabilidade política, bem como, um cenário de intensa contenção social. (ROCHA, 2009).

Sobre esse momento histórico no país, considera-se inconcebível tratar de participação social e não a explicitar, mesmo que de maneira breve, no contexto do governo militar, instaurado no Brasil no período de 1964 a 1985. Isso porque este fato histórico acabou por prejudicar, e muito, o quadro de avanço das lutas e da participação social, episódio este devido aos 20 anos de militarismo no país.

Este cenário motivou os diversos segmentos da sociedade, levando-os às ruas, em especial a partir de 1970 para reivindicar contra o regime militar e por melhorias no acesso aos seus direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

O resultado deste feito foi o processo de abertura política e conquista de direitos com a retomada da democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura, inclusive, o direito a participação social a todos os cidadãos brasileiros. Entretanto, mesmo diante de tais conquistas, obtidas a partir do processo de organização das lutas sociais, a sociedade civil não pôde desfrutar efetivamente dos resultados gerados pela abertura dos canais de participação social, sobretudo, no que se refere à democratização do acesso aos direitos.

Assim sendo, Cassini e Castamann (2015) afirmam que se construiu no Brasil uma cultura política antidemocrática, tendo em vista que, quem está no centro das tomadas de decisões políticas do país não é o povo, e sim os grandes empresários e a própria classe política. Sobre este cenário Chaves (2016, p. 19) salienta que “Na contemporaneidade, as ações e mobilizações da sociedade civil organizada, em sua ampla maioria, não questionam a natureza política do Estado restringindo-se às críticas de cunho formal.”

Nogueira (1998), afirma que, historicamente no Brasil, o próprio Estado não contribui para a organização da sociedade civil, ou seja, não é de interesse do poder público que o povo esteja no controle das tomadas de decisões. Isso porque, a participação social constitui-se como uma ferramenta de empoderamento e emancipação social aos segmentos mais empobrecidos pelo modo produção capitalista que gera estas contradições sociais, e é justamente a participação social que vai contribuir para que a gestão pública seja direcionada aos interesses da coletividade.

Neste contexto, Demo (2001) analisa que a participação implica a partilha de poder, ou seja, neste processo a sociedade também detém a competência de

influenciar na gestão pública. A este respeito, Teixeira (2001 *apud* CHAVES, 2016) expressa que a participação combina diferentes tipos de mediações e institui múltiplos espaços de interlocução entre os diversos agentes sociais, logo, participação social é entendida como processo de exercício da cidadania.

A participação social deve ser entendida enquanto espaço de construção da cidadania, como possibilidade de constituição dos sujeitos sociais. É necessário perceber que em uma sociedade extremamente fragmentada, com interesses antagônicos o processo de construção desta cidadania só será possível por meio do processo participativo, mediante o veemente engajamento da sociedade civil na busca pela emancipação e materialização de direitos (ASSIS et.al,1995).

De acordo como o exposto pelos autores, entende-se que a participação social se expressa como um processo de comunicação entre a sociedade e seus representantes políticos, de modo que os mesmos possam contribuir efetivamente na criação e efetivação de políticas públicas voltadas para os mais diversos segmentos sociais, favorecendo assim à gestão democrática. No entanto, ao considerar que a participação implica em conquista e garantia de direitos sociais, é notório no quadro da sociedade que tais direitos estão sendo veementemente atacados pela ofensiva neoliberal, bem como, pelo próprio ordenamento político do Estado, estritamente articulado no processo de desmonte de direitos, sucateamento das instituições públicas e criar entraves para a organização social no intuito de enfraquecer as lutas sociais.

Existem diversos canais de participação social, dentre estas pode-se citar os canais institucionalizados, que são os conselhos de políticas públicas, referendos, conferências, audiências públicas, consultas públicas, dentre outros; ademais, é importante ressaltar que os movimentos sociais, manifestações e passeatas também representam alguns dos mais importantes espaços de participação social. Portanto, expressam-se como ferramentas efetivas no processo de contestação estatal, na luta por direitos e pela democratização do acesso aos bens e serviços sociais. (SANTOS, et. al., 2016).

A constituição de um campo fecundo para participação social junto às políticas públicas, no Brasil, ainda ocorre de maneira tímida; a própria lógica política do país cria limitações estruturais para o processo de participação social, o que dificulta, ou até mesmo inviabiliza, o acesso da população nos assuntos políticos. Outro fator relevante, diz respeito a intensificação das desigualdades sociais, tendo em vista que

quanto mais excluídos os sujeitos estiverem, menos participarão. Ressalta-se que o processo de desestruturação de direitos empreendidos pela ofensiva neoliberal, tem em suas premissas a desmobilização das massas, da classe trabalhadora. (RODRIGUES, 2017).

Sobre o contexto neoliberal Teixeira (2003) afirma que, em tese o campo dos direitos não se efetivou, em especial a partir dos anos 1990, visto que os respectivos representantes do governo brasileiro implantaram no país a política neoliberal, ocasionando, desta forma, a exclusão das demandas da classe trabalhadora.

Assim conforme relato da autora mencionada, o avanço das prerrogativas neoliberais significou na prática um processo de negação e de desmonte dos direitos sociais que haviam sido conquistados, principalmente no âmbito das políticas sociais, à medida em que se defende um estado mínimo para o social e máximo para o capital.

Para Borón (1998, p. 105) “(...) a herança do neoliberalismo é também a de uma sociedade menos integrada, produto das desigualdades e fendas que aprofundou com sua política econômica”. Portanto, destaca-se que uma das formas de ataque do neoliberalismo se processa por meio da desestruturação das organizações sociais, sindicais e trabalhistas, ou seja, qualquer movimento da sociedade que conteste a manutenção da ordem vigente.

Ao explorar o campo da dificuldade de acesso aos direitos no Brasil, percebe-se o quão importante torna-se a participação social, em uma lógica em que a própria sociedade atua no controle das políticas sociais tendo o objetivo comum de acessarem aos bens e serviços sociais, uma vez que política social é, para Demo (2001), distribuição de bens, de poder, que gera desenvolvimento e autopromoção, a transformação, também através da participação.

Desta forma, com base no exposto, pode-se inferir que a lógica neoliberal tem provocado o não usufruto dos direitos sociais pelas classes sociais mais empobrecidas no Brasil. Neste contexto, o direito à participação social também tem sido fortemente atacado pela lógica neoliberal.

No que concerne aos desafios da participação social na luta pela materialização de direitos, ressalta-se que estes estão estritamente atrelados aos preceitos neoliberais, que passa a delinear um novo perfil para as políticas públicas e sociais. Com isso, reforça-se a constituição de uma política social extremamente fragilizada, além de, focalista e seletiva, vigorando assim, a relação de dependência de parcela significativa da sociedade para com os entes estatais e deixando a maioria dos

sujeitos sociais à margem da sociedade, face à lógica excludente do modelo de produção capitalista. (RODRIGUES, 2017).

Portanto, ao tomar como referência os autores indicados na construção desta discussão, destaca-se que a participação social é uma ferramenta importantíssima no processo de viabilização de direitos, sobretudo, em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, que carrega uma profunda marca de desigualdade entre as classes sociais, intensificada pela lógica excludente do capital, que dificulta cada vez mais que a população tenha acesso a estes bens e serviços sociais.

Logo, o debate sobre participação social no Brasil, construído neste trabalho, é relevante para aclarar a compreensão acerca de constituição das formas de organização sociopolítica nas diversas regiões da Amazônia, pois facilita apreender que o processo de desmobilização na dinâmica organizativa sofrida nos espaços de organização ribeirinhos, na cena regional, são, em partes, rebatimentos de uma cultura política implementada no cenário nacional que implica direcionamentos para as políticas públicas e sociais implementadas na região.

2.2.2 Singularidades da dinâmica organizativa no contexto de comunidades ribeirinhas na Amazônia

No que se refere às ações de organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas, Chaves (2016) compreende que a busca por melhorias nas condições de vida é uma meta complexa, na qual os processos organizativos comunitários possuem extrema relevância.

Neste debate, é importante apresentar uma breve contextualização acerca do conceito de comunidade, entendendo que esta construção teórica contribui para o estabelecimento de uma argumentação dialética entre autores clássicos e contemporâneos que dialogam sobre o termo em questão.

Dentre os teóricos clássicos que apresentam subsídios sobre a definição de comunidade destacam-se os estudos elaborados por Lindeman, Maclver, Johnson, Newsteter (*apud* SOUZA, 1996) e Wagley (1988).

Na concepção de Maclver (*apud* SOUZA, 1996) comunidade refere-se à designação de um conjunto de atores sociais que juntos possuem uma amplitude de interesse similares que abrangem todos os atores sociais de uma determinada comunidade.

Na perspectiva teórica de Johnson (*apud* SOUZA, 1996) a terminologia comunidade também é definida como um conjunto de atores sociais que possuem afinidades de interesses, entretanto, estes agentes sociais se organizam coletivamente para obterem garantias de bem-estar social.

Outra definição trazida neste debate é a de Newsteter (*apud* SOUZA, 1996), o mesmo afirma que comunidade constitui-se como uma associação de grupos sociais que, entre si, estabelecem uma relação de contínua interação social entre os agentes sociais que compõem estes grupos.

Wagley (1988) relata que as comunidades tradicionais da Amazônia possuem suas particularidades, suas próprias tradições, variações no seu modo de vida. Destaca ainda, que:

Existem instituições e poderes sociais de âmbito regional, nacional e até mesmo internacional, que determinam a tendência de vida de cada pequena comunidade. A igreja, as instituições políticas, o sistema de educação convencional, o sistema comercial e muitos outros aspectos de uma cultura, são muito mais difundidos e mais complexos quando observados em uma comunidade. (WAGLEY, 1988, p.43).

O autor descreve que nas comunidades as relações humanas ocorrem de indivíduo para indivíduo, nelas, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. Para o autor, é neste contexto comunitário que os seus habitantes ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, tem suas superstições e tabus movidos por suas expressões culturais.

Acerca da concepção de cultura, Ruth Benedict (1972 *apud* LARAIA, 1999) destaca que a cultura funciona como uma lente pela qual o homem vê o mundo.

No entendimento de Tylor (1971 *apud* LARAIA, 1999, p. 25) o conceito de cultura constitui uma totalidade complexa "(...) que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

No que se refere à identidade sociocultural, Wagley (1988) interpreta que os agentes sociais que vivem em comunidades tradicionais na Amazônia possuem uma relação íntima com seu entorno natural, para tanto, detêm profundo conhecimento sobre o uso do solo, da fauna e da flora, da cheia e vazante dos rios, dentre outros aspectos ligados ao seu meio local.

No rol de autores contemporâneos que trabalham o conceito de comunidade, este trabalho destaca as importantes contribuições elaboradas por Diegues (2004), Chaves, et.al (2004) e Chaves (2001).

A partir de uma perspectiva marxista, Diegues (2004) afirma que uma comunidade tradicional configura-se como espaço sociopolítico e sociocultural, com centralidade na organização econômica, que a ordem cultural toma como base a interpretação da natureza a partir de mitos e rituais que regem o modo de vida nestes espaços de organização.

Chaves (2001) também apresenta importantes contribuições que permeiam o debate acerca das comunidades tradicionais amazônicas, seu ponto de partida possui uma perspectiva de identificação com as definições indicadas por Charles Wagley, ao interpretar que em uma comunidade os agentes sociais, que a ela pertencem, possuem seu modo de vida diretamente ligado às transformações da natureza, e à sua dinâmica.

Sobre os apontamentos da autora em relação a definição de comunidade, destaca-se,

As comunidades constituem ordenamentos territoriais nos quais se efetivam interações sociais, culturais e políticas com características próprias e diferenciadas em cada contexto comunitário, variando de uma etnia para outra em termos de relações sociais, pois cada grupo apresenta uma modalidade de gestão e de organização social que se desenvolvem de acordo com o seu processo sociohistórico e suas inter-relações com o meio externo. (CHAVES, 2001, p.8).

A autora citada afirma que a terminologia comunidade deve ser compreendida a partir de uma profunda análise do contexto social, cultural, político e econômico, o qual toma como referência.

As comunidades ribeirinhas amazônicas são formadas por uma heterogeneidade de grupos sociais, como as populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes, dentre outros. Conseqüentemente, estes grupos compartilham de uma similaridade em sua identidade sociocultural e política. (CHAVES, 2001 *apud* BARROSO, 2015).

Chaves (2001 *apud* BARROSO, 2015) aponta que o padrão de organização sociopolítica e cultural nas comunidades ribeirinhas amazônicas está diretamente ligado a algumas determinações sociohistóricas, quais sejam:

- A origem étnica por meio da adoção e adaptação de saberes e técnicas de acordo com suas necessidades;
- Ao complexo padrão de organização da produção e de gestão dos recursos naturais;
- A luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais;
- As atividades como: agricultura, caça, pesca, desempenhadas de acordo com suas necessidades.

É no contexto comunitário que acontece a construção da identidade sociopolítica e cultural dos seus agentes sociais, dos pensamentos comuns e também das correlações de forças existentes no seu âmbito. (CHAVES, 2001, *apud* BARROSO, 2015).

As comunidades que são cenários no qual são estabelecidas as relações sociopolíticas. Estas relações constituem-se de maneira diferenciada em cada contexto comunitário com variações para as técnicas estabelecidas para o processo técnico de trabalho e o modo produtivo. As variações ocorrem, tendo em vista que cada grupo social possui uma modalidade própria e singular de gestão dos recursos naturais e de estabelecimento de suas organizações sociais. (CHAVES, 2001).

De acordo com Barroso (2015), com base em estudos e pesquisas realizadas pelo Grupo Inter-Ação (2004), destaca-se que os agentes sociais inseridos no contexto de comunidades tradicionais da Amazônia possuem características que as diferenciam das sociedades urbano-industrial.

No que concerne às singularidades da dinâmica organizativa no contexto de comunidades ribeirinhas no Amazonas, Chaves (2001) destaca que para analisar o modo como as comunidades se organizam, é necessário, prioritariamente, avaliar a identidade étnica e cultural de seus agentes sociais, bem como, a trajetória sociohistórica, seus costumes religiosos, e a relação estabelecida com o contexto comunitário enquanto espaço natural.

A autora em foco defende que além da luta por direitos sociais e políticos, a dinâmica de organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas ultrapassa os muros do seu domínio da política, pois a dimensão ambiental e a cultural também são incorporadas na luta pela garantia de acesso a bens e serviços sociais.

De acordo com o debate apresentado pelos autores, são diversos os segmentos sociais da Amazônia que lutam por melhorias na Saúde, Educação, meios de produção, acesso a bens e serviços sociais. Enfim, o conjunto de lutas são voltadas

para melhorias na qualidade de vida a partir do acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, ambientais e territoriais. Essas lutas se particularizam de acordo com as necessidades de cada grupo social.

Em seus estudos e pesquisas voltados para a organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas amazônicas, Chaves (2001) afirma que a organização sociopolítica institui a gestão comunitária local em cada ordenamento comunitário, é constituída de forças políticas, econômicas, sociais e culturais. Na gestão comunitária são estabelecidas singulares modalidades de organização do trabalho comunitário coletivo e nas ações comunitárias fundadas em um processo participativo.

Em se tratando das diferentes modalidades de organização do trabalho comunitário coletivo em comunidades ribeirinhas, Chaves (2003 *apud* BARROSO, 2015 p. 63-64) destaca as seguintes:

a) as associações comunitárias: entidades comunitárias formadas por agentes comunitários que possuem interesse e lutam por uma causa comum, a qual possui uma estrutura organizacional constituída por uma hierarquia de responsabilidades e representatividade; b) Mutirão: são serviços para coletividade para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários, nos quais o trabalho é compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade; c) Ajuri: são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos participantes da atividade, se constituem como uma modalidade de ajuda mútua entre os comunitários; d) Puxirum: são atividades desenvolvidas em grupos para troca de serviços, na quais todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior, presta serviço equivalente ou similar àqueles que haviam realizado.

Desse modo, com base nos estudos apresentados por Chaves (2003), é possível inferir que nas comunidades ribeirinhas amazônicas são múltiplas as formas de organização sociocultural de seus agentes sociais e de gestão dos processos de trabalho. Essas manifestações de auto-gestão laborativa contribui para a constituição de diversificadas modalidades de lutas e arranjos políticos na região.

Sobre isso, Chaves (2016) assinala que as comunidades ribeirinhas passaram a organizar-se política e socialmente com o intuito de resguardar seus direitos sociais e resistir às pressões impostas pela dinâmica de produção capitalista, como nos casos relacionados à pesca comercial predatória, entre outras formas.

A autora toma como referência o Movimento de Ribeirinhos, consolidado em meados da década de 1980, o qual teve início a partir da luta pela preservação e

conservação dos lagos da região e por meio da preocupação com a continuidade da pesca de subsistência em risco iminente gerado pela pesca predatória na região.

Na cena amazônica o Movimento de Pescadores também se caracteriza como espaço de organização sociopolítica extremamente relevante para a manutenção do *modus vivendi* de suas populações. Juntos, os pescadores estão entre no rol dos segmentos sociais mais organizadas da região. A luta do movimento em prol da “reprodução física e social incide na defesa pela subsistência e preservação do meio ambiente” (CHAVES, 2016 p. 50). Desta forma destaca-se que os pescadores atuam junto ao poder público para propor o estabelecimento de acordos relacionados com o ordenamento do setor pesqueiro na região amazônica, conforme indicado nos estudos de Chaves (2016).

Outra autora que trata sobre as particularidades da dinâmica organizativa na Amazônia é Fraxe (2004 *apud* BARROSO 2015 p. 64-65), a mesma contribui para o debate a partir da definição de alguns elementos que considera como primordiais e definidores do processo de organização política no contexto de comunidades ribeirinhas, e os compreende em duas categorias:

a) organização social: que encontra-se articulada ao seu modo de organização produtiva, tendo em vista que na maioria dos casos as atividades produtivas ocorrem de maneira coletivizada;

b) organização política: que compreende um conjunto de simbologias e representações sociais. Nas comunidades ribeirinhas, a organização política está articulada às festas religiosas, aos campeonatos de futebol, onde se articulam interesses coletivos em prol da aquisição de algum bem para a comunidade.

Logo, com base no exposto pela autora, pode-se afirmar que em comunidades ribeirinhas amazônicas o processo de organização sociopolítica ocorre a partir da articulação entre as diferentes formas de organização do trabalho coletivo, as práticas de gestão do território e ao modo como seus agentes sociais relacionam-se com os recursos naturais e os utilizam em sua dinâmica social; caracteriza-se por um conjunto de ações políticas coletivizadas e construídas socialmente.

Barroso (2015) relata que no contexto rural amazônico, a organização política constitui um dos fatores primordiais para a formação sócio histórica, bem como, para a construção da identidade cultural de suas populações. Historicamente, as populações amazônicas têm travado uma luta pelo reconhecimento de seus direitos sociais, políticos, econômicos, culturais, territoriais. Para tanto, eles adensam suas

estratégias de mobilização junto ao Estado reivindicando políticas públicas que considerem suas particularidades culturais e atendam às suas reais necessidades de desenvolvimento socioeconômico com garantia de seus direitos sociais.

As limitações impostas ao processo de efetivação de direitos às populações tradicionais da Amazônia são constantes. Para enfrentar estes desafios os sujeitos sociais precisam assumir um papel de protagonistas na busca pelo acesso aos direitos e pelo enfrentamento dos problemas sociais particularizados na região e lutar pela garantia do acesso aos bens e serviços sociais.

CAPÍTULO III

COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO: MODO DE VIDA RIBEIRINHO E CONDIÇÕES DE ACESSO A BENS E SERVIÇOS SOCIAIS

“Eu venho desse reino generoso, onde os homens que nascem dos seus verdes continuam cativos, esquecidos e, contudo, profundamente irmãos das coisas poderosas, permanentes como as águas, o vento e a esperança”.
(THIAGO DE MELLO, 1983)

Para que se possa analisar o processo de efetivação do direito a educação na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é estritamente necessário, que inicialmente, seja realizada uma contextualização sobre as condições e particularidades sociohistóricas que envolvem a materialização de direitos e o modo de vida ribeirinha em suas múltiplas manifestações culturais na comunidade do estudo.

A abordagem apresentada neste capítulo estrutura-se da seguinte maneira: o primeiro tópico disserta sobre a caracterização da comunidade ribeirinha, enfatiza as particularidades de sua dinâmica sociocultural e traça o perfil dos informantes da pesquisa. O tópico posterior discute sobre as condições de acesso aos bens e serviços sociais na referida Comunidade.

3.1 Caracterização do locus da pesquisa e dinâmica sociocultural de seus agentes sociais

Na Amazônia brasileira existem inúmeras comunidades ribeirinhas, em alguns casos apresentam características semelhantes, no entanto, cada comunidade dispõe de sua própria configuração social, econômica e política. A este respeito, Wagley (1988) afirma que cada comunidade existente na Amazônia possui suas particularidades, seja em relação às tradições, crenças, organização sociopolítica ou modo de vida.

É em meio a vasta diversidade amazônica que se encontra a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, escolhida como área de abrangência desta pesquisa. Deste modo, no que tange à sua localização, a Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está localizada na região do Paraná da Eva, no Estado do Amazonas. Situada à margem esquerda do Rio Amazonas, compreende uma distância de aproximadamente 70 Km da capital amazonense. No seu entorno, estão

localizadas as comunidades Nossa Senhora do Carmo, São Pedro, Bom Sucesso e Nossa Senhora da Conceição I e II. A comunidade do estudo possui suas fronteiras para o Município de Itacoatiara e Manaus, porém a área delimitada para o estudo é a pertencente à Manaus, tendo em vista a dinâmica de acesso à mesma. Para exata localização geográfica da comunidade, verificar a Figura 04.

A acessibilidade ao local ocorre mediante via fluvial, através de embarcações de médio e pequeno porte, como barcos e lanchas. O tempo de deslocamento, com saída da capital, Manaus, pelo Porto da Escadaria dos Remédios, varia de acordo com tipo de embarcação utilizada no trajeto, e ocorre em aproximadamente 3 (quando utilizados os barcos) e 5 (quando utilizadas lanchas a jato) horas de viagem.

Figura 4 - Localização geográfica da Comunidade N. Sra. P.S



Fonte: Google Maps².

Juridicamente, a comunidade tem sua fundação reconhecida a partir de 15 de agosto de 2004. A data coincide com a inauguração da Associação de Moradores e Agricultores Rurais do Paraná da Eva - AGROEVA. Entretanto, fora dos trâmites jurídicos é possível afirmar que a comunidade tenha iniciado sua composição social há pelo menos 60 anos atrás, esta estimativa se funda nas observações pontuadas pelo líder da comunidade.

O nome dado à comunidade faz referência à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma santa, considerada pelos seus moradores como padroeira do local. A

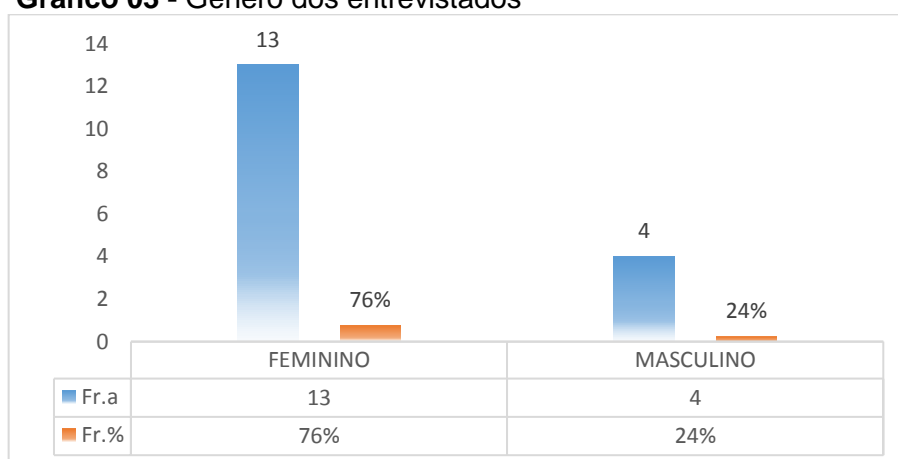
² Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/search/PARAN%C3%81+DA+EVA+/@-3.2014862,-59.2199521,194243m/data=!3m1!1e3>; acesso em: 10 de janeiro de 2019.

escolha do nome está estritamente atrelada aos festejos religiosos católicos, que aconteciam, e ainda acontecem na atualidade na comunidade. Esses festejos tornaram-se um importante símbolo cultural na localidade, expressão máxima da religiosidade dos moradores que a compõe.

A população da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é constituída por aproximadamente 60 grupos³ familiares que residem próximos uns aos outros, nesse sentido, ressalta-se que sua composição social configura-se através de descendentes do primeiro morador da comunidade e também por sujeitos que migraram de outros municípios do Amazonas para constituir suas famílias na região. A distribuição destes grupos familiares, em relação às áreas de habitação, destaca-se que uma parcela reside em área de várzea e outras em terra firme, os quais constituem os dois tipos predominantes de solo da comunidade.

No universo de 60 grupos sociais que compõem a comunidade, durante a execução da pesquisa de campo, foram entrevistados 17 representantes de seus respectivos grupos domésticos, no qual observou-se que 76% são do gênero feminino e 24% do masculino. Os dados demonstraram que na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro há uma significativa representatividade das mulheres nestes espaços domésticos, conforme indica o Gráfico 03.

Gráfico 03 - Gênero dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Com base no exposto destaca-se que as mulheres ribeirinhas estão continuamente se inserindo nos múltiplos espaços de organização sociopolítica, em busca de emancipação e autonomia. Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo

³ Estimativa realizada pelo líder da comunidade, através de entrevista.

Socorro as mulheres assumem um papel de protagonismo no desenvolvimento de atividades produtivas, ao contribuírem, parcial ou integralmente, nas atividades relacionadas ao plantio e colheita de frutos, verduras e legumes; na criação do gado, galinhas, porcos e patos, na pesca e na produção de produtos artesanais. Ademais, pode-se inferir que as mulheres ribeirinhas da comunidade locus do estudo desenvolvem um trabalho polivalente e multifacetado, tendo em vista a diversidade de atividades as quais estão sujeitas em sua dinâmica social para a manutenção de seus grupos domésticos.

No que tange ao engajamento das mulheres na realização das atividades mencionadas, Rodrigues (2016, p 79-80) destaca que,

Nestas áreas, contudo, é sabido que a mulher ribeirinha historicamente assume um papel preponderante em seu contexto sociocultural, ao mesmo tempo em que luta para deixar de ser elemento de apoio ao homem apenas, buscando sustentar a cultura, as práticas sociais tradicionais e a realidade do *modus vivendi*.

Chaves (2016) afirma que nas comunidades ribeirinhas, as mulheres, inseridas nos grupos domésticos desenvolvem atividades tidas como centrais para a reprodução social e física da família. Cabe a elas o papel de cuidar da educação dos filhos e de repassar os saberes e técnicas culturais da comunidade.

Em relação a composição sociocultural da comunidade locus do estudo, no que se refere ao local de nascimento dos informantes da pesquisa⁴, 59% dos sujeitos afirmaram que nasceram em Manaus – AM; 29% em Itacoatiara – AM; 6% em Altazes – AM e 6% afirma ter como local de nascimento a própria comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Importante ressaltar que mesmo os entrevistados que afirmaram ter como local de nascimento a cidade de Manaus, em sua maioria (41%), relataram que migraram para o a comunidade ainda na infância, tendo em vista que suas famílias optaram pela mudança para a comunidade Nossa Senhora do perpétuo Socorro com perspectiva em mesma em melhores condições de vida. Isso retrata que a construção da identidade destes sujeitos ocorreu estreitamente ligada ao ambiente rural, às áreas de ribeira. Suas relações socioculturais foram forjadas neste território.

Mesmo diante das dificuldades da vida na área rural, existem muitos fatores que justificam o êxodo destes sujeitos de sua cidade natal para outro habitat, neste

⁴ A amostragem refere-se a 17 ribeirinhos.

sentido, para os informantes da pesquisa, o espaço rural proporciona uma melhor qualidade de vida tendo em vista a facilidade de acesso ao provimento do sustento familiar. Sobre isso, Chaves (2016) relata que no meio rural, nas comunidades tradicionais amazônicas, os sujeitos produzem os seus próprios meios para a manutenção da reprodução física, social e cultural de seus grupos sociais.

Williams (1989 *apud* ANDRADE, 2015) destaca que habitualmente o campo é visto como um local que apresenta características de uma vida em paz, com tranquilidade, com prevalência de virtudes. No entanto, cabe aqui, respeitosamente contestar a ideia do autor, pois percebe-se que esta é uma visão ideológica historicamente construída, pois a realidade encarada pelos ribeirinhos entrevistados durante a pesquisa mostrou-se contrária ao retratado por Williams, portanto, observou-se que os ribeirinhos levam uma vida regada a muitos sacrifícios para que possam satisfazer suas necessidades básicas. Na comunidade locus da pesquisa, homens e mulheres trabalham duramente cerca de 10 a 12 horas por dia.

Os arranjos familiares constituídos na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro são múltiplos. Em relação ao estado civil dos informantes, foi identificado que 53% são casados, seguido de 29% que vivem em regime de união estável, 6% solteiro, 6% divorciado e 6% viúvo, conforme explicitado na Tabela 01.

Tabela 01 - Estado civil dos entrevistados

	Solteiro	Casado	União Estável	Divorciado	Separado	Viúvo	Outro	Total
Fr.a	1	9	5	1	0	1	0	17
Fr. %	6%	53%	29%	6%	0%	6%	0%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Esse dado é importante para ampliar a compreensão acerca da composição familiar. Nesse sentido, em relação a estrutura familiar dos sujeitos, registrou-se que 47% caracteriza-se como família nuclear, formada por cônjuges e/ou filho(s); 24% constituída por família extensa, composta por esposo (a), filhos, netos, nora ou sogros; 18% constituída apenas pelos cônjuges; 6% monoparental, formada por um dos cônjuges e filho(s) e 6% que mora sozinho.

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas é comum que as famílias sejam constituídas por um grande número de pessoas, principalmente, que diz respeito a quantidades de filhos por domicílio, tendo em vistas que nestes espaços de construção social toda a família se envolve no processo de divisão das atividades

produtivas. No entanto, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro observou-se uma realidade distinta, pois a média de filhos por domicílio é de 2,29⁵.

É possível perceber o significado deste dado quando comparado com a média regional, pois a região norte, em 2010, apresentava uma média de filhos correspondente a 2,42⁶. Desta forma, é importante destacar que a comunidade está seguindo uma tendência nacional em relação à redução⁷ da taxa de fecundidade. (Sobre a quantidade de filhos por domicílio na comunidade, verificar Tabela 02)

Tabela 02 - Quantidade de filhos por domicílio

	01 filho	02 filhos	03 filhos	04 filhos	05 filhos	06 filhos	Total
Fr.a	6	5	3	2	0	1	17
Fr.%	35%	29%	18%	12%	0%	6%	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

As formas de relacionamentos, forjadas no contexto da comunidade locus do estudo, se constituem como elemento de fundamental importância para a manutenção da cultura local. Isso porque as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos consideram ainda os laços de amizade e compadrio, ou seja, composição familiar também se forma a partir do estabelecimento de relações que extrapolam os laços de consanguinidade. Nesta perspectiva de análise, Wagley (1988) afirma que assim como a estrutura de família natural, as relações de compadrio também proporcionam meios que estabelecem segurança e intimidade nas relações sociais.

O estabelecimento destas relações sociais é um fator preponderante para a análise acerca da composição da renda familiar, haja vista que, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro algumas atividades produtivas, como a pesca e a agricultura, são realizadas em coletividade, os sujeitos sociais realizam a prática da ajuda mútua no desempenhar destes ofícios. O estudo também retratou que a média de pessoas que contribuem diretamente para a composição da renda familiar mensal é de 1,70. Deste modo, mediante realização da pesquisa, pôde-se observar que a renda familiar é composta, majoritariamente por meio do desenvolvimento de diversas atividades tradicionais, como agricultura e a pesca.

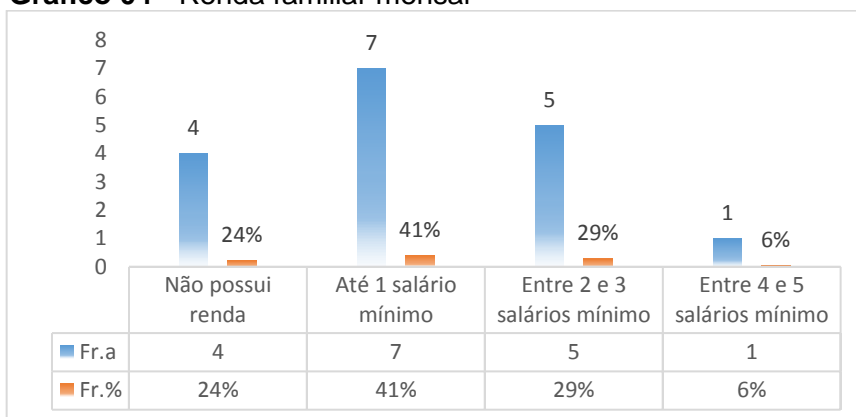
⁵ Dados levantados mediante pesquisa de campo aplicada com 17 sujeitos no ano de 2018.

⁶ Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/download/>, acessado em 23/Jun/2019).

⁷ Na cena nacional a média de filhos por domicílio no ano 2000 correspondia a 2,37, já nos anos 2010 observou-se uma redução para 1,89, conforme Censos 2000 e 2010 do IBGE.

Dentre os entrevistados, há ainda, um seletivo grupo de sujeitos que desenvolvem atividades com vínculo empregatício na própria localidade, sendo, uma técnica de enfermagem e uma auxiliar de serviços gerais. Existe também os que dependem de aposentadoria e de recebimento de benefícios sociais oriundo do Programa Bolsa Família - PBF e do Seguro Defeso, destaca-se ainda, que 4 informantes declararam não possuir renda. No entanto, observou-se que mesmo nestes casos, os sujeitos não deixam de ter na base da composição de sua renda familiar a agricultura e/ou a pesca, porém não as realizam para a prática comercial, mas sim para a subsistência. Para maiores esclarecimentos sobre a renda familiar mensal dos informantes da pesquisa, verificar Gráfico 04.

Gráfico 04 - Renda familiar mensal



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

As principais atividades tradicionais desenvolvidas na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro são a agricultura e a pesca. Através da pesquisa observou-se que 88% dos entrevistados desenvolvem a agricultura e 12% a pesca, tendo em vista que estas atividades produtivas, se caracterizam ainda, como principal fonte de subsistência para os ribeirinhos, pois são destas práticas que advém maior parte dos alimentos que provém sustento familiar, e até mesmo comunitário. Em relação a isso, Wagley (1988) argumenta que essas formas de trabalho são regidas por processos culturais, pois as atividades de caça, pesca e cultivo pelos sujeitos ribeirinhos são fortemente influenciadas por suas crenças, mitos, símbolos, enfim, pelo conjunto de representações sociais sobre a natureza, essas representações são simbólicas, porém orientam a vida destes sujeitos.

Ainda em relação ao desenvolvimento da agricultura na comunidade locus do estudo, destaca-se que os principais produtos cultivados, mencionados pelos sujeitos

da pesquisa são: mandioca, maracujá, melancia, mamão, banana, graviola, couve, cheiro-verde, cebola e milho.

Importante salientar que a mandioca é um dos produtos agrícolas mais cultivados na região amazônica, nas comunidades tradicionais, tendo em vista que a mesma constitui-se em matéria prima para uma multiplicidade de alimentos, como por exemplo, a farinha, a goma de tapioca e o tucupi, e que portanto, estão na base da alimentação das populações tradicionais, juntamente com o pescado. Destaca-se que na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro não é diferente, porém o manejo da mandioca é realizado a partir de processos exclusivamente artesanais, pois não utilizam maquinários na produção destes alimentos.

O fato dos ribeirinhos da comunidade exercerem a agricultura de maneira ativa, não exclui a possibilidade de os mesmos atuarem também na pesca e na criação de animais como gado bovino, porcos, galinhas e patos. Essas atividades são combinadas, desenvolvidas para garantir a subsistência familiar.

No caso da pesca e, especialmente, da agricultura, o excedente produzido é comercializado na própria comunidade, nas comunidades circunvizinhas, e em alguns casos, em Manaus através dos atravessadores. A renda obtida com a comercialização destes produtos é pequena, no entanto, deve ser considerada como fundamental no processo contribuição para a manutenção da vida dos grupos sociais residentes na comunidade estudada.

Em relação à dinâmica de organização das atividades produtivas tradicionais concomitantemente com a adaptação ao fluxo das águas (enchente, cheia, vazante e seca), Scherer (2004, p.02) destaca que “na época da enchente dos rios a cultura da roça, o cultivo da agricultura para subsistência bem como a pesca e a caça, ficam em grande parte comprometida”. No entanto, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro observou-se que os ciclos das águas não são encarados pelos ribeirinhos como empecilhos no desenvolvimento das atividades necessárias para sua reprodução física, social e cultural.

Os ribeirinhos da comunidade desenvolveram técnicas que possibilitam a adaptação dos mesmos às condições adversas relacionadas às diferentes estações do ano. Suas atividades são realizadas de acordo com as condições do clima, portanto, no período em que ocorrem as inundações empregam técnicas de fertilização do solo em áreas de várzea, já nos períodos da vazante aproveitam para realizar a pesca.

No tocante ao desenvolvimento de atividades econômicas na comunidade, observou-se que essas práticas configuram-se substancialmente a partir do comércio em modestas tabernas⁸ flutuantes. Desta forma, destaca-se que a existem 02 tabernas, nestas são comercializados produtos que são da própria produção dos grupos familiares da comunidade, tais como, frutas, verduras, legumes e hortaliças, mas também, comercializam mercadorias industrializadas, importadas da cidade (Manaus), sendo, alimentos não perecíveis em geral, alimentos congelados como frango e embutidos, bebidas, produtos de higiene e limpeza, e até mesmo, gasolina.

Os meios de transporte local utilizados pelos ribeirinhos para deslocamento e trabalho na comunidade, estes empregam o uso de pequenas canoas de madeira ou botes de alumínio motorizados (motor ou rabetas). Cada grupo familiar possui o seu próprio meio de transporte, em raros casos, os mesmos recorrem ao empréstimo à parentes ou amigos. Já para os deslocamentos com percursos de longa distância os ribeirinhos utilizam-se de barcos e lanchas, tendo em vista que a única via de locomoção dos mesmos ocorre através do rio.

Para os caboclos amazônicos o rio representa a base da sobrevivência, pois dele advém parte do sustento familiar, além de se apresentar como vias de transporte. uma vez que se constitui em hidrovias. Em relação esta afirmação, Leandro Tocantins (1972) é categórico ao afirmar que o rio comanda a vida destes sujeitos sociais.

Nessa perspectiva, Andrade (2015, p. 282) aborda que,

(...) o rio exerce função sem igual na história da vida de homens e mulheres, considerando que, por meio dele homens e mulheres se locomovem todos os dias em suas embarcações, nele transitam até outras localidades, dele extraem o peixe – principal alimento para suas famílias, além de se constituir como produto para a venda e, conseqüentemente, meio de sustento de vários moradores – nele lembram das lendas, das tradições, das antigas histórias.

A Identidade ribeirinha constrói-se a partir da valorização do rio, do estreitamento das relações com a natureza e com os outros sujeitos sociais. No tocante ao rio, destaca-se que este está no cerne da composição da vida ribeira, por sua tamanha importância social, econômica e cultural.

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, o rio ajuda a compreender as configurações da própria dinâmica de organização sociocultural da

⁸ Termo utilizado na região Norte e Nordeste para designar um estilo de comércio.

comunidade, pois conforme observado na fala dos sujeitos da pesquisa, é em torno deste rio que se constroem suas memórias, identidades e histórias de vida.

É relevante salientar que a vida do ribeirinho na comunidade não se restringe somente a produção e comercialização, pois, estes sujeitos sociais também desenvolvem um conjunto de outras atividades para entretenimento e lazer. Em relação a estes eventos comunitários, ressalta-se que normalmente os ribeirinhos, juntamente com o líder da comunidade, organizam e/ou participam de torneios de futebol nos finais de semana, é comum também que os mesmos se encontrem em espaços flutuantes, onde são promovidas algumas festas, esporadicamente. (Verificar Figura 05).

Há ainda, os que optam por irem à igreja para expressarem suas manifestações de fé e espiritualidade. Também participam efetivamente das celebrações e festejos religiosos. Em relação a isto, observou-se que comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro dispõe de 01 igreja católica, construída e mantida pelos próprios comunitários. Aos que são adeptos a outras religiões, como a evangélica, precisam se deslocar até uma comunidade circunvizinha para participarem dos cultos e celebrações religiosas. (Verificar Figura 06).

Figura 5 - Festejo na comunidade



Fontes: Pesquisa de campo (2018)

Figura 06 - Igreja Católica



Através da pesquisa foi possível observar que estas atividades realizadas pelos comunitários como forma de lazer e entretenimento constituem-se como práticas de organização social e política, são formas de socialização particulares destes grupos

sociais, estas manifestações culturais ajudam na constituição do modo de vida ribeirinho na comunidade.

A constituição da vida dos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro não difere muito das demais comunidades existentes no beiradão do rio Amazonas. É possível perceber que a relação entre os comunitários para com o rio, a terra, a fauna e a flora se funda no respeito, diante do reconhecimento dos limites e potencialidades da natureza. Sobre essa relação, o Sujeito 06 afirma:

(...) minha filha toda minha vida está ligada a isso aqui, é nesse riozão que meu marido consegue o peixe que nos alimenta, na terra a gente colhe algumas frutas e alguns temperos pra comida, e é por isso mesmo que a gente não abusa não, aqui a gente respeita a lei do defeso porque se isso aqui se acabar nós não sabe o que fazer da vida né? Porque mesmo sem estudo aqui na comunidade nunca nos faltou o alimento, nem que seja o básico né?

Este depoimento, e muitos outros relatos dos sujeitos da pesquisa, possibilitou a percepção de que para os ribeirinhos da comunidade a natureza representa vida, tendo em vista que deste local advém o sustento de sua família, é neste território que se forja a identidade sociocultural destes sujeitos, portanto, com base nestes aspectos, estabelecem uma estreita relação de afinidade e respeito com este ambiente e suas representações sociais.

Levando em consideração a esfinge do pensamento Marxiano assegura-se que o homem se insere como parte da natureza, da qual difere-se pela ação teleológica que realiza no seu processo de produção e reprodução da sua vida material. Esta relação é mediada pelo trabalho, considerado elemento primordial na construção do vínculo homem-natureza e com os outros homens, assim, “ao mesmo passo em que transforma a natureza, transforma a si mesmo. (MARX e ENGELS, 2006)

Sobre a relação homem-natureza, conforme pode ser observado nos dizeres do poeta Thiago de Mello (2002 *apud* ANDRADE, 2015, p. 289-290) destaca-se que:

São seres que conhecem e amam a convivência solidária. Vivem numa sábia integração com a natureza, cujos rigores e virtudes condicionam sua maneira de viver. Tão harmonioso é o seu convívio com a natureza, que parecem confundir-se com ela. São amigos do sol, entendemos recados dos pássaros, conhecem os segredos do vento, conversam com as estrelas da noite.

Notadamente, a comunidade do estudo possui essa estreita relação com a natureza. O modo de vida ribeirinho se particulariza, em especial, por seus processos culturais, seja por meio da utilização de conhecimentos e técnicas repassados de pai

para filho através de suas constituições familiares, ou até mesmo através de suas crenças e concepções sobre a natureza e seus mistérios. Os ribeirinhos “detém um profundo conhecimento em relação ao uso do solo, da fauna e da flora, da cheia e da vazante dos rios, dos ciclos da natureza, dos mitos, símbolos e lendas e estão organizados em agrupamentos humanos” (CHAVES, 2014, p. 8).

Uma outra característica observada na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro refere-se a sua composição, pois majoritariamente, é formada a partir de diversos grupos familiares, ou seja, ao mesmo tempo são vizinhos, amigos e parentes. Cada núcleo familiar possui sua composição independente, no entanto, as relações sociais estabelecidas estão estritamente ligadas. Este fator contribui significativamente para o estabelecimento de práticas de ajuda mútua e mutirões entre os mesmos.

Na comunidade essas práticas de ajuda mútua contribuem para a realização dos trabalhos do campo em menor período de tempo e com menor desgaste físico, além de possibilitar o estreitamento dos laços de afetividade, amizade e familiaridade, as ajudas mútuas são bastante aplicadas na construção ou adaptação de casas, no roçado e no momento da pesca.

Chaves (2001 *apud* RODRIGUES, 2016) ressalta que a identidade das populações ribeirinhas da Amazônia define-se pelo saber-fazer como tradição máxima da cultura do grupo de sujeitos que permeiam a dinâmica da organização social, política e cultural local.

No entanto, mesmo diante da beleza observada na relação do ribeirinho com as águas, a fauna, a flora, a terra e com os próprios agentes sociais, destaca-se que esta realidade não mascara suas carências, necessidades e demandas, oriundas da precariedade na oferta de bens e serviços sociais e pela precarização dos equipamentos públicos na comunidade.

3.2 Condições de acesso a bens e serviços sociais na comunidade locus do estudo

Há diversos fatores que contribuem para que determinados sujeitos do meio urbano expressem o desejo de constituir sua vida no meio rural, um fator preponderante destacado neste contexto é a qualidade de vida e a tranquilidade que

o local apresenta para os seus moradores⁹. No entanto, o meio rural também está suscetível a diversos problemas relacionados às condições de acesso aos direitos humanos, sociais, políticos, econômicos, culturais e territoriais.

A Amazônia brasileira constitui-se em um território extremamente rico, no que tange à sua sociobiodiversidade¹⁰; possui a maior extensão de floresta tropical do mundo e abriga uma vasta diversidade de populações tradicionais¹¹. Todavia, este panorama apresenta um caráter contraditório, pois, se por um lado proporciona toda essa exuberância em paisagens naturais e na sua configuração sociocultural, por outro, observa-se o acirramento da situação de empobrecimento de sua população, excluídas (parcial ou integralmente)¹² do acesso às políticas públicas e sociais.

Nesta perspectiva, Chaves (2014) afirma que ao comparar o padrão urbano-industrial de acesso a bens e serviços sociais, mesmo no pior cenário de prestação destes serviços, não se equipara às condições ineficientes de atendimento das necessidades sociais e humanas em comunidades rurais amazônicas.

Com o intuito de retratar a questão referente ao acesso aos bens e serviços sociais, especificamente, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a construção deste tópico versa sobre as condições de moradia, condições no fornecimento de energia elétrica, condições no fornecimento de água tratada e em relação às condições de acesso à saúde na comunidade. Importa salientar que, concernente ao acesso à educação pública na comunidade a discussão será apresentada no capítulo posterior (Capítulo IV), tendo em vista que esta análise constitui-se como cerne do trabalho.

A discussão estabelecida neste tópico é importante por possibilitar a realização de um mapeamento dos bens e serviços sociais dispostos, e acessados, pelos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sendo este, um dos objetivos específicos do estudo.

⁹ Importa nesta discussão pontuar, mesmo que brevemente, sobre a construção histórica de uma visão ideológica acerca do espaço rural. Nesta perspectiva Lefebvre aponta que: “A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço - representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso lhe atribua o estatuto de um modelo abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o imediato), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras. (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 41 *apud* KOZENIESKI, 2016). Desta forma, o processo de construção do espaço, seja ele rural ou urbano, quando analisados a partir de aspectos abstratos, não materializados, torna-se uma idealização.

¹⁰ Termo utilizado por muitos autores, dentre eles, Chaves (2014), ao fazer referência à complexa diversidade amazônica, tanto no que se refere aos recursos naturais, quanto sociais, humanos e culturais.

¹¹ Já o Amazonas, de acordo com o IBGE, é considerado como o maior Estado brasileiro, em termos de extensão territorial, pois ocupa uma área equivalente a 1.559.149, 074 km².

¹² Estas configurações de acesso às políticas públicas e sociais variam de acordo com o espaço social o qual os sujeitos encontram-se inseridos.

Torna-se relevante enfatizar que a perspectiva de análise, em relação a bens e serviços sociais, construída na pesquisa tem como premissa os estudos elaborados por Chaves (2004 e 2001), e em suas mais diversas obras.

Desta forma, bens e serviços sociais são considerados enquanto o conjunto de aparelhamento público, básicos, que estão diretamente ligados a melhorias nas condições de vida da população, como, Saneamento Básico, Saúde, Educação, Energia Elétrica, Habitação, Transporte, Previdência e Assistência Social, dentre outros. (CHAVES, 2014).

- **Condições de moradia**

Em relação às condições de moradia na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, através de entrevistas com os sujeitos foi possível observar que 100% dos informantes possuem casa própria. Destes, 24% afirmaram não possuir nenhum tipo de documentação que comprove a posse do domicílio e 76% disseram possuir o Título de Posse dos terrenos, conforme é possível verificar nos Gráficos 05 e 06.

Gráfico 05 - Possui casa própria?

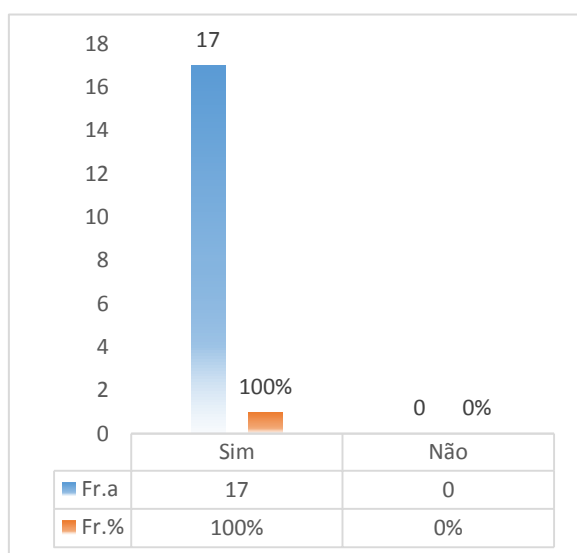
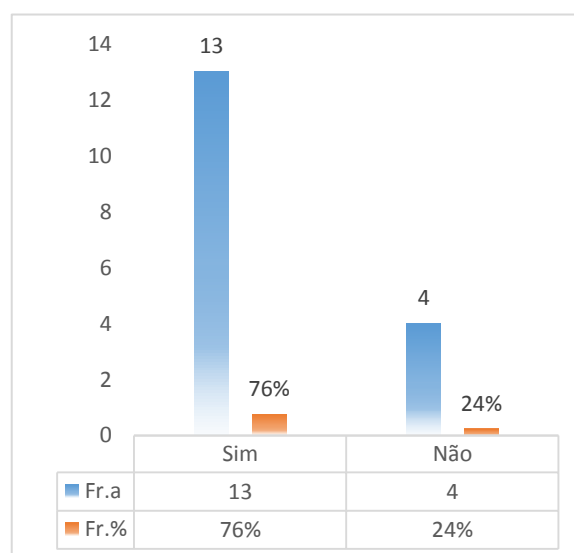


Gráfico 06: Possui documentação de posse?



Fontes: Pesquisa de campo (2018)

As informações acessadas demonstram que na comunidade os agentes sociais possuem acesso ao direito à moradia, direito este, mencionado na Carta Magna de 1988 em seu Artigo 6º, enquanto pressuposto para a dignidade da pessoa humana. Porém, em 24% dos casos é necessária a intervenção do poder público no intuito de proporcionar aos sujeitos o devido reconhecimento do Título de Posse de seus

terrenos, para tanto, neste processo é extremamente necessária a organização política dos ribeirinhos pelo reconhecimento deste direito.

No que tange a estrutura das residências na comunidade, destaca-se que 94% da estrutura das moradias visitadas são construídas com madeira. A grande incidência no uso desta matéria-prima na construção das casas está diretamente ligada às condições de acesso a este material (madeira), e ainda, pelo domínio das técnicas tradicionais que possibilitam a retirada desta matéria-prima no próprio espaço territorial da comunidade.

Em sua maioria a composição interna das paredes e pisos das residências também são compostas por madeira, observou-se a ocorrência de apenas 6% de casos em que o domicílio é completamente de alvenaria e apresenta o piso revestido em cerâmica. Todas as moradias possuem a estrutura do telhado constituída por alumínio; a média de cômodos por residência visitada é de 4,29, sendo composta por quartos, sala, cozinha e banheiro.

Na comunidade, percebeu-se que as construções das residências são feitas, majoritariamente, em estilo palafita nas áreas de terra firme, nos beiradões do rio. No entanto, foi possível observar, ainda, que no local existem diversas casas construídas em áreas de várzea, através de moradias flutuantes, tendo em vista que este estilo de moradia configura-se em um processo histórico de adaptação do ribeirinho ao regime das águas.

Para visualização do estilo de residências utilizados na comunidade, verificar as Figuras 07 e 08.

Figura 07: Residência em áreas de terra firme **Figura 08:** Residência em áreas de várzea



Fontes: Pesquisa de campo (2018)

Chaves (2014) assinala que o padrão habitacional utilizado pelos ribeirinhos amazônicos obedece a um conjunto de critérios históricos, socioculturais e econômicos. Desta forma, em relação ao estilo das residências observados na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro está baseado na correlação de vários fatores, como: os saberes socioculturais; no acesso aos recursos naturais; no domínio das técnicas tradicionais de manejo da matéria-prima utilizada; no conhecimento que o ribeirinho possui sobre o fluxo das águas¹³; e na necessidade de construção de abrigos adequados à sua dinâmica de vida, que também seja condizente com as condições naturais do ambiente.

- **Condições no fornecimento de energia elétrica**

O fornecimento de energia elétrica na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro compete ao Programa Luz para Todos¹⁴. O Programa do Governo Federal, tem como premissa a universalização do acesso de energia elétrica à parcela da população residente no meio rural brasileiro. Idealizado como ferramenta de desenvolvimento e inclusão social para os cidadãos, do meio rural, que não tinham acesso a esse serviço público. Entretanto, é oportuno salientar que mesmo diante do escopo do programa, ainda são necessários canalizar muitos esforços para que de fato este serviço seja universalizado no âmbito rural.

Em relação ao acesso a energia elétrica na comunidade, através da pesquisa de campo, foi possível observar que 100% (17) dos sujeitos da pesquisa dispõem deste serviço em suas residências. No entanto, em se tratando da frequência com que o serviço é prestado, 100% dos informantes afirmaram que há uma incidência diária de interrupção no fornecimento de energia, pela companhia responsável pelo provimento do serviço na localidade.

O ribeirinhos relataram que por vezes, as interrupções no fornecimento de energia elétrica acontecem durante o dia e/ou noite, mas também, já foram registrados casos em que a comunidade ficou cerca de 72 horas sem dispor deste serviço. Este quadro retrata a qualidade – insuficiente -, com que este serviço tem chegado até a comunidade.

¹³ A referência a este fluxo das águas refere-se à cheia, seca, enchente e vazante dos rios.

¹⁴ Instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003. Com base em informações do site da Eletrobrás, “No Estado do Amazonas, a implantação do programa (...) teve por meta prover acesso à energia elétrica a 144.093 novos domicílios no meio rural baseado no levantamento do IBGE através do Censo 2000 dos domicílios sem energia elétrica na zona rural do Estado do Amazonas”.

Quando o fornecimento de energia é interrompido na comunidade, os ribeirinhos precisam buscar estratégias para resguardar a conservação de seus alimentos, através da utilização de caixas de isopor com gelo. Entre os entrevistados apenas 6% (Fr.a = 1) possui gerador particular que utiliza apenas em situações de extrema necessidade.

Assim como ocorre em áreas urbanas, o fornecimento de energia elétrica na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro incorre na necessidade de pagamento mensal por residência, para que a prestação do serviço seja mantida. Sobre isso, destaca-se que o faturamento em relação ao uso de energia na comunidade acontece conforme o consumo diário.

Através das narrativas dos informantes da pesquisa foi possível observar a importância do fornecimento de energia elétrica na manutenção da renda mensal dos agentes sociais da comunidade, tendo em vista que necessitam manter os alimentos do seu próprio consumo, mas sobretudo, os produtos que são oriundos de suas atividades produtivas, que carecem de manter-se refrigerados, como o pescado, a carne bovina e suína, o leite, o queijo, e alguns legumes e frutas.

Mediante esta pesquisa foi possível compreender que o fornecimento de energia elétrica na comunidade deveria proporcionar a inclusão social aos seus moradores, além de contribuir diretamente para o desenvolvimento econômico local.

- **Condições no fornecimento de água potável**

A pesquisa possibilitou identificar que na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro o fornecimento de água potável para o consumo de sua população, por meio de abastecimento via Estado, é inexistente.

Para fazer uso deste serviço os comunitários utilizam-se de outras alternativas. Desta forma, observou-se que a água utilizada no consumo em geral (manutenção das necessidades físicas do corpo, produção, higiene, limpeza doméstica, no preparo da alimentação, dentre outros) é proveniente de poço artesiano, cacimba, rio; há casos de alternativas combinadas entre rio e poço artesiano.

No tocante ao abastecimento de água na comunidade, 59% dos entrevistados afirmaram utilizar-se de poço artesiano; 24% de cacimbas; 12% alternam entre a água do rio e poço artesiano e 6% destacou que utiliza somente o rio como fonte de água. (verificar Gráfico 07)

Diante desta conjuntura, destaca-se a necessidade de realização de tratamento caseiros na água, principalmente no que se refere a utilização da água para ingestão, tendo em vista que a água não tratada pode provocar sérios problemas de saúde para sujeitos. Portanto, em relação ao tipo de tratamento realizado na água, pelos entrevistados, percebeu-se que, 88% fazem aplicação de cloro; 6% cõa e 6% afirmou que não realiza nenhum tipo de tratamento na água. (verificar Gráfico 08)

Gráfico 07 - Abastecimento de água

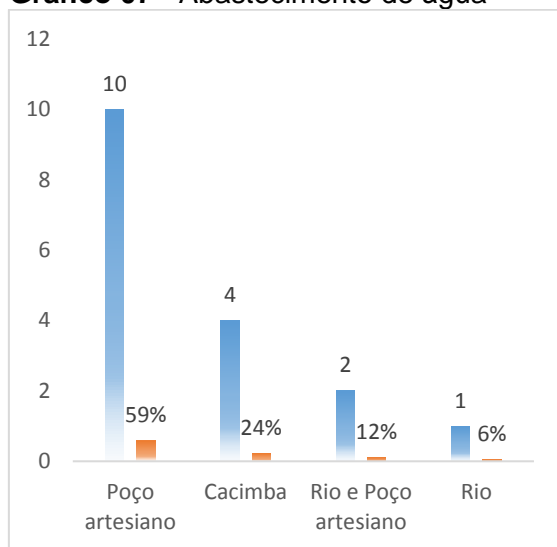
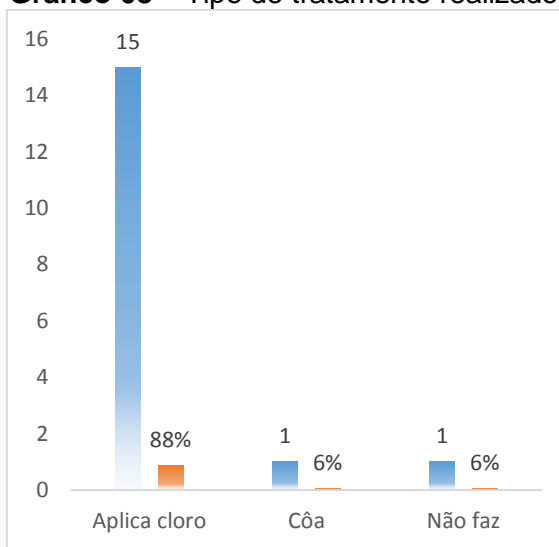


Gráfico 08 – Tipo de tratamento realizado



Fontes: Pesquisa de campo (2018)

Chaves (2014) argumenta que a ausência de dispositivos que possibilitem o fornecimento de água potável para o consumo nas comunidades ribeirinhas amazônicas atinge severamente as condições de vida local, à medida em que resulta em uma situação de risco, principalmente para os mais vulneráveis como as crianças e idosos. Por este motivo, considera-se extremamente urgente que os ribeirinhos da comunidade do estudo tenham acesso a água tratada em suas residências, enquanto pressuposto para a dignidade da pessoa humana na manutenção de suas necessidades básicas.

- **Condições de acesso à saúde**

O Artigo 196 da Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado. Devendo este direito ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que objetivem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços concernentes a sua promoção,

proteção e recuperação. No entanto, o acesso da população a este serviço ocorre de maneira deficitária, sobretudo, no que diz respeito ao acesso deste serviço pelas populações rurais amazônicas.

Desta forma, no tocante ao acesso aos dispositivos de saúde na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, observou-se que a localidade dispõe de 01 (uma) Unidade Básica de Saúde, a UBS Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A unidade conta com o apoio técnico de 01 (um) agente comunitário e 01 (uma) técnica de enfermagem, que atuam na prestação de serviços básicos, tais como: aferição de pressão arterial, teste glicêmico, realização de curativos e vacinação. (verificar Figura 09)

Ainda em relação ao acesso a saúde na comunidade, destaca-se ainda que, mensalmente os ribeirinhos contam com o atendimento realizado em barcos de saúde itinerante, por meio da Unidade Móvel Fluvial da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA no qual são ofertados os seguintes serviços: clínico geral; serviços de enfermagem que atende os programas de Hiperdia (cadastramento e acompanhamento de portadores de hipertensão arterial), pré-natal e planejamento familiar; campanhas de vacinação; exames de preventivo e serviços de farmácia.

Figura 09 - UBS Nossa Senhora do Perpétuo Socorro



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Diante do cenário apresentado, é importante salientar que os ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que necessitam de um serviço de saúde mais especializado, precisam se deslocar até Manaus para realizar os devidos procedimentos. No tocante a esta afirmativa, Scherer (2004), argumenta que quando os ribeirinhos amazônicos necessitam de assistência à saúde precisam locomover-se

até o município mais próximo, na maioria dos casos esse deslocamento leva horas e acontece através de barcos, lanchas, rabetas ou canoas.

Na comunidade, observou-se que os agentes sociais utilizam-se ainda, de processos culturais repassados entre gerações, no domínio de técnicas tradicionais em relação a utilização de plantas medicinais como forma de minimizar seus problemas de saúde de baixa complexidade, fato este que indica a manutenção e reprodução da cultura local.

Melhorias nas condições de acesso à saúde constitui-se como um dos maiores desafios do século XXI, dada a conjuntura de recessão de gastos e contra-reformas empreendidas pelo governo, prioritariamente, na área social. Conforme observa-se no texto constitucional que regulamenta o direito à saúde no Brasil, é dever do Estado primar pela sua garantia, propondo condições indispensáveis para seu pleno exercício. Porém, o que de fato observou-se na comunidade do estudo foi a ocorrência de um perverso processo de precarização e sucateamento deste serviço, no entanto, é importante afirmar que esta problemática não faz parte da centralidade analítica do trabalho.

De acordo com Santos (2013) a saúde, entendida como política pública, enfrenta um processo de desestruturação, por meio da quebra de seu caráter universalizante, também fruto da crescente tendência à privatização engendrada pelo grande capital. Sobre isso, Correia (2011) acrescenta que na conjuntura de avanço dos ideários neoliberais, o campo da saúde passa a ser orientado pela lógica da focalização e privatização. Ademais, deve-se considerar a problemática do subfinanciamento deste serviço, marcada pelo repasse de verbas do setor público para a iniciativa privada, refletindo diretamente nas condições de acesso à saúde no espaço urbano e rural, no entanto, no meio rural essa dinâmica é ainda mais perversa.

Diante dessa conjuntura, permeada pelas contradições sociais, identifica-se que o processo de acessibilidade aos bens e serviços sociais pela população amazonense ocorre de maneira desigual entre as camadas mais ricas e mais pobres da sociedade. (CHAVES, 2016).

Para ampliar a compreensão acerca do acesso (ou não) aos bens e serviços sociais na comunidade, elaborou-se um quadro demonstrativo - (Quadro 02) - com o levantamento das informações fornecidas pelo líder comunitário. O objetivo desta proposta é realizar o mapeamento destes serviços sociais diversos, bem como,

identificar quais são os serviços que os comunitários conseguem ter acesso diretamente na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Quadro 02 - Infraestrutura da Comunidade N.Sra.P. Socorro

INFRAESTRUTURA - ACESSO DA COMUNIDADE AOS SERVIÇOS DIVERSOS		
ENTREVISTADO: LÍDER COMUNITÁRIO		
SERVIÇO	POSSUI NA COMUNIDADE?	LOCAL DE ACESSO MAIS PRÓXIMO?
Creche Pública	Não	Manaus
Escola pública	Sim	Comunidade N.Sra.P. Socorro
Hospital público	Não	Manaus
Agência de correio	Não	Manaus
Agência bancária	Não	Manaus
Posto de saúde	Sim	Comunidade N.Sra.P. Socorro
Praça pública	Não	Manaus
Previdência social	Não	Manaus
CRAS	Não	Manaus
CREAS	Não	Manaus
Conselho Tutelar	Não	Manaus
Transporte Público	Não	Manaus
Associação de Moradores	Sim	Comunidade N.Sra.P. Socorro
Distrito Integrado de Polícia	Não	Manaus
Igreja Católica	Sim	Comunidade N.Sra.P. Socorro
Igreja Evangélica	Não	Comunidade circunvizinha

Fonte: Líder comunitário - Pesquisa de campo (2018)

É possível observar que do total de 16 serviços listados no Quadro 01, os ribeirinhos possuem acesso diretamente na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo em apenas 31% dos serviços, sendo: escola pública, posto de saúde, associação de moradores e igreja católica. Portanto, para que possam ter acesso aos demais serviços mencionados, que constitui um total de 69%, é necessário o deslocamento dos comunitários até a cidade de Manaus.

Estas configurações no acesso a bens e serviços sociais possui raízes históricas que envolvem uma multiplicidade de questões de ordem social, política, econômica, tecnológica, cultural e ambiental. Conforme retratado por Chaves (2014), embora todas estas questões estejam diretamente interligadas e sejam indissociáveis, considera-se que os problemas suscitados no campo do ordenamento político tenham peso de maior envergadura.

CAPÍTULO IV
A EFETIVAÇÃO DO DIREITO A EDUCAÇÃO PÚBLICA NA COMUNIDADE
NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO: UMA INTERPRETAÇÃO
TEÓRICO-PRÁTICA

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para
mudar o mundo”
(MANDELA, 2003)

A construção deste capítulo da dissertação encontra-se subdividida em dois momentos: a parte inicial, referente a discussão apresentada no primeiro tópico da pesquisa, tem como premissa analisar o processo de efetivação do direito à educação pública aos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. O intuito da abordagem é retratar as conquistas e desafios identificados na configuração deste direito nesta comunidade. A discussão estabelecida no segundo momento, retrata acerca das estratégias de organização política por parte dos ribeirinhos na luta pela ampliação e consolidação do direito à educação.

Destaca-se que as informações apresentadas neste capítulo, majoritariamente, são oriundas do processo de coleta de dados realizado mediante pesquisa de campo na comunidade do estudo, entretanto, a análise destes dados é combinada com estudos bibliográficos e documentais, desta forma, estabelecendo-se uma discussão teórico-prática.

4.1 Desafios e perspectivas frente ao processo de efetivação do direito à Educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Assim como ocorre na cena nacional, a educação na comunidade locus do estudo também encontra muitas barreiras no seu processo de efetivação. Deste modo, importa neste trabalho, caracterizar as reais condições em que o acesso a este direito se operacionaliza.

O cenário apresentado em relação à educação no contexto nacional constitui-se enquanto base para a compreensão acerca do processo de efetivação deste direito no cenário amazônico, sobretudo, diante da conjuntura de desmonte de direitos.

Caracterizar as reais condições de acesso do direito a educação na comunidade do estudo, requer, primeiramente, um mapeamento dos equipamentos sociais disponíveis na localidade para a viabilização deste direito.

Nesta perspectiva, é importante destacar que o território que constitui a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro possui 01 (uma) escola, cujo nome é Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo. A mesma atende apenas as demandas do 1º ao 5º do ensino fundamental e seu funcionamento ocorre em dois turnos - matutino e vespertino.

A Figura 10, indicada na sequência, apresenta a vista frontal da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo.

Figura 10 – Vista frontal da Escola Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

No que tange ao atendimento, a Escola Nossa Senhora do Carmo atende em torno de 54 alunos, maior parte deste público são residentes na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e outra parte advém de comunidades adjacentes mais próximas, são elas, comunidades São Pedro e Bom Sucesso.

A Escola Nossa Senhora do Carmo possui no seu quadro de funcionários o total de 8 profissionais, que são, 02 (duas) professoras, 01 (um) gestor, 02 (duas) auxiliares de serviços gerais, 02 (duas) merendeiras e 01 (um) condutor.

No tocante a infraestrutura da escola, observou-se que a estrutura do piso e paredes são construídas em alvenaria, possui grades de ferro e é coberta com telhas

de fibrocimento, sua divisão interna é composta por 03 salas de aula, sala da diretoria, sala da secretaria, cozinha e banheiro.

Ainda em relação às condições da infraestrutura da escola Nossa Senhora do Carmo, localizada na comunidade do estudo, destaca-se que através de entrevista com os sujeitos da pesquisa 47% definiram a infraestrutura da escola como boa; 29% como insuficiente; 12% ótima e 12% regular.

Dentre os sujeitos da pesquisa que compreendem que as condições físicas da escola estão entre regular e insuficiente, observou-se em seus relatos que os problemas estão diretamente relacionados com: ausência de área recreativa; refeitório; sala de informática; biblioteca; banheiro adequado para o uso das crianças e insegurança, tendo em vista que a escola está localizada em um barranco. No geral, há necessidades de ampliação do espaço físico da escola e reparos na sua infraestrutura.

Mediante a pesquisa, constatou-se que na Escola Nossa Senhora do Carmo há oferta de merenda escolar para os alunos. Em relação a isso, a maioria dos entrevistados (13) relataram que a comida ofertada é de boa qualidade, entretanto, por vezes, faltam os suprimentos necessários para manter a alimentação dos alunos. Durante a pesquisa foi possível observar nos relatos dos entrevistados a importância do fornecimento regular de merenda escolar na comunidade, tendo em vista que, por questões econômicas, nem sempre as famílias dispõem de todas as refeições diárias que devem ser oferecidas a uma criança para o seu pleno desenvolvimento físico e psíquico, portanto, em alguns casos, é no ambiente escolar que acontece essa complementação alimentar. Ademais, destaca-se o fato de a alimentação escolar constituir-se, ainda, enquanto uma extensão do processo de aprendizagem dos alunos.

Neste contexto, é importante salientar a importância de se incluir na merenda escolar da Escola Nossa Senhora do Carmo produtos que sejam oriundos das atividades produtivas tradicionais próprias da dinâmica local, como a agricultura, esta seria uma estratégia de grande valia no que se refere ao enfrentamento das dificuldades de entrega dos insumos para a merenda escolar pela SEMED, tendo em vista que a base da alimentação diária dos alunos estaria disposta na comunidade.

Conforme mencionado no terceiro capítulo desta dissertação, o deslocamento de curta e longa distância dos ribeirinhos na comunidade do estudo acontece, estritamente, por via fluvial. Desta forma, em relação ao deslocamento dos

estudantes, tanto na ida para a escola, quanto no seu retorno para casa, acontece através de um barco escolar¹⁵, onde os alunos são transportados por um condutor fluvial, funcionário da escola.

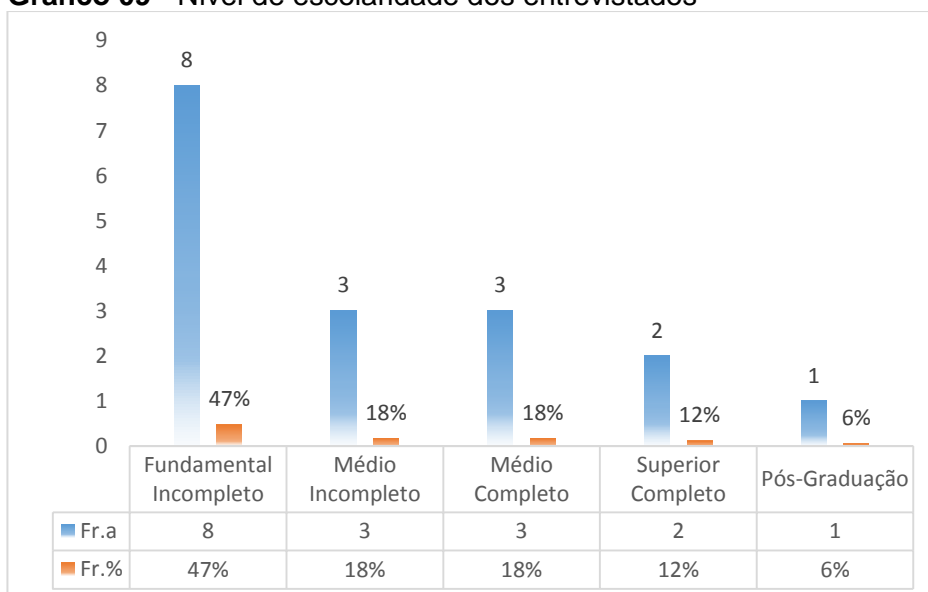
Sobre isso, mediante relatos dos entrevistados, observou-se que o serviço de transporte escolar na comunidade não acontece de maneira efetiva, tendo em vista as constantes ocorrências de falta de combustível utilizado para abastecer o barco no transporte dos alunos. Diante desta problemática, alguns alunos são obrigados a se ausentar das aulas, e outros, são conduzidos em barcos ou canoas de uso familiar.

- **Condições de acesso à educação na comunidade**

Para compreensão acerca das condições de acesso à educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é importante iniciar a discussão a partir da caracterização do perfil educacional dos sujeitos da pesquisa, para posteriormente analisar os fatores que influenciam no processo de acessibilidade a este direito.

Desta forma, no que concerne ao nível de escolaridade dos entrevistados, 47% afirmam possuir nível fundamental incompleto; 18% nível médio incompleto; 18% nível médio completo; 12% nível superior completo e 6% concluiu pós-graduação (especialização), conforme pode ser observado no Gráfico 09.

Gráfico 09 - Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

¹⁵ O barco escolar utilizado no transporte de alunos é mantido pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

Através das entrevistas foi possível identificar um número razoável (47%) de sujeitos que não chegaram a concluir o ensino fundamental, esta informação é importante para ampliar a compreensão acerca do processo de efetivação da educação na comunidade, face as condições de qualidade e acesso à escola.

Durante a pesquisa buscou-se entendimento sobre os motivos pelos quais os sujeitos da pesquisa não chegaram a concluir os estudos. Neste sentido, as dificuldades mais recorrentes identificadas nos relatos dos entrevistados, que possuem ensino fundamental e médio incompletos (que perfaz um total de 65%), foram: falta de tempo para estudar, o cansaço, a extensa jornada de trabalho, idade avançada, desinteresse e o deslocamento para outra comunidade¹⁶.

Em entrevista, um informante da pesquisa expôs sobre as dificuldades de ter que estudar e trabalhar no campo:

(...) é difícil trabalhar no campo e ainda ter energia pra ir para a escola né? Se a gente vai pra escola tem que parar de trabalhar por aquele período, então sente a diferença no dinheiro, por isso não posso mais continuar os estudos, dei prioridade pro meu filho pra ver se ele tenha uma vida diferente. (ENTREVISTADO 07).

A vida no campo é árdua, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para que os ribeirinhos possam garantir o sustento da família precisam realizar uma multiplicidade de atividades como pescar; plantar, colher, arar a terra e cuidar das criações (gado, galinhas, patos e porcos). Na maioria dos casos não lhes resta tempo ou disposição, devido ao cansaço, para enfrentar a sala de aula ou até mesmo percorrer longas distâncias para chegar até a escola.

Neste sentido, Bourdieu (1979 *apud* ANDRADE, 2013) afirma que os homens, desde muito cedo, precisam enveredar pelos caminhos da labuta, logo, em muitos casos, se veem obrigados a abandonar a escola, isto no caso dos que pelo menos conseguiram frequentá-la durante parte de sua vida.

Do total de 18% (Fr.a=3) de entrevistados que possuem o ensino médio completo, pôde-se observar nos seus relatos que, para que pudessem concluir este nível de estudo precisaram morar em casas de parentes em Manaus, pois desta forma consideravam que o acesso ao ensino era menos dificultoso, e também, por entenderem que teriam mais qualidade no ensino oferecido.

¹⁶ O fato de a Escola Nossa Senhora do Carmo ofertar apenas o ensino básico do 1º ao 5ºano, faz com que os agentes sociais da comunidade tenham que se deslocar até uma comunidade vizinha para dar continuidade aos estudos, tanto nos demais níveis do ensino fundamental, quanto no ensino médio.

Em relação ao acesso dos sujeitos da pesquisa à Escola Nossa Senhora do Carmo, 100% (17) afirmaram não ter problemas para chegar até a mesma, visto que a mesma encontra-se em uma localização estratégica na comunidade. A média de tempo de deslocamento estimado para chegar até a escola é de 6 minutos. Entretanto, destaca-se que a facilidade de acesso até a referida escola não significa dizer que os comunitários não enfrentam problemas para acessarem o direito a educação, longe disso.

O grande empecilho surge justamente quando os sujeitos precisam avançar para além do 5º ano do ensino fundamental, pois, para que possam dar continuidade aos estudos, do 6º ao 9º ano, os mesmos precisam se deslocar até a escola localizada na comunidade vizinha, cujo nome é comunidade Nossa Senhora do Carmo, na Escola Municipal Canaã I. Esta escola fica há aproximadamente 40 minutos de distância da comunidade do estudo, considerado pelos sujeitos da pesquisa como uma longa distância, tendo em vista que em áreas rurais a noção de espaço e tempo são diferentes, se comparados com o âmbito urbano.

Em relação ao ensino médio, os sujeitos da pesquisa relataram que a escola Municipal Canaã I oferece apenas em casos que se formam turmas, portanto, o acesso se torna ainda mais dificultoso. Observou-se nos relatos dos entrevistados que para dar continuidade aos estudos, em relação ao ensino médio, é comum que as pessoas tenham que migrar para Manaus.

Este processo de deslocamento para outra comunidade torna o acesso à educação ainda mais dificultoso, principalmente no que diz respeito à distância que os sujeitos¹⁷ precisam percorrer. A este movimento entre determinadas localidades para acesso à educação dá-se o nome de nucleação.

Nos dizeres de Mourão e Borges (2016, p. 206), a nucleação caracteriza-se justamente pelo deslocamento que os alunos residentes em áreas de terra firme ou várzea precisam realizar para que tenham acesso à escola em uma comunidade pólo, “fato que envolve o tempo de deslocamento e, afasta as crianças e os jovens de sua comunidade e, conseqüentemente do trabalho, do convívio em comunidade”.

Ainda em relação ao processo de nucleação em escolas rurais, Rodrigues (et. al, 2017) afirma que:

¹⁷ Os sujeitos mencionados, diz respeito às crianças, adolescentes, jovens, adultos ou idosos. Enfim, a todos que objetivam dar continuidade aos estudos.

Na prática, esse processo de nucleação corresponde à desativação da escola, por um período de 5 anos, e ao posterior fechamento. A nucleação, na primeira fase do ensino fundamental, se configura como o deslocamento de crianças e jovens das redes municipais e estaduais de ensino das escolas rurais, localizadas em comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura em relação às escolas de comunidades vizinhas melhores aparelhadas. Na segunda fase do ensino fundamental, o processo se assemelha. Porém os alunos são deslocados para as escolas localizadas na cidade. Destaca-se que muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana.

O grande problema em relação a nucleação reside no fato dos estudantes, agentes sociais, precisarem se afastar de sua comunidade. Na concepção de Jardim e Oliveira (2013) essa forma de organização do processo pedagógico incentiva o êxodo rural, principalmente quando consideradas as múltiplas particularidades regionais, referentes a:

A limitada concentração demográfica encontrada nas áreas rurais do Amazonas, a baixa renda da população, a incorporação dos filhos à força de trabalho, a questão da distância entre as comunidades, o tempo dedicado para ao ato de locomover-se até o núcleo escolar, os riscos do transporte fluvial, o limitado acesso aos serviços públicos de saúde e as características culturais das populações de várzea e de terra firme são aspectos que podem nos revelar traços comuns de uma sociedade que vê na educação escolar o senso de integração e valorização de sua comunidade. (JARDIM e OLIVEIRA, 2013, p. 95)

Os fatores amazônicos apresentam-se como desafios a serem enfrentados pela gestão pública no processo de efetivação do direito a educação na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, sobretudo no que se refere a operacionalização da Política de Educação. De acordo com informações disponibilizadas no Relatório da Fundação Amazonas Sustentável – FAS, publicado no ano de 2017, o alto custo logístico que permeia a execução de qualquer atividade na zona rural amazonense torna o acompanhamento das políticas públicas um processo altamente complexo. Nesta perspectiva, destaca-se a necessidade de criação e efetivação de políticas públicas condizentes com o contexto local.

A partir de embasamentos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) é possível afirmara que educação básica compreende: educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio. Entretanto, mesmo diante do postulado pela LBD, destaca-se que o acesso a estes diferentes níveis de ensino ainda é extremamente

precarizado na comunidade locus da pesquisa, em detrimento do complexo processo de oferta do serviço de educação pública nas áreas rurais do Amazonas.

No tocante ao processo educativo na zona rural, Andrade (2015, p. 208) afirma que:

Os desafios da viabilização de uma formação humana são bem mais abrangentes que os da zona urbana. Nesse setor, a logística precisa contemplar outras questões não pensadas na cidade, como transporte (...) e hospedagem os alunos, transporte dos alunos (barco, gasolina, etc.), estabelecimento de um calendário escolar que respeite as especificidades da Região Amazônica e seu calendário hidrológico.

Scherer (2004, p. 5) afirma que “os ribeirinhos encontram-se esquecidos pelas ações públicas”. Assim, segundo a autora essa lógica dificulta, ou até mesmo inviabiliza, o processo de consolidação da cidadania. Desta forma, ressalta-se que na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro existem muitos problemas no processo de consolidação da cidadania, via acesso à educação, dentre os quais, destaca-se o sistema de nucleação, citado durante o desenvolvimento deste estudo. Todavia, é importante salientar, que mesmo diante das dificuldades, apresentadas pelos informantes da pesquisa, no que diz respeito ao acesso à escola, concernentes ao processo de nucleação, observou-se, que a nucleação consiste em uma estratégia do sistema de educação no intuito de mitigar os obstáculos de acesso ao ensino aos sujeitos sociais da área rural.

- **Qualidade da educação acessada na comunidade: percepção dos informantes da pesquisa**

A pesquisa também contou com entrevistas realizadas com 02 profissionais atuantes na área da educação na comunidade, trata-se de duas professoras que trabalham na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo. Através da pesquisa foi possível traçar o perfil dos profissionais da educação e perceber como estes entendem o processo de configuração do direito a educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

O Quadro 03, apresentado na sequência, retrata brevemente o perfil dos profissionais atuantes na área da educação na comunidade do estudo.

Quadro 03 - Perfil das professoras

01	Professora do 1º ao 3º ano do ensino fundamental	45 anos de idade, natural de Itacoatiara - AM. Formou-se em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, reside na comunidade há 21 anos e leciona na localidade há 20 anos.
02	Professora do 4º ao 5º ano do ensino fundamental	41 anos de idade, natural de Manaus – AM. Formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no período da pesquisa cursava Especialização em Educação do campo pela mesma universidade; reside na comunidade há 13 anos e leciona na localidade pelo mesmo período de tempo.

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Mediante entrevista realizada com as professoras, observou-se que ambas possuem formação em nível superior e lecionam na comunidade há bastante tempo. Foi possível perceber que as professoras encontraram dificuldades na busca pela formação continuada, no entanto, ambas concordam que a formação continuada no processo pedagógico reflete diretamente na qualidade do ensino ofertado aos alunos e, conseqüentemente, na, qualidade da educação, enquanto política pública. Destaca-se, que a Professora 02, no momento da entrevista, afirmou que a formação continuada é extremamente importante para o aprimoramento intelectual do profissional, e por este motivo, havia ingressado em uma pós-graduação, *latu sensu*, na área de educação do campo pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, mas reconhece as limitações do próprio sistema de educação em possibilitar aos profissionais essa formação continuada, principalmente aos educadores em áreas rurais, por conta da logística de acesso.

Foi observado que na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, localizada na comunidade locus da pesquisa, o ensino acontece através de classes multisseriadas. De acordo com informações coletadas na pesquisa de campo com a Professora 01, destaca-se que este formato de ensino demanda uma carga de trabalho mais extensa do professor, pois em uma mesma sala de aula um único profissional precisa atender diferentes demandas em relação ao processo de ensino, tendo em vista que as turmas multisseriadas atendem a alunos com diferentes

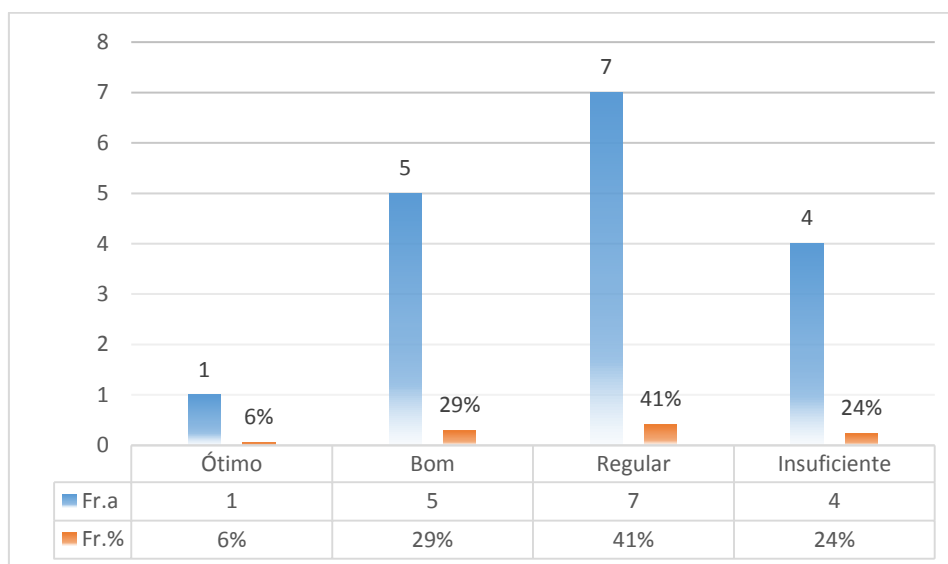
características em relação a: níveis de aprendizagem, faixa etária de idade e contextos familiares.

Neste contexto, mediante relatos das professoras entrevistadas, é importante salientar que o processo de aprendizagem dos alunos, inseridos em classes multisseriadas, fica em grande parte prejudicado, pois nem sempre o aluno consegue acompanhar a didática trabalhada em sala de aula para atender a estas múltiplas demandas. Nestes moldes, o trabalho profissional, em relação ao ensino também ocorre de maneira precarizada.

Em relação ao modelo de classe multisseriada, Andrade (2015) afirma que esta modalidade de ensino é uma realidade em comunidades rurais por todo o Brasil, é justificada principalmente pela insuficiência de alunos para formar turmas específicas para cada série.

Ao ouvir os relatos dos ribeirinhos entrevistados em relação a qualidade do serviço de educação ofertado na comunidade destaca-se que 41% conceituaram como regular; 29% como bom; 24% insuficiente e 6% como ótimo, conforme é possível observar no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Qualidade da Educação ofertada na comunidade



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Dentre os sujeitos que consideraram a qualidade da educação regular e insuficiente, um total 65%, destaca-se que as principais justificativas apontadas pelos entrevistados para mensurar essa qualidade na oferta da educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foram: problemas relacionados com a

infraestrutura da escola; a questão dos professores faltarem muito durante o período letivo, ocasionando a precariedade no processo de ensino-aprendizagem; os baixos salários dos profissionais da área; as constantes oscilações na oferta de energia elétrica e o fato de o transporte escolar, por vezes, não ter combustível para fazer a locomoção dos alunos.

Na comunidade do estudo, tais problemáticas também foram ressaltadas pelas professoras entrevistadas, que afirmaram que a educação ofertada na Escola Nossa Senhora do Carmo torna-se ainda mais fragilizada com a ocorrência destes problemas. Em relação as oscilações na energia elétrica, a Professora 01 afirma que este fato é muito prejudicial no processo de ensino-aprendizagem, pois a escola participa do Projeto Aula Digital, e através deste projeto, a Escola Nossa Senhora do Carmo foi contemplada com um lote contendo 36 tablets. Ainda de acordo com a Professora 01, “o projeto leva tecnologia para as crianças da comunidade, e durante o ensino a tecnologia é nossa aliada”, a mesma ressalta que todo o material contendo os conteúdos trabalhados em sala de aula, atividades e avaliações é salvo nestes tablets, e os alunos acompanham a aula pelos equipamentos digitais, e que portanto, se a escola não dispõe de energia elétrica por um determinado período de tempo, ou até mesmo se a frequência é interrompida várias vezes por dia o trabalho realizado em sala de aula fica prejudicado.

Diante do exposto pelos entrevistados, destaca-se a importância de incluir aparelhos digitais no processo de ensino-aprendizagem, enquanto ferramentas de inclusão social, no entanto, ressalta-se a necessidade da escola, da atuação do corpo pedagógico, em contribuir para a manutenção e reprodução da cultura local, incluindo no processo pedagógico subsídios materiais que contemplem as atividades e saberes tradicionais, particulares da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Na concepção de Gentili (1995 *apud* BEZERRA, 2013), não existe qualidade na educação quando se discrimina ou quando as maiorias são submetidas à miséria e marginalidade. Neste sentido, aponta que o grande desafio é formar um espaço onde os excluídos tenham espaço, possam ouvir, possam ser cidadãos.

Importa salientar que o reconhecimento de direitos por parte dos próprios agentes sociais da comunidade constitui-se como ponto de partida para a efetivação da cidadania na localidade, desta forma, com o intuito de mensurar o grau de compreensão dos entrevistados em relação aos seus direitos, em especial à educação, durante as entrevistas elaborou-se a seguinte pergunta: o senhor (a)

considera a educação um direito de todos?, em resposta, 16 entrevistados afirmaram que sim, a educação é um direito de todos; e 1 (um) sujeito demonstrou desconhecimento acerca desta informação, o mesmo relata: “a vida no campo é boa, mas também é muito dura”, desta forma, ele atribui o desconhecimento do direito à educação ao tempo que dispense no desenvolvimento de atividades produtivas no campo e à sua baixa escolaridade. Esse depoimento, de certa forma, indica a carência das informações que chegam até a comunidade, cabe também a escola envolver a comunidade, os agentes sociais neste processo, através de ações que tenham o intuito de democratizar o conhecimento.

Seguindo um panorama geral do Estado do Amazonas, Bezerra (2013) relata que as peculiaridades do Estado, com suas características geográficas, dificultam o acesso aos meios de comunicação no interior do Amazonas consequentemente tem constituído um dos grandes desafios no processo de efetivação da educação para a população interiorana. No entanto, destaca-se que esta informação não pode ser generalizada, tendo em vista que muitas comunidades no Amazonas, em localidades longínquas, possuem acesso à educação através do ensino com mediação tecnológica.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se, a partir da percepção dos profissionais da área de educação na comunidade, analisar as condições de trabalho na Escola Nossa Senhora do Carmo. A este respeito, durante a entrevista elaborou-se a seguinte pergunta: como o Sr.(a) considera as suas condições de trabalho na escola?, em resposta, a Professora 01 afirma que se sente bem lecionando na comunidade, possui boas condições de trabalho e que "a escola é acolhedora". Já a Professora 02 afirmou o seguinte: “considero mais ou menos, há muito o que melhorar em relação a estrutura física e apoio pedagógico para os professores”. No entanto, ambas concordam que o trabalho desempenhado poderia ser bem mais efetivo para com os alunos, entretanto, as limitações geradas pelo próprio sistema de educação não permitem.

Com base nos relatos das professoras entrevistadas, concernente as condições do trabalho desenvolvido na escola da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, destaca-se o quão dificultoso é, para o corpo pedagógico, oferecer um padrão de ensino qualitativo aos alunos quando sequer o ambiente escolar dispõe de uma estrutura física favorável e quando não se dá o devido suporte pedagógico para os profissionais.

No tocante a percepção dos professores acerca do desempenho dos alunos, em relação ao fator aprendizagem, a Professora 02 afirma:

Eles conseguiram alcançar um nível bastante elevado na aprendizagem, isso foi possível perceber na avaliação aplicada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Avaliação de Desempenho do Estudante (ADE), onde o índice subiu de 83% durante o ano de 2017 para 94% no ano de 2018. (Professora 02, 2018).

De acordo com informações da SEMED, esta avaliação é realizada com estudantes do 3º, 4º, 6º e 8º ano do ensino fundamental, em 342 unidades de ensino do município. A prova consiste em uma avaliação institucional, que busca analisar o desempenho dos alunos nas disciplinas de Português e Matemática, com o objetivo de mapear as maiores dificuldades dos alunos para que se possa traçar um plano de trabalho que atue diretamente nestas dificuldades.

Em relação ao desenvolvimento de programas e projetos na escola da comunidade constatou-se que atualmente o corpo pedagógico conta com o apoio de 02 (dois) programas e 01 (um) projeto, tais quais: Programa Viajando na Leitura, Programa Matemática Viva e Projeto Aula Digital. Em entrevista, a Professora 01 ressalta que estes programas e projetos são direcionados e coordenados pela SEMED com o intuito de estimular a qualidade na oferta da educação na comunidade da pesquisa. A professora 02 ressaltou que o corpo pedagógico também desenvolve alguns projetos de pequeno porte, a saber, Projeto Dia do Livro, pensado e elaborado pelos próprios professores com o intuito de estimular a leitura dos alunos.

Compreender a educação dentro de um contexto macro, no cenário nacional, é importante para apreender como configuram-se as políticas educacionais no contexto regional e local. Assim sendo, durante a aplicação das entrevistas, buscou-se compreender a percepção das professoras em relação a efetivação da Política de Educação no Brasil, sobre isso a Professora 01 afirmou:

O meu país não dá o devido valor que a nossa educação merece, porque não existe nada que vá transformar a vida de um cidadão se não for a educação, tenho a percepção que o sistema político no Brasil quer exatamente que as pessoas não estudem”. (PROFESSORA 01, 2018)

Desta forma, partindo do pressuposto que Educação constitui-se enquanto um direito fundamental a todos os cidadãos, Almeida et. al. (2015, p. 2) analisa que “o

cenário contemporâneo apresenta um quadro de desafios e conflitos em diversos âmbitos que necessitam urgentemente de respostas do Estado”.

Em relação a percepção dos profissionais da área de educação, atuantes na comunidade locus da pesquisa, acerca da efetivação da Política de Educação no Amazonas, a Professora 02 considera que “os índices de escolarização elevaram, porém, ainda existem muitas falhas nas condições de acesso à escola no Estado do Amazonas”.

Outro fator suscitado pelas professoras entrevistadas diz respeito a desvalorização do trabalho profissional em detrimento dos baixos salários recebidos. Em relação a esta problemática, destaca-se que a valorização profissional constitui-se em condição primordial no processo de melhoramento do ensino básico em escolas públicas, portanto, valorizar os profissionais da área de educação torna-se um fator decisivo na efetivação de uma educação de qualidade.

Nesta perspectiva, é importante frisar que a educação escolar tem passado por momentos marcados por contradições sociais, pois ao mesmo passo em que ocorrem diversas mobilizações em defesa da escola pública, pela exigência de mais verbas e por salários justos para os professores “a sociedade assiste à deterioração progressiva da instituição que já não estava bem: a escola pública, em todos os seus níveis” conforme observado por Gohn (1994 *apud* TORRES, 2007 p. 99).

Ademais, os baixos salários ofertados, principalmente aos professores da rede pública de ensino, tornam dificultosa a reprodução da força de trabalho e a manutenção da qualidade de vida, pois, o valor salarial encontra-se abaixo da média necessária para a satisfação de suas necessidades físicas e materiais. (TORRES, 2007).

Nos debates em relação a qualidade da educação ofertada na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, é relevante considerar a importância do engajamento familiar no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, mediante entrevista com as professoras, observou-se que há uma baixa participação da família no acompanhamento escolar dos alunos, a Professora 02 é enfática ao afirmar que este problema, gradualmente, tem se constituído como um dos maiores entraves na promoção da qualidade da aprendizagem na comunidade. Sobre isso, a entrevistada ressalta:

Um dos principais desafios na educação aqui comunidade está relacionado com a baixa participação dos pais no processo de aprendizagem das crianças e nas reuniões de pais e mestres, eu entendo que muitos pais não são escolarizados, mas também percebo o desinteresse mesmo nesse acompanhamento. (PROFESSORA 02, 2018)

Conforme observado na comunidade, a baixa participação da família no acompanhamento dos alunos é um problema reconhecido pelo corpo pedagógico da escola, a problemática constitui-se ainda, como um grande empecilho no desenvolvimento dos mesmos. Entretanto, há de se reconhecer as limitações de muitas famílias neste processo, haja vista que precisam enfrentar longas e exaustivas jornadas de trabalho no desenvolvimento de suas atividades produtivas tradicionais ligadas à dinâmica de vida na comunidade; há ainda a ocorrência de pais de alunos que não conseguem auxiliá-los nas atividades escolares pelo fato de não possuírem um grau de escolaridade que possibilite este acompanhamento.

No entanto, mesmo diante das limitações familiares no acompanhamento escolar dos alunos, torna-se relevante salientar que o processo educativo não é função única e exclusiva da escola, dos professores, mas sobretudo, da família. Através das entrevistas realizadas com as professoras, observou-se que a Escola Nossa Senhora do Carmo não tem contribuído efetivamente para o engajamento da família no espaço escolar, desta forma, destaca-se que a escola precisa criar mecanismos que possibilitem a cooptação da família no processo pedagógico.

Neste sentido, cabe a escola, desenvolver estratégias que facilite o envolvimento dos pais na educação dos filhos, porém, estas estratégias precisam estar em consonância com as particularidades de cada núcleo familiar, é preciso transformar a escola da comunidade em um espaço democrático.

A pesquisa possibilitou a compreensão que, assim como ocorre em muitas comunidades ribeirinhas pelo Amazonas, a Política de Educação efetivada na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro não considera as especificidades socioculturais de sua população. Observou-se que a política educacional configura-se de maneira residual, pois não propõe soluções concretas para os problemas sociais particularizados na localidade.

De acordo com Prazeres e Carmo (2011, p. 2) um dos fatores que reforçam esta problemática,

(...) deriva da noção dominante de analisar o campo pela ótica do espaço urbano. A esse respeito cabe destacar que ao longo de nossa história, a educação pensada para o conjunto dos trabalhadores, tem sido materializada através de políticas compensatórias e como prolongamento dos processos que se desenvolviam na cidade.

Diante do exposto, é possível observar que a educação ofertada na comunidade esbarra em muitos problemas no seu processo de efetivação. Portanto, cabe ao Estado a incumbência de criar mecanismos capazes de proporcionar uma educação de qualidade tanto para os sujeitos do meio urbano, quanto do rural, respeitando as particularidades de cada localidade.

Para que essa realidade seja modificada é preciso, ainda, o empenho constante dos agentes políticos da comunidade e dos profissionais da educação, em um movimento contínuo que contemple em sua práxis a ética da autonomia e da emancipação social dos sujeitos. O pressuposto aqui referido é a de uma comunidade engajada com os assuntos que afetam diretamente sua dinâmica social, seu *modus vivend*, a dinâmica do trabalho e de acesso aos direitos, portanto, é de suma importância a participação política destes agentes no intuito de lhes assegurar direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

4.2 Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: práticas organizativas dos ribeirinhos para acessibilidade do direito à Educação

O intuito na construção deste tópico da dissertação é identificar se existem e como se materializam as estratégias de organização política por parte dos ribeirinhos na luta pela ampliação e consolidação do direito à educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pois, em diversas comunidades ribeirinhas pelo Amazonas, em detrimento da falta de atendimento e de acesso qualitativo aos dispositivos sociais, os sujeitos precisam buscar estratégias que possibilitem a minimização das problemáticas particularizadas na região, em suas respectivas comunidades.

A este respeito Chaves (2014) afirma que estas estratégias, em busca de soluções para os problemas sociais, são concebidas em conformidade com a inserção destes agentes na sociedade; a posição que assumem diante das relações de produção; o nível de consciência de classe e identidade política e os espaços de

participação encontrados e/ou criados voltados para seus interesses no atendimento de suas demandas.

É relevante considerar que estas ações comunitárias não eximem do Estado a responsabilidade em prestar os serviços sociais de qualidade a população. No entanto, nesta dinâmica social, as comunidades configuram-se em espaços de grande potencial, enquanto campo de permanente lutas e mobilizações na busca pelo acesso aos direitos.

Em relação à organização de lideranças comunitárias na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, observou-se que a localidade possui 01 (um) líder comunitário. O mesmo é do gênero masculino, possui 35 anos de idade, nasceu em Manaus – AM, no entanto, afirmou que reside na comunidade desde os seus primeiros anos de vida, possui o ensino médio completo e assumiu a liderança da comunidade há 01 ano.¹⁸

A Associação de Moradores e Agricultores Rurais do Paraná da Eva (AGROEVA), conforme Figura 11, foi fundada no ano de 2004 mediante iniciativa dos próprios ribeirinhos da comunidade. Na associação o líder comunitário atua diretamente no desenvolvimento e organização de eventos comunitários e na busca por parcerias que facilite o escoamento dos produtos oriundos da agricultura e pesca local.

Figura 11 – Vista frontal da Associação de Moradores e Agricultores Rurais do Paraná da Eva - AGROEVA



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

¹⁸ Tais informações foram coletadas com o próprio líder comunitário através de entrevista realizada durante a pesquisa de campo na comunidade.

Entende-se que no processo político é extremamente relevante o engajamento dos demais sujeitos sociais da comunidade. Partindo deste pressuposto, o estudo buscou informações em relação à participação destes agentes, especificamente nos assuntos relacionados à educação na localidade, desta forma, durante a pesquisa observou-se que 82% dos entrevistados se consideram participativos e 18% afirmaram que não se consideram participativos. Ao indagar em relação a participação social da comunidade, 59% consideram que, no geral, os comunitários não são participativos nos assuntos referentes a educação na localidade, enquanto 41% consideram que sim, conforme pode ser verificado nos Gráficos 12 e 13.

Gráfico 11 – Se considera participativo nos assuntos referente a educação na comunidade?

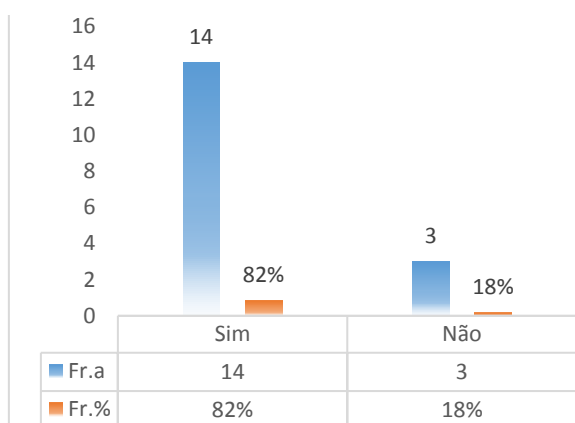
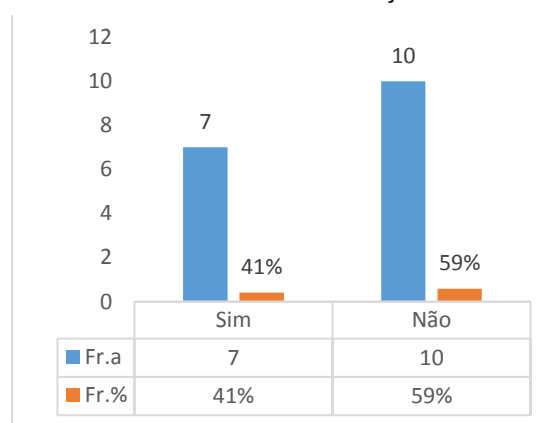


Gráfico 12 – Considera a comunidade participativa nos assuntos referente a educação na comunidade?



Fontes: Pesquisa de campo (2018)

Sobre a participação política dos sujeitos em comunidades ribeirinhas, Chaves (2016, p. 20) explica que o fenômeno da participação social “abriga uma totalidade, na qual as múltiplas faces do poder perpassam a relação entre atores em razão de possuírem identidades, interesses e valores diferenciados”. Logo, constatou-se que na comunidade do estudo o fato dos sujeitos participarem politicamente (ou não participarem), não mantém relação direta com o grau de disposição ou vontades individuais dos mesmos, e nem de seus respectivos grupos sociais.

A autora acima mencionada, destaca ainda, que no contexto comunitário a participação assume um caráter complexo e contraditório, e passa a efetivar-se enquanto um processo de correlação de forças, permeado por uma tensão que abarca a capacidades dos sujeitos, sob o manto da coletividade que ultrapassa as forças individuais.

Sobre a participação social, CHAVES (2016, p. 20) destaca:

A participação como caráter social implica numa necessária interação entre os diversos atores sejam no âmbito de instituições públicas, privadas, organizações da sociedade. Para o estabelecimento de interações, a partir da dinâmica instaurada pelo processo de participação, um conjunto de fatores atua de maneira interveniente e/ou determinantes são eles: a cultura política, o contexto social e econômico, a natureza do regime vigente, o desenvolvimento histórico e a sociabilidade dos sujeitos.

A reflexão trazida pela autora diz respeito às particularidades sociais e políticas configuradas em cada espaço comunitário. Estas características devem ser consideradas como ponto de partida para compreender o nível de organização sociopolítica em uma comunidade ribeirinha.

Em relação a participação dos ribeirinhos em organizações sociais e políticas foi possível constatar que 47% dos sujeitos participam das atividades promovidas pela associação de moradores; 12% são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 41% afirmou que não participa de nenhuma das organizações, conforme demonstrado na Tabela 03.

Tabela 03 – Participação dos sujeitos nas organizações sociais e políticas

	Clube de Mães	Sindicato	Associação de Moradores	Movimento Social	Não Participa	Total
Fr.a	0	2	8	0	7	17
Fr.%	0%	12%	47%	0%	41%	100%

Fonte: pesquisa de campo (2018)

Durante a pesquisa observou-se que a comunidade não dispõe de clube de mães, este que é considerado como espaço de socialização em potencial para o processo de empoderamento social e político, constitui-se em um espaço em especial para as mulheres.

Os entrevistados também demonstraram desconhecimento sobre a atuação de qualquer movimento social na localidade. Sobre isso, o líder comunitário expressou o desejo em formar um movimento social juntamente com os comunitários, um movimento que tenha como bandeira de luta os anseios da comunidade, principalmente, em relação ao escoamento da produção rural, melhorias na qualidade da educação e saúde.

Em relação ao sindicato, os entrevistados afirmaram que para se associar e participar efetivamente nas atividades sindicais precisam se deslocar até o Município de Itacoatiara, local onde fica sediado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A partir

dos relatos dos entrevistados associados ao referido sindicato, observou-se que os mesmos buscaram essa medida para ter mais segurança em relação a garantia de seus direitos trabalhistas, sobretudo, no que diz respeito aos direitos previdenciários.

Souza (1996, p. 24) afirma que o sindicato trabalhista é, “em geral, concebido como forma de associação da classe trabalhadora, tendo em seus objetivos uma perspectiva socialista”, ressalta ainda, que a estrutura orgânica de um sindicato trabalhista fundamenta-se no princípio da representatividade. Neste sentido, através da pesquisa observou-se que os entrevistados associados se sentem representados através do sindicato, especialmente quando necessitam ter seus direitos defendidos.

Observou-se que na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a prática de organização social mais comum acontece por meio da igreja católica da localidade. Através da igreja, os ribeirinhos promovem algumas ações sociais pontuais, que contribuem diretamente para amenizar as carências de outros indivíduos que estejam passando momentos de privações materiais e/ou físicas. Para arrecadar dinheiro, alimentos e remédios os comunitários promovem bingos, rifas e ações beneficentes.

No tocante a ação social, Souza (1996) destaca que refere-se a uma forma de cooperação para a promoção de ações comuns que tenham como prioridade o enfrentamento dos problemas que afetam uma comunidade. Afirma ainda que, historicamente, a ação social está ligada às formas de assistência, que diversas instituições sociais assumem, em atenção aqueles sujeitos sociais que devido a obstáculos provenientes de idade, enfermidades física, mental ou social não conseguem acessar os bens necessários a manutenção de reprodução física e material.

O trabalho apresentado parte do pressuposto que a educação é uma importante ferramenta de empoderamento social, a acessibilidade a este direito de forma qualitativa contribui para a construção de uma sociedade mais organizada política e socialmente.

A educação é considerada por muitos estudiosos da área, dentre eles Paulo Freire, como instrumento de transformação e emancipação social. Portanto, neste processo, a escola configura-se em um espaço fecundo para a participação social, em uma perspectiva de consolidar a sua gestão democrática.

Nesta perspectiva, durante as entrevistas indagou-se se a escola costuma desenvolver atividades que envolvam a comunidade, em resposta, 24% dos sujeitos

da pesquisa expressaram que sim, e 76%, incluindo o líder da comunidade, afirmaram que não. Entre os sujeitos que responderam positivamente à pergunta, os mesmos definiram tais atividades como reuniões de pais e mestres e a promoção de eventos em datas comemorativas, como, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças, dentre outros.

Outra questão suscitada durante a pesquisa foi em relação ao trabalho promovido pela associação de moradores na comunidade. Sobre isso, perguntou-se aos entrevistados se a associação colabora na promoção de atividades que objetivem melhorias na qualidade da educação ofertada no local, desta forma, 88% (15) sujeitos, incluindo o líder comunitário, afirmaram que a associação não atua neste segmento, e 12% (2) afirmaram não ter conhecimento sobre esta informação.

Estes dados indicam que os agentes sociais da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro não têm participado efetivamente nos processos que envolvem a materialização da política de educação na localidade. Este quadro mostra-se preocupante, tendo em vista que o acesso a uma educação de qualidade pressupõe o fortalecimento da sociedade, no que tange às suas organizações sociopolíticas.

Em relação a presença da sociedade nos espaços de luta pela materialização do direito à educação, Maranhão e Marques (2014, p.130) ressaltam:

Esta presença da sociedade representa mais que a materialização das lutas. Significa a inclusão e incorporação de categorias e grupos sociais envolvidos direta ou indiretamente no processo educativo, e que, normalmente, estão excluídos das decisões (pais, alunos, funcionários, professores). Ou seja, retira dos governantes e dos técnicos o monopólio de determinar os rumos da educação, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. (MARANHÃO E MARQUES, 2014, p. 130).

Desta forma, destaca-se a importância dos comunitários no processo de tomada das decisões que envolvem a efetivação da Política de Educação na comunidade. Mesmo em face às dificuldades que o corpo pedagógico enfrenta na consolidação da gestão democrática na localidade, é relevante enfatizar que a participação social e política contribui diretamente para a materialização de um sistema educacional inclusivo e de qualidade.

Durante a construção da pesquisa buscou-se analisar também o grau de envolvimento dos profissionais que atuam na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo nos assuntos políticos que envolvem a oferta da educação pública na comunidade. Para tanto, perguntou-se às professoras, se os profissionais da

educação participam ou em algum momento já haviam participado de mobilizações para reivindicar melhorias na qualidade da educação efetivada na comunidade, ambas afirmaram que sim, já haviam participado, entretanto, essa participação acontece de maneira esporádica.

Em relação a participação social dos profissionais nos assuntos relacionados com a educação na comunidade, a Professora 02 ressaltou que,

Na própria comunidade, na escola, participei do Pré-Fórum de Educação onde foram formuladas as reivindicações que posteriormente foram direcionadas para o Fórum de Educação, a pauta foi: segurança na escola, transformar a escola em um modelo de tempo integral, lazer, quadra esportiva. O fórum principal aconteceu no auditório da SEMED em Manaus, o fórum contou com a participação de alunos, professores e de alguns comunitários, mas essas melhorias não chegaram até a nossa escola. (PROFESSORA 02, 2018).

Durante a entrevista, observou-se nos relatos das professoras que os encontros político-pedagógicos são centrados em Manaus, notadamente, este fato dificulta o acesso dos profissionais da área de educação e dos ribeirinhos neste processo. Outro obstáculo enfrentado, de acordo com as professoras entrevistadas, relaciona-se com a falta de informações sobre os encontros que são realizados na SEMED, sobre isso, a Professora 01 afirmou: “por estarmos em uma comunidade ribeirinha cujo acesso aos serviços de telefonia e internet é deficiente, tem casos que quando a gente nem fica sabendo dos encontros, ou quando sabemos eles já têm até ocorrido”. Diante do exposto pela Professora 01, observou-se a necessidade de melhoramento dos canais de comunicação na Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para que o corpo pedagógico e a comunidade possam ter acesso às informações concernentes aos encontros pedagógicos em tempo hábil.

No tocante às estratégias organizativas para enfrentamento dos problemas que afligem a comunidade locus do estudo, em relação à educação, foi possível observar que, os agentes sociais se mobilizaram para construir um anexo da escola, o Anexo do Carmo, face às problemáticas que enfrentavam durante os períodos de cheia e enchente do rio.

A construção fica aos fundos da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, e ao lado da associação de moradores, porém em um local onde a água não invade em períodos mais críticos, com isso, possibilitou-se que durante a cheia do rio seja

realizada a mudança da escola sede para o anexo, possibilitando a continuidade do período letivo. Abaixo, a Figura 12 apresenta a vista frontal do Anexo do Carmo.

Figura 12 - Anexo do Carmo



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Diante do exposto, a reflexão que fica é que mediante o processo de desestruturação de direitos, dentre eles a educação, via Estado-Capital é extremamente urgente que as camadas sociais estejam cada vez mais integradas e articuladas no processo de tomada de decisões políticas, econômicas e sociais. Esta organização política corrobora para que a sociedade detenha o controle no direcionamento, formulação e efetivação de políticas públicas em seus respectivos espaços sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado é de grande relevância a medida em que contribui diretamente para a produção de conhecimentos científicos voltados para desvendar as problemáticas que assolam as populações ribeirinhas do Amazonas. No entanto, o significado da pesquisa não se limita apenas ao campo técnico científico, nem de maneira individual para a pesquisadora, tendo em vista que esta construção teórico-prática poderá contribuir diretamente para o desenvolvimento de estudos com maior amplitude e potencialidade, de modo a corroborar para o processo de elaboração e implementação de políticas públicas que atendam às particularidades socioculturais nas comunidades ribeirinhas. A investigação possibilitou refletir criticamente acerca da consolidação direitos no Brasil, e seus rebatimentos no contexto amazônico, em especial, na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

A construção desta dissertação permitiu identificar os entraves e as lacunas no processo de efetivação do direito à educação aos ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, dentre as problemáticas observadas, é importante destacar algumas:

1) Observou-se que a falta de investimentos no campo da educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro contribui diretamente para o aumento das expressões da questão social na região, além de acentuar as já precárias condições de trabalho dos profissionais que atuam na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo, que atuam sem o suporte pedagógico necessário para atender as demandas particulares da localidade. Nesta perspectiva ressalta-se a necessidade de atenção especializada pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED em canalizar investimentos de maior envergadura para a educação na comunidade.

2) A pesquisa indicou que a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro possui uma precária infraestrutura, o que dificulta o acesso dos agentes comunitários aos bens e serviços sociais. Desta forma, é importante destacar que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo diariamente é prejudicado pelas constantes interrupções de energia elétrica na comunidade, isso acontece pelo precário fornecimento de energia elétrico na localidade, e ainda, porque a escola não possui um gerador de energia que possibilite a continuidade das aulas durante a ocorrência destas interrupções. Partindo do

pressuposto que a prestação de um serviço educacional de qualidade nas áreas urbanas enfrenta graves entraves, a partir da pesquisa foi possível considerar que a realidade identificada no contexto rural é ainda mais desafiadora.

3) Dentre as problemáticas apontadas durante o desenvolvimento do trabalho, no que concerne ao acesso dos ribeirinhos ao direito a educação na comunidade do estudo, certamente, há de se considerar o fato da Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo ofertar apenas o ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Diante desta conjuntura, observou-se que o grande empecilho no acesso à educação reside nas dificuldades impostas para que os sujeitos sociais possam dar continuidade aos estudos referentes ao 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Conseqüentemente, essa problemática faz com que maior parte dos estudantes interrompam os estudos no 5º ano do ensino fundamental, tendo em vista a necessidade de deslocamento até uma comunidade vizinha que demanda um tempo estimado entre 30 e 40 minutos no deslocamento e um elevado custo semanal com combustível para o transporte.

4) Na comunidade do estudo também foram observadas algumas estratégias do sistema educacional em relação ao acesso dos sujeitos sociais a escola. Nesta perspectiva, a nucleação apresenta-se como uma destas estratégias. No entanto, identificou-se que na comunidade a nucleação tem resultado no processo de repetência e abandono escolar dos alunos, face a distância que os alunos precisam percorrer para chegar até a escola. Com isso, destaca-se a urgência em novas propostas de gestão pedagógica para se pensar a educação em áreas rurais, que considere as particularidades socioculturais dessa população.

5) Identificou-se que a atuação das políticas públicas de educação na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro efetiva-se como um prolongamento dos processos educativos desenvolvidos e implementados no espaço urbano, sem considerar a diversidade cultural de sua população, nem tão pouco, suas necessidades humanas e sociais. No contexto rural, a prática educativa deve considerar os saberes construídos pelos sujeitos sociais, deve, sobretudo, superar a dicotomia urbano-rural.

A condução da Política de Educação na comunidade consiste em um constante processo de desvalorização dos saberes tradicionais da população local, a medida em que são adotados os mesmos processos pedagógicos implementados em áreas urbanas, cujas dinâmicas sociais e modos de vida se particularizam de modo completamente distintos. Não considerar os elementos da cultura local nas políticas

públicas e nas práticas educacionais constitui-se como uma grave problemática no processo de implementação de uma educação inclusiva e de qualidade em áreas rurais.

6) As práticas pedagógicas na Escola Municipal Nossa Senhora do Carmo acontecem de maneira desarticulada da realidade da comunidade, portanto, faz-se necessário criar mecanismos de valorização da identidade e da cultura da população local. É preciso compreender a educação a partir das especificidades do seu território, neste contexto, torna-se urgente o processo de adequação da base curricular e de atualização profissional de todo o corpo pedagógico com vistas a construir na escola da comunidade uma educação que respeite as particularidades e especificidades dos sujeitos sociais, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996 nos Art. 3, 28 e 60, a qual reconhece a diversidade sociocultural das populações tradicionais, o direito a igualdade e à diferença aos povos que vivem em áreas rurais.

7) Na investigação, identificou-se que a materialização do direito à educação pública, inclusiva e de qualidade na comunidade do estudo, demanda participação sociopolítica dos ribeirinhos e do corpo pedagógico, tendo em vista que a pesquisa indicou uma baixa participação social e política por parte dos comunitários, e até mesmo dos profissionais da área de educação. O engajamento da comunidade é importante para propor um novo projeto de construção democrática, sob o crivo de não se alcançar a cidadania e inclusão social por meio do direito à educação, base de legitimação e transformação social. Nesta perspectiva, deve-se considerar que o processo educativo é, antes de tudo, uma ação política e social, logo, destaca-se a necessidade de propor a fomento da organização sociopolítica na comunidade, enquanto pressuposto para a materialização e acessibilidade do direito à educação,

Entretanto, é importante ressaltar que a baixa participação social que se expressa na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro não emana meramente do desinteresse da população por estes assuntos, é sobretudo, fruto de uma lógica bem mais complexa e abrangente, pois a conjuntura delineada nas décadas pós-1990 no Brasil configuraram um processo de desmobilização social, com rebatimentos que se espriam na cena regional e local.

O estudo apresentado nesta dissertação permitiu observar que as discussões que envolvem o processo de efetivação de políticas educacionais voltadas para a região amazônica, para a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ocorrerem atrelada à realidade brasileira, e que, portanto, envolve um conjunto de

determinações políticas, econômicas, sociais e culturais. Desta forma, foi possível observar que os desafios no processo de consolidação da educação na comunidade estudada constituem-se como reflexo do modo excludente de acumulação capitalista, bem como, pelo forte ataque neoliberal empreendido no campo dos direitos sociais, em especial do direito à educação.

Destaca-se que a construção desta pesquisa não teve como finalidade esgotar o assunto tratado, longe disso, é importante reconhecer que alguns aspectos foram tratados, de certa forma, com superficialidade, tendo em vista as limitações enfrentadas na realização do trabalho. Estas limitações são particulares ao contexto social, político e cultural em que os informantes da pesquisa encontram-se inseridos. Desta forma, importa salientar que muitos outros estudos devem somar-se a este para possibilitar a construção de um panorama ainda mais aprofundado em relação a efetivação da educação pública na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Antônia Lúcia S.; CHAVES, Maria do Perpetuo Socorro Rodrigues; BARROSO, Silvana Comptom. **Desafios no acesso a bens e serviços sociais: contribuições para subsídios de políticas públicas coerentes com a realidade da Amazônia.** In VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, agosto de 2015.

ASSIS, Marluce Maria Araújo; KANTORSK, Luciane; TAVARES, José Lucimar. Participação Social: **Um espaço em construção para a conquista da cidadania.** In: **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília, v. 48, n. 4, p. 329-340, out. /dez. 1995.

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. **A composição da vida no beiradão do Rio Amazonas: memória e identidade ribeirinha.** Manaus: Edua, 2015.

_____. **Ribeirinhos Urbanos: vida e modos de vida no Puraquequara.** Manaus, Edua, 2013.

BARROSO, Silvana Compton. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: a dinâmica sociopolítica para acesso a bens e serviços sociais.** Manaus: EDUA, 2015.

BATISTA, Djalma. **Amazônia, cultura e sociedade.** Manaus, AM: Valer. Coleção Poranduba, 2002.

BLACKBURN, Robin. **Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo II: que estado? Para que democracia?. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11a ed. Vol. 1, 1998.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEZERRA, Aldenice Alves. **Escola Pública no Amazonas: as políticas de 1987 a 1995.** 2.ed. revista. Manaus: Edua, 2013

BITAR, Eliana Freire. **Amazônia: um relato de sua (des)construção sociocultural.** in: enciclopédia biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, N.11; 2010.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: a guerra na floresta.** Ed. Civilização Brasileira S.A. RJ, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: Monografia, Dissertação, Tese.** 1 ed. – 7 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

BORÓN, A. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal.** In: Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2010.

_____. Lei Darcy Ribeiro (1996). **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5º ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

_____. Lei nº 10.172/ de 9 de janeiro de 2001. Institui o **Plano Nacional de Educação/PNE**. Diário Oficial da União, - Brasília: Inep, 10 de janeiro de 2001.

CASINI, Júlia Fernanda Mariotto; CASTAMANN, Daniela. **Vulnerabilidade Social e Participação Social: desafios e possibilidades para a gestão de políticas sociais**. In: I Congresso de Gestão de Políticas Sociais. Londrina-PR, Junho, 2015.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Políticas Públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira**. In: CANELA, Guilherme (org.). Políticas Públicas Sociais e os desafios para o Jornalismo. São Paulo: Cortez, 2008.

CAVALLI, Michelli; PASTOR, Márcia. **Subalternidade e Cultura Política: desafios para a participação social**. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Anais, nº 4. Cascavel, 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Condições de acessibilidade aos bens e serviços sociais pelos povos ribeirinhos na Amazônia**. In: Relatório Final do projeto de Pesquisa de Bolsa Produtividade. Manaus, 2014.

_____. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia: acesso aos bens e serviços sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas**. Editora Novas Edições Acadêmicas. 2016.

_____. et al. **Processo Sócio- Educativo de Organização Comunitária para a Cidadania no município de Maués/AM**. Projeto de Extensão Processo Sócio-Educativo de Organização Comunitária para a Cidadania nos municípios de Codajás, Maués, Manaus/AM – MEC/SESE. Manaus: UFAM, 2003. Relatório Final de Extensão.

_____; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Organização sociocultural e tecnologias sociais no trabalho das mulheres amazônidas**. Manaus. EDUA, 2016.

_____. et al. **Ações Sócio-educativas de Arte e Cultura: Combate à Exclusão Social e Construção da Cidadania na Colônia Antônio Aleixo, na Cidade de Manaus, no Amazonas**. In: XI Congresso Brasileiro de Assistente Social e III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, 2004, Fortaleza. Anais. Fortaleza: Centro de Convenções, 2004.

_____. **Uma experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Campinas: INICAMP/CIREL. Tese de Doutorado, 2001.

CHIZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Por que ser contra aos novos modelos de gestão no SUS?**. In: Cadernos de Saúde: políticas sociais, saúde e participação na atualidade/ organizadoras, Maria Inês Bravo... [et al.]. 1. ed. – Rio de Janeiro. UERJ, Rede Sirius, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista: noções de política social participativa**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DINIZ, Clélio Campolina. **Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional**. Nova Economia. V. 19, nº2. Belo Horizonte, maio-set. 2009.

DYE, Thomas R. **Mapeamento dos Modelos de Análise de Políticas Públicas**. In: HEIDMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

FREITAS, Marcílio de. **Amazônia: uma sucinta apresentação**. IN: SILVA, Marilene Correia da; BARROS, Marcos (org.). Diálogos com a Amazônia. Manaus. Ed. Valer, 2010.

FREITAS, Mariana Oliveira de. **Políticas Públicas: experiência em Educação, Cultura, Comunicação e Cidadania**. In: III Encontro de Pesquisas em Comunicação e Cidadania. Goiânia, 2009.

Fundação Amazonas Sustentável (FAS); Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) **Recortes e cenários educacionais em localidades rurais ribeirinhas do Amazonas**. Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Emília de Fátima Miterofe; FERREIRA, Gabriele Gomes. **As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao Governo Lula**. IN: Grupo de Estudos de Política da América Latina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Org.). *Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 2.ed. Editora Universidade de Brasília, 2010.

IANNI Octavio. **Dialética e capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis: Vozes, 1988.

JARDIM, Cinthya Martins; OLIVEIRA, José Aldemir. **Nucleação escolar: um estudo na zona rural de Nova Olinda do Norte – Amazonas**. *Amazônida*, EDUA, Manaus, ano 18, n.1, jan/jn. 2013.

KAUCHAKJE, Samira. *Gestão Pública de Serviços Sociais*. 2. Ed. – Curitiba: Ibpex, 2008.

KOZENIESKI, Éverton de Moraes. **A Produção do Espaço Rural: transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na microrregião de Erechim**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande Do Sul - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, 2016.

LAMENHA, Rafaela Vieira. **A Saúde Pública Brasileira Na Atualidade: da reforma sanitária à privatização neoliberal do SUS**. In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, agosto de 2015.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um Conceito Antropológico**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

LEFF, Henrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **“Povos da Floresta”! trabalho e educação enquanto espaços democráticos**. In: *Gavagai, Erechim*, v.3, n.1. p.61-79, jan./jun. 2016.

MARANHÃO, Iágrici Maria de Lima; MARQUES Luciana Rosa. **Os Mecanismos de Participação Social na Escola: instrumentos de gestão democrática ou de controle?** In: *Espaço do Currículo*, v.7, n.1, p.125-136, janeiro a abril de 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MEGGERS. Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Belo Horizonte: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

MELO, Paula Suellen Frota de. **Política Pública para Juventude: a implementação do jovem urbano em Iranduba/Am**. Manaus-AM, 2010.

MELLO, Guiomaar Namó de. **Educação Escolar: paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez, 1986.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; BORGES, Heloisa da Silva. **Pensando a educação básica no campo amazônico**. In: PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto; FALCÃO, Nádia Maciel (Orgs.). Políticas Públicas, Educação Básica e Desafios Amazônicos. Manaus: EDUA, 2016.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política: ideias para a reforma democrática do estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A Educação Para Além Do Capital**. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, SP. vol. 27, n. 97, set./dez. 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de Cidadania**. In: Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PORTO, Maria Célia da Silva. **Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais**. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 25 a 28 de agosto 2009.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos; CARMO, Eraldo Souza do Carmo. **Educação do Campo e Políticas Públicas na Amazônia: desafios e possibilidades**. Universidade Federal do Pará. 2011.

RAICHELIS, Raquel; RICO, Elizabeth. **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ, 1999.

RIBEIRO, Fabrício Leonardo. **Febre na Selva: a Amazônia na interpretação de Euclides da Cunha**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Franca, 2007.

RODRIGUES, Jéssica Daiane de Lemos. **A participação social no processo de democratização do acesso aos bens e serviços sociais em países subdesenvolvidos: o Brasil em questão**. In: Anais do IV Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe. Boa Vista – RR, set/2017.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva; MARQUES, Dayana Ferreira; RODRIGUES, Adriège Matias; Dias, Gilvania Lima. **Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento**. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, 2017.

ROCHA, Roberto. **A Gestão Descentralizada e Participativa das Políticas Públicas no Brasil**. In: Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n.11. São Luís – MA, 2009.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. In: RUA M. CARVALHO, M. (Orgs.). O estudo da política – tópicos selecionados. Brasília: paralelo 15, 1998.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo**. 4ª edição – São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Luana Ferreira dos; SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; SILVA, Edson Arlindo. **Elementos para discussão sobre a participação social na teoria e na prática**. In: Revista de Estudos Sociais, n.36 v.18. Ano 2016.

SANTOS, Viviane Medeiros dos. **A Privatização Da Saúde Pública Brasileira: a utilização do fundo público da saúde para o setor filantrópico/privado**. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, agosto de 2013.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: **Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2.ed – São Paulo: Cengage Learning, 2015.

_____, Leonardo. Políticas Públicas: **Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

_____, Leonardo. **Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Lucio de Castro. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. 1963.

SOUZA, Celina. **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas**. In: Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, M.A. **A expansão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. SP: Alfa e Ômega, 1977.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SPINK, Mary Jane Paris (org.). **A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSATI, Aldaiza. **Tendências Latino-Americanas da Política Social Pública no Século XXI**. In: Revista Katálysis, vol. 14, nº 01, Florianópolis, 2011.

SCHERER, Elenise Faria. **O defeso e a defesa do meio ambiente**. IN: II Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2004, Idaiatuba. II Congresso da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

_____, Elenise Faria. **Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia-Brasil.** IN: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, set. 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos.** In: Avaliação de políticas e programas sociais teoria e prática. São Paulo, Veras: 2001.

TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Política de Previdência Social.** 2003

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida: Uma Interpretação da Amazônia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1972.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Humaitá: Ecos de um Povo.** Editora da Universidade Federal do Amazonas/Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Manaus – AM, 2007.

WAGLEY, Charles Walter. **Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos.** Belo Horizonte. Itatiaia/EDUSP, 1988.